

Estratégia da Comunicação do ProSAVANA e Seu Impacto: Análise dos Documentos da JICA Divulgados e Escapados

No! to landgrab, Japão¹

Introdução	6
Capítulo 1. Antecedentes da “Estratégia de Comunicação Social”	9
1-1. ProSAVANA e Suas Actividades Iniciais	9
1-1-1. Surgimento do ProSAVANA	9
1-1-2. Idade de Ouro do ProSAVANA (2011-2012)	9
1-1-3. Mudança Conturbada do ProSAVANA: Confrontos e Protestos	13
1-2. Surgimento e Natureza dos Protestos das Três Sociedades Civis	14
1-2-1. Protestos da SC Moçambicana: Direitos Constitucionais	14
(a) SC Brasileira: solidariedade internacional	20
(b) SC Japonesa: Responsabilidade de Doadores e Consumidores	20
Capítulo 2. “Estratégia de Comunicação Social” do ProSAVANA	23
2-1. Acordo Trilateral e Contratos da JICA com Empresas Locais	23
2-1-1. Acordo no Comité Conjunto de Coordenação e Contratos da JICA	23
2-1-2. Contrato da JICA com CV&A em 2013	23
(a) Contrato da JICA e Antecedentes da CV&A	23
(b) ToR da JICA para a CV&A: Objectivo e Metodologia	24
2-2. Formulação da “Estratégia de Comunicação do ProSAVANA”	25
2-2-1. Descoberta e Natureza do Relatório da “Estratégia”	25
2-2-2. Direcções Predeterminadas Observadas no Relatório da “Estratégia”	26
(a) Análise Geral e SWOT da CV&A	26
(b) O “Perigo” do ProSAVANA: Ignoradas as Causas de Raiz	27
(c) “Mitos” e “falsas interpretações” pela SC?	29
(d) Resumo da Estratégia Recomendada	31
2-2-3. Alvo Principal da “Estratégia”: Comunidades Locais	31
(a) Contacto Directo com Comunidades para “Desvalorizar as OSCs”	31

¹ “No to Land Grab, Japan” (“Não Ao Açambarcamento de Terras, Japão”) foi formada, em 2010, por cidadãos especialistas e preocupados engajados em temas globais de alimentação e agricultura. A organização enviou uma carta aberta sobre o ProSAVANA à JICA, em Dezembro de 2011, seriamente preocupada com o seu impacto nas famílias agricultoras em Moçambique (<http://landgrab-japan.blogspot.de/2011/12/jica.html>). Desde então, tem estado activamente engajada em actividades de advocacia sobre o ProSAVANA.

(b) Criação de Estrutura Local em Funcionamento	31
(c) “Criação de Rede de Colaboradores” em Cada Um dos 19 Distritos	32
2-2-4. “Estratégia de Comunicação” para SC	35
(a) “O Diálogo Terá Efeitos Mais Reduzidos ou Nulos”	35
(b) “Perigos das ONGs Internacionais”	35
(c) Tentativa de Incorporação das OSCs Moçambicanas.....	36
(d) Contra-acções contra a SC (Especialmente do Brasil e Japão).....	37
2-3. Implementação Activa da “Estratégia” nas Províncias.....	39
2-3-1. “Descrédito da SC pelas Autoridades Moçambicanas”	39
(a) “Teoria da Conspiração Externa” do Ministro e do Director	39
(b) "Acções Junto dos Media" e "Oferta" Apesar de Recusada.....	40
(c) “Teoria da Conspiração Doméstica” pelo Director da DPA	41
2-3-2. Adaptação Total da “Estratégia”	42
(a) Intimidações de Cima para Baixo	42
(b) “O Papel Ambíguo e Nebuloso da JICA”	43
(c) Incorporação de Entidades Locais na "Rede de Colaboradores".....	44
(d) Estimular Projectos para Recapturar o Espaço de Comunicação.....	45
2-3-3. Rescaldo da Implementação da “Estratégia”: Silêncio Forçado.....	45
Capítulo 3. Antecedentes do “Projecto de Engajamento”	47
3-1. Antecedentes do Contrato com a MAJOL	47
3-1-1. Da CV&A para a MAJOL: Objectivo e Condições	47
(a) Continuação e Diferença	47
(b) Contrato da JICA com a MAJOL: Objectivo	47
(c) Intervenção Directa na SC como uma Missão.....	48
(d) Chamando Contratados “Independentes”	49
3-1-2. Descoberta pela JICA da MAJOL e suas Expectativas	50
(a) Contratação de Consultores Experiência na SC Moçambicana.....	50
(b) Levantando Questões sobre um "Conflito de Interesses"	51
3-2. Ocultação e Negação do "Projecto de Engajamento” da JICA	52
3-2-1. Explicação Falsa da JICA	52
(a) “O MASA está discutindo como... a JICA não está em posição”.....	52
(b) "não mudou muito" e não dinheiro do Japão.....	53
3-2-2. Divulgação Atrasada e Negada.....	54
(a) Divulgação Atrasada do Contrato da JICA com a MAJOL	54
(b) Resultados e itens determinados pela JICA para a MAJOL.....	54

(c) Negação de Divulgação: Violação das Directrizes da JICA	55
(d) Negligência de Directrizes da JICA pela JICA e MASA	56
(e) Inexistência de uma Versão em Português das Directrizes da JICA	56
(f) Vazamento de Documentos	57
3-3. Antecedentes dos Documentos da MAJOL para Análise	57
3-3-1. Natureza dos Relatórios da MAJOL	57
(a) Lista dos Relatórios Examinados	57
(b) Existência de Dois Relatórios de Início Diferentes	58
3-3-2. Tratamento Costumeiro dos Relatórios da JICA	58
(a) Intervenção da JICA nos Relatórios dos Contratados	58
(b) Características dos Relatórios de Início da JICA	59
3-4. Diferenças Entre o <i>Draft</i> da MAJOL e os Documentos Divulgados	59
3-4-1. Eliminação de Páginas e Apêndices	59
3-4-2. Eliminação de Referências	60
3-4-3. Eliminação de Conteúdos	62
Capítulo 4. Análise de Relatórios de Início do "Engajamento das Partes Interessadas"	64
4-1. Análise do Objectivo e Metodologia	64
4-1-1. Desmascarado o Objectivo Real do Projecto	64
(a) "Desenvolver Aliança" com o ProSAVANA.....	64
(b) "Alcançar a Adesão da Sociedade Civil"	65
(c) "Recriar a Imagem (Rebranding)" do ProSAVANA.....	65
(d) "Comité Consultivo do ProSAVANA"	66
4-2. Análise da Metodologia	66
4-2-1. Metodologia e Resultados Iniciais: Reconfirmado o Objectivo Real	66
(a) Metodologia: Classificação da Influência e do Interesse	66
(b) Resultados Preliminares e Reconfirmado o Objectivo Real	67
4-2-2. Resultados Globais da MAJOL e seus Problemas	68
(a) Resultados Globais e Textos Imprudentes	68
(b) Facto Contraditório: Morte Súbita do Presidente da UNAC	69
4-2-3. Abordagem moldada	73
(a) Abordagem Secretista da JICA: "Consultas Individuais"	73
(b) Descobrir Clivagens na Sociedade Civil.....	74
(c) Invenção de "Conflitos" e Denominação de "Linha Dura".....	75
4-2-4. Ocultação de Nomes pela JICA e Seu Antecedente	76

(a) Nomes ocultados de Não- "linha dura"	76
(b) Organizações Omitidas: OXFAM e ActionAid	78
(c) CTA: a Organização Melhor Classificada	78
(d) CARE: Promoção e Exclusão do Levantamento pela JICA	78
(e) Não-entrada da WWF Apesar do seu Papel Activo.....	80
4-2-5. Vontade para Esconder a “Aliança” e Mostrar os “Linha Dura”	81
(a) WeEffect: “O parceiro mais estratégico a ser cultivado”.....	81
(b) Vontade para Mostrar os “Linha Dura”: Hostilidade Colectiva.....	82
(c) “Os que demonstram vontade para engajar” serão convidados.....	83
Capítulo 5. Análise do Relatório sobre o Mapeamento das Partes Interessadas	85
.....	85
5-1. Mapeamento: Natureza, Abordagem, Resultados e Metodologia	85
5-1-1. Natureza e abordagem do mapeamento de partes interessadas	85
(a) Natureza do Relatório de Mapeamento.....	85
(b) Abordagem: Indicação Governamental do “Sujeito Alvo”	85
5-1-2. Resultados: Quem “Promove/Impede o Desenvolvimento de Alianças”	86
(a) Violação da Não-interferência: Apontar para Indivíduos	86
(b) Vermelho para “Linha dura”/Verde para “Apoiante”	88
5-1-3. Análise da Metodologia do “Mapeamento”	88
(a) Desenho dos Questionários	89
(b) Selecção de Objectos: Exclusão da UNAC	91
(c) Ambiente do Levantamento	92
(d) Tratamento dos Dados: Cultivando a Pequena Diferença	93
(e) Violação do Código de Prática Ética em Levantamentos Sociais	94
5-2. Utilização dos Resultados para a Acção	95
5-2-1. Utilização dos Resultados para a Acção	95
(a) “Pequeno para Não Ser Considerado” nas Negociações.....	95
(b) “Primeiros Fundadores”: Redes Provinciais e Ambientais	96
(c) Promovendo a Tomada de Decisão Não-inclusiva Entre a SC	97
(d) Plano para Negociações da JICA com as OSCs Seleccionadas	98
5-2-2. O <i>Workshop</i> de Nampula como Teste para o Projecto	99
(a) Convites Selectivos/Exclusão do <i>Workshop</i> de Nampula	99
(b) Explicação da MAJOL e Negação de Autenticidade pela JICA.....	100
(c) Táticas para “Salvar a Cara” e Avançar com o ProSAVANA.....	101

(d) Contestação do Processo e da Legitimidade	102
5-3. Rescaldo do <i>Workshop</i> de Nampula e Fim do Contrato da MAJOL	103
5-3-1. Rescaldo do <i>Workshop</i>: Confirmada a Manobra visando a UNAC .	103
(a) UNAC como “sujeita de <i>lobbying</i> intensivo”	103
(b) Expectativas de Clivagem dentro da UNAC	103
(c) Des-empoderamento da UNAC Utilizando Parlamentares.....	104
5-3-2. Rescaldo: Contínua Hostilidade Contra-“campanha”	105
(a) “Actividades de Sensibilização” contra a “Campanha Não”	105
(b) Criar uma nova Imagem do ProSAVANA com as SC no Brasil	106
Conclusão.....	107
Epílogo.....	117

Introdução

Em Maio de 2016, uma série de documentos primários do ProSAVANA, cuja divulgação tinha sido negada pelos governos de Moçambique, Brasil e Japão (incluindo a JICA, *Agência de Cooperação Internacional do Japão*), foi subitamente exposta ao público

Então, quatro anos tinham passado desde que as organizações da sociedade civil dos três países iniciaram as suas actividades conjuntas de advocacia ("luta") sobre o ProSAVANA (*Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura na Savana Tropical Africana – Japão, Brasil e Moçambique*). Este mega-programa de desenvolvimento visando 19 distritos em 3 províncias do norte de Moçambique foi planeado e estabelecido com base no pressuposto assumido que havia "vasta terra não cultivada" disponível à espera de agronegócio para ser explorada. Os planeadores e promotores do ProSAVANA eram aqueles que estiveram envolvidos e "inspirados" pela cooperação do Japão no Cerrado (PRODECER) brasileiro. Para eles, o PRODECER foi um programa de sucesso que ajudou a transformar "terra baldia" na maior área produtora de soja no mundo.

No entanto, do ponto de vista das comunidades indígenas e tradicionais locais, o PRODECER resultou em danos fatais no ambiente e nos seus meios de subsistência e em conflitos de terra e injustiça social, não só para a região, mas para além. Depois de descobrir os detalhes do ProSAVANA e PRODECER em 2012, o maior movimento de camponeses em Moçambique levantou-se e começou a sua resistência contra o ProSAVANA.

As vozes dos camponeses moçambicanos moveram os cidadãos, movimentos sociais e ONGs de Moçambique, Brasil, Japão e do mundo. Logo depois, e pela primeira vez, realizaram-se actividades cívicas transcontinentais atravessando três fronteiras a fim de proteger os direitos e a soberania alimentar dos camponeses e comunidades locais colectivamente. A "luta" tem vindo a encorajar e empoderar os povos e organizações dos três países, conseguindo mudanças de políticas públicas e privadas, trazendo resultados frutíferos, oferecendo novas experiências de aprendizagem, mas que resultaram, também, dores tremendas, especialmente aos líderes de camponeses e organizações da sociedade civil moçambicanos.

Desde que os camponeses moçambicanos proclamaram o seu protesto, eles começaram a enfrentar intimidações intermináveis e repetidas, abusos, pressão, opressão, manipulações e marginalização. Agora, com a divulgação e exposição de colecções de documentos primários governamentais, é revelado que ProSAVANA tinha uma "Estratégia de Comunicação Social" e "planos de acção e de intervenção" comuns.

Já em Dezembro de 2012, dois meses após a primeira declaração da UNAC, representantes dos três países reuniram-se em Moçambique (cidade de Nampula) e concordaram em contratar consultores para formular uma estratégia de comunicação e planos de acção para o programa. A JICA contratou uma empresa de consultoria

portuguesa (CV&A). Em Setembro de 2013, a "Estratégia de Comunicação do ProSAVANA" estava formulada e apresentada num relatório final à JICA.

Embora os detalhes da "estratégia" serão apresentados e analisados neste texto, não se deve esquecer que as sociedades civis dos três países só agora souberam isto. Durante todos esses meses e anos passados, os líderes dos camponeses e as organizações da sociedade civil sofreram acções opressivas e de manipulação realizadas pelos promotores do ProSAVANA, no quadro de uma estratégia colectiva escondida previamente acordada, sem saberem porquê e o que estava por detrás.

Deve-se também notar que a formulação e adaptação de "estratégia" coincidiram com a deterioração da situação de paz, de democracia e da governação de Moçambique. Como a "internalização" (domesticação) do ProSAVANA promovida pela "estratégia" e as intervenções directas dos funcionários governamentais moçambicanos nas suas organizações nacionais e locais induzidas pela JICA, o sofrimento e medo dos líderes da sociedade civil moçambicana aprofundaram-se. Em Agosto de 2015, o presidente da UNAC morreu no meio desta situação. No entanto, a tragédia não terminou aí.

Em fins de Setembro, a JICA estabeleceu um novo projecto no ProSAVANA chamado "Projecto de Engajamento das Partes Interessadas" (*Stakeholder Engagement Project*), sem notificar as sociedades civis. A JICA contratou uma empresa de consultoria moçambicana (MAJOL), em 2 de Novembro de 2014, e instruiu a empresa para realizar um levantamento detalhado sobre a sociedade civil moçambicana, fazendo contactos directos e consultas individuais com algumas organizações a fim de "recriar a imagem do ProSAVANA" e estabelecer um "Comité Consultivo para o ProSAVANA (*ProSAVANA Advisory Committee*)" em nome da JICA e dos três governos. Apesar dos pedidos oficiais e repetidos da sociedade civil japonesa para a partilha de informação e divulgação do contrato e de documentos relacionados, a JICA continuou a recusar. Através da pressão de um parlamentar japonês, os detalhes do contrato foram finalmente divulgados em meados de Fevereiro de 2016, um mês antes do final deste contrato. Até então, a sociedade civil moçambicana estava a enfrentar todo o tipo de suspeitas e divisões. Somente através da exposição dos documentos, é que foi revelado que as divisões entre a sociedade civil foram deliberadamente criadas. A JICA admitiu que "Estratégia de Comunicação" do ProSAVANA estava a ser implementada ainda hoje.

Sem conhecer ou ler todos esses detalhes, os camponeses moçambicanos sentiram que uma enorme injustiça estava a ser realizada pelo ProSAVANA e compreenderam que "a luta" já não era só sobre a "modelos de desenvolvimento" e "apropriação de terra", mas também sobre a "soberania do povo (libertação)" e governação democrática asseguradas na Constituição duramente conquistada através de sua luta contra o colonialismo, guerras e ditadura.

Desde o início do protesto, os três governos foram sempre insistindo que estas alegações eram "mal-entendidos", "mal-interpretações", "mitos", "mentiras sem sentido", "exageros", "manipulações" e "conspiração" das sociedades civis. Agora, com a exposição de um conjunto de documentos-chave, passou a ter fundamento a alegação feita pelas sociedades

civis. Os governos e a JICA tinham muito a esconder, mas parece que a consciência de algumas pessoas impediu que isso continuasse. Graças aos documentos escapados, o quebra-cabeça do ProSAVANA foi, finalmente, revelado num momento crucial do programa e da sociedade moçambicana.

Este texto de análise é produto de um trabalho colectivo do grupo de cidadãos e ONGs japoneses que requereu e reuniu mais de cem documentos primários relacionados com o ProSAVANA (especialmente documentos da JICA) em japonês, inglês e português e realizaram uma leitura analítica. Pretende-se dismantelar: (a) o que os três governos, JICA e os órgãos relacionados (consultores da JICA, a EMBRAPA e a FGV) têm vindo a discutir, planear, realizar e instruir; (b) quando, onde e como essas acções foram formuladas e executadas; (c) com que propósito; e (d) quais foram as consequências dessas tentativas. Em suma, tenta-se (re)descobrir o que o ProSAVANA era e acabou por ser.

A partir de uma análise aprofundada e cuidadosa destes documentos, está agora claro que o acordo trilateral de criação de uma "Estratégia de Comunicação Social" feito em 3 de Dezembro de 2012 e a formulação e estabelecimento da "estratégia" pelas iniciativas e compromisso financeiro da JICA tiveram um forte impacto sobre a natureza do ProSAVANA e na governação democrática de Moçambique. Este texto irá revelar este processo com base na análise dos documentos primários e nas informações obtidas através da observação participativa.

Esta análise é apresentada em 4 capítulos. O Capítulo 1 apresenta informação sobre os antecedentes sobre o ProSAVANA e os protestos civis a fim de fornecer informação sobre por que o programa precisava de uma "Estratégia de Comunicação Social". Uma atenção especial é dada sobre como o ProSAVANA foi formulado, desenvolvido e modificado na fase inicial do programa. A análise dos documentos recentemente revelados e expostos será apresentada neste capítulo. O Capítulo 2 é sobre como o processo de criação da "estratégia" teve lugar e quais as consequências da implementação dos "planos de intervenção e das acções". O Capítulo 3 é sobre os antecedentes do "Projecto de Engajamento das Partes Interessadas" estabelecido como parte integrante da "estratégia". Este Capítulo está concebido prover informação básica sobre o quadro de referência do projecto, seus implementadores (consultores) e os documentos para análise do leitor. Os Capítulos 4 e 5 concentram-se na análise, propriamente dita, dos relatórios submetidos pelos consultores da MAJOL à JICA e ProSAVANA-HQ para o projecto, incluindo o rescaldo do projecto. Finalmente, em Conclusão, apresentam-se as constatações gerais resultantes da análise detalhada destes documentos.

Capítulo 1. Antecedentes da “Estratégia de Comunicação Social”

1-1. ProSAVANA e Suas Actividades Iniciais

1-1-1. Surgimento do ProSAVANA

Em 9 de Julho de 2009, o Primeiro-Ministro japonês, Taro Aso, reuniu-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cimeira de L'Aquila e concordaram em promover a parceria Brasil-Japão para promover um programa triangular na "savana (tropical) africana" com base na sua parceria anterior no desenvolvimento agrário no Cerrado brasileiro.² Três meses depois, em 18 de Setembro de 2009, os governos do Japão (representado pela JICA: *Agência Japonesa de Cooperação Internacional*), Brasil e Moçambique assinaram um acordo do ProSAVANA (*Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura na Savana Tropical Africana:Moçambicana/Japão, Brasil e Moçambique*) em Maputo.³

Este programa foi planeado com base no seguinte reconhecimento (valorização e pressupostos): (a) o "sucesso" do envolvimento japonês no desenvolvimento da agricultura no Cerrado (PRODECER); (b) as "semelhanças agro-climáticas " entre o Cerrado e norte de Moçambique (especialmente ao longo do Corredor de Nacala); (c) a existência de "vastas terras não cultivadas" na região; (d) a baixa produtividade dos camponeses locais decorrente da falta de conhecimento e da sua escala de produção; (e) a inevitabilidade da introdução de desenvolvimento do agronegócio em larga escala; e (f) a necessidade de adoptar algumas das experiências do PRODECER para (d).⁴

1-1-2. Idade de Ouro do ProSAVANA (2011-2012)

Após vários anos de pouca visibilidade, em Abril de 2012, o "ProSAVANA" apareceu de repente ao público em Moçambique. Um grande grupo dos delegados público-privados japoneses e brasileiros visitou Moçambique no âmbito da " Missão Conjunta de Promoção de Investimento ProSAVANA ao Corredor de Nacala" acompanhada por uma inundação de notícias de cobertura desta delegação e do "ProSAVANA" nas televisões e jornais nacionais.⁵ A delegação era composta por 19 japoneses e 17 brasileiros, incluindo representantes de 8 empresas de agronegócio japonesas e 18 proprietários explorações agrárias e empresas do agronegócio brasileiros, e visitou a capital (Maputo) e duas províncias do norte (Nampula e Niassa) de 16 a 20 Abril de 2012 (PowerPoint da JICA, 05 de Junho de 2012).⁶

O objectivo central da missão era avaliar o "potencial" da região para a promoção do agronegócio ao longo do Corredor de Nacala, e foi dada especial atenção à dimensão da

² http://www.mofa.go.jp/mofaj/kaidan/s_aso/g8_09/jb_sk.html

³ http://www.jica.go.jp/topics/2009/20090928_01.html

⁴ O acordo está na seguinte página:

<https://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears>

⁵ Alguns dos programas de TV podem ser encontrados no seguinte site:

https://www.youtube.com/results?search_query=prosavana

⁶ Alguns dos conteúdos do PowerPoint estão no seguinte texto:

<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-12/>

terra "disponível" na região (estimada em mais de 14 milhões hectares).⁷ As mídia japonesas e brasileiras que acompanhavam a missão cobriram, com entusiasmo, a visita e chamaram à região a "Última Fronteira" para o desenvolvimento da agricultura, especialmente para a produção de soja.⁸ No seu regresso, o líder da delegação brasileira, o Membro do Parlamento Luiz Nishimori, apareceu na TV do parlamento brasileiro a compartilhar um dos interesses brasileiros no ProSAVANA (Câmara do Brasil, 27 de Junho de 2012): oferecer a jovens proprietários rurais brasileiros no sul do país, onde a disponibilidade de terras é limitada, a oportunidade de realizar a agricultura modernizada em grande escala no norte de Moçambique.⁹

Antes disso, já em Agosto de 2011, um grande jornal brasileiro relatou uma história sobre uma missão de 40 proprietários rurais brasileiros de Mato Grosso (região do Cerrado, "coração da cultura de soja") a visitar Moçambique (*Folha de São Paulo*, 14 de Agosto 2011). Este artigo incluiu uma entrevista do Presidente da Associação dos Produtores de Algodão de Mato Grosso, Carlos Ernest Augustin:

- *“Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete muito mais barato para a China...Hoje, além de a terra ser caríssima em Mato Grosso, é impossível obter licença de desmate e limpeza de área”*.¹⁰

A agência de notícias Reuters publicou a história sobre "uma oferta de concessões de 50 anos para os produtores brasileiros para desenvolver 6 milhões de hectares (15 milhões de acres) da sua savana" feita pelo Ministro da Agricultura de Moçambique, José Pacheco, depois da sua visita em Abril de 2011 (*Reuters*, 15 de Agosto de 2011).¹¹ Poucos dias depois, um artigo corrigia que a "oferta" não era sobre "venda de terra", mas "um convite para exploração" (*Angola Press*, 21 de Agosto de 2011).¹²

O Ministro Pacheco visitou o Brasil para o seminário internacional do ProSAVANA organizado pela JICA e ABC (*Agência de Cooperação Internacional do Brasil*), intitulado "Moçambique Agronegócio: Cooperação Brasil-Japão e Oportunidade de Investimento", realizado em 25 de Abril de 2011, em São Paulo (JICA, 24 de Maio 2011).¹³ O evento reuniu mais de 170 funcionários governamentais e representantes de empresas brasileiros que estavam interessadas no desenvolvimento da agricultura em Moçambique (*Ibid.*:2). O Vice-Presidente da JICA, que participou do seminário, referiu o objectivo do seminário como sendo: (1) "apelar aos participantes para o compromisso da JICA, especialmente do sector privado"; e (2) "induzir ânsia de investimento do sector privado

⁷ http://www.jica.go.jp/topics/news/2012/20120514_02.html

⁸ *Brazilian Nikkei* (1 de Maio de 2012); *Nikkei Online* (18 de Agosto de 2012); *Sankei Business* (20 de Agosto de 2012). Os artigos podem ser encontrados no seguinte texto: [http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/ProSavana%20Analysis%20based%20on%20Japanese%20source%20\(FUNADA2013\).pdf](http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/ProSavana%20Analysis%20based%20on%20Japanese%20source%20(FUNADA2013).pdf)

⁹ <http://farmlandgrab.org/21652>

¹⁰ <http://farmlandgrab.org/19076>

¹¹ <http://af.reuters.com/article/commoditiesNews/idAFN1E77E05H20110815>

¹²

http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2011/7/34/Governo-nega-ter-vendido-seis-milhoes-hectares-terra-brasileiros,812bd47b-26c1-42a1-bf8b-90a353fdeb0f.html

¹³ Documento da JICA revelado (relatórios de viagem de negócios) datado de 24 de Maio de 2011.

(especialmente companhias Nikkeis [nipo-brasileiras]) para participar no agronegócio em Moçambique (*Ibid.*:1). Mais tarde, confirmou-se que Roberto Rodrigues, ex-Ministro da Agricultura do Brasil, então chefe de uma secção de agronegócio da FGV (*Fundação Getúlio Vargas*) e famoso promotor da "Revolução Verde" dentro e fora do Brasil, foi convidado a "procurar sinergias entre a FGV e a ABC" (apresentação da FGV, 5 de Junho de 2012).¹⁴ Mais tarde, a FGV foi escolhida para ser a única empresa de consultoria brasileira para a formulação do Plano Director de Desenvolvimento da Agricultura do ProSAVANA (ProSAVANA-PD).

No dia seguinte ao seminário, o Ministro Pacheco, o Embaixador Marco Farani (Ministro da ABC) e Kenzo Oshima (Vice-Presidente da JICA) encontraram-se para realizar uma "Reunião Triangular de Alto Nível sobre o ProSAVANA" (*Ibid.*:2). As actas das reuniões de coordenação do ProSAVANA continuaram fechadas ao público pela JICA. No entanto, algumas das actas foram escapadas e disponibilizadas em Maio no portal da ONG internacional ([www. Farmlandgrab.org](http://www.Farmlandgrab.org)). Segundo a acta:

- *“As três partes tomaram conhecimento do forte interesse do sector privado brasileiro, japonês e moçambicano na implementação do projecto (* ProSAVANA). As três partes concordaram em utilizar o mecanismo existente para promover a participação do sector privado para o desenvolvimento dinâmico do Corredor de Nacala através do seu investimento. O lado brasileiro e japonês salientou o interesse em enviar uma missão conjunta público-privada a Moçambique, possivelmente, no final do ano fiscal de japonês de 2011” (Março de 2012) ”.* (MoM, 26 de Abril 2011)¹⁵ *Tradução e ênfase dos autores.

A missão conjunta foi realizada em Abril, como mencionado anteriormente, e dois meses depois todos os participantes da missão reuniram-se em Tóquio para o seminário da JICA intitulado "Sessão de Informação sobre a Missão Conjunta Público-Privada para a Promoção do Investimento em Agronegócio no Corredor de Nacala" em 5 de Junho de 2012 (documento da JICA divulgado).¹⁶ A empresa brasileira FGV Projetos também participou no seminário e fez uma apresentação intitulada "Cintura Tropical: Corredor de Nacala, ProSAVANA-JBM" (sic).¹⁷ A apresentação da FGV Projetos foi principalmente sobre o Fundo Nacala, que presidida por ela, e a sua conexão com o plano director do ProSAVANA.

Embora mais tarde, o envolvimento directo da FGV num programa público (ProSAVANA) e no fundo privado de angariação de investimento em todo o mundo para o desenvolvimento da agricultura comercial em larga escala se tenham repercutido negativamente no ProSAVANA, nenhuma das três partes viu, nessa altura, o problema de "conflito de interesses". Assim, a JICA, a ABC e a EMBRAPA (*Empresa Brasileira de Pesquisa Agrária do Ministério da Agricultura*) tornaram-se apoiantes de um evento de

¹⁴ Slide 14 <http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/FGV2012JuneJICATokyo.pdf>

¹⁵ <http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/12.PDF>

¹⁶ A lista dos participantes e as apresentações no seminário datam de 5 de Junho de 2012. Levou mais de um ano e a intervenção do Comité de Exame da Lei de Acesso à Informação Administrativa para obter estes documentos.

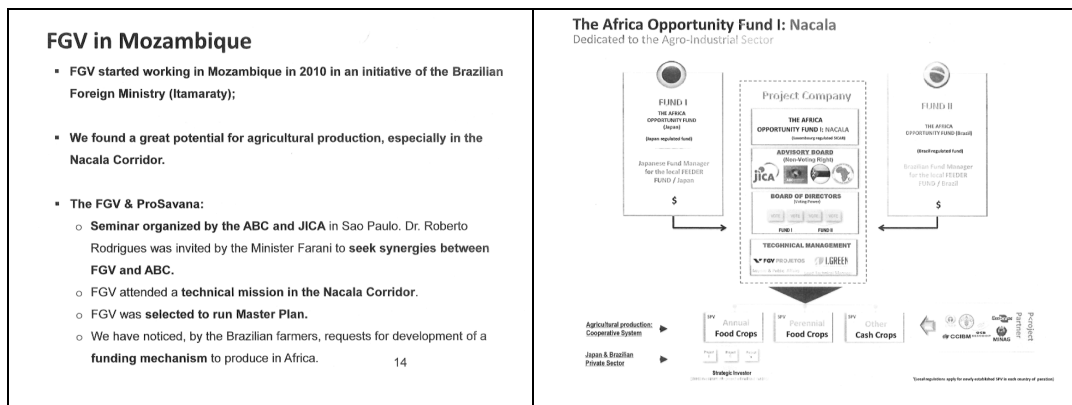
¹⁷ <http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/FGV2012JuneJICATokyo.pdf>

lançamento do Fundo de Nacala (Fundo de Investimento para o desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala), realizado em Brasília em 4 de Julho de 2012.¹⁸ Um documento divulgado pela JICA revela que a Presidente brasileira Dilma Rousseff, Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Agricultura, o Primeiro-Ministro Aires Ali e o Ministro da Agricultura moçambicanos, o embaixador japonês no Brasil e representantes da JICA participaram na cerimónia de assinatura entre a FGV e a ABC para o ProSAVANA. (*Ibid.*)

No mês seguinte, a 24 de Agosto de 2012, a FGV Projetos foi novamente convidada para seminário da JICA sobre o ProSAVANA em Tóquio e, desta vez, um funcionário do Departamento de África da JICA fez uma apresentação em nome da FGV. A JICA acrescentou dois slides em japonês ao PowerPoint da FGV explicando a direcção política do governo japonês em relação ao Fundo de Nacala.¹⁹ O que se segue é a política:

- Se as seguintes condições forem asseguradas na sua concepção, iremos considerar a nossa participação e envolvimento do seguinte modo:
 1. As empresas japonesas podem participar no fundo e podem esperar lucros;
 2. O fundo adere às normas ambientais de Moçambique;
 3. Tem em conta as preocupações dos agricultores de pequena escala e contribui para a redução da pobreza;
 4. Ele obedece ao PRAI (*Principles for Responsible Agriculture Investment – Princípios do Investimento Responsável na Agricultura*). (JICA em nome da FGV, Slide 29, 24 de Agosto de 2012) *Tradução dos autores.

A JICA apresentou o cronograma para a inauguração do fundo (Setembro de 2013) na mesma apresentação, e alocou o período de Agosto de 2012 a Abril 2013 à discussão entre os três países (Brasil, Japão e Moçambique) e o "desenho finalizado e lançamento do fundo" foram planeados para ter lugar em Abril de 2013 (*Ibid.*: Slide30). O plano da JICA era que fosse parte do "Conselho de Administração Social" do Fundo Nacala, juntamente com a ABC e o MINAG (*Ministério da Agricultura de Moçambique*) (*Ibid.*: Slide31).



¹⁸ <http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/FGV2012June22ProSAVANA-FndoNacala.pdf>

¹⁹ <http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/FGV2012AugJICA.pdf>



Slides extracted from the presentation by JICA on behalf of FGV Projetos (August 2013)²⁰

1-1-3. Mudança Conturbada do ProSAVANA: Confrontos e Protestos

Mesmo três anos após o acordo, nenhuma informação detalhada foi partilhada com qualquer das organizações da sociedade civil dos três países e, muito menos, foram convidadas para estes eventos. Com as peças soltas de informação a aparecer nos relatos da mídia, surgiram fortes preocupações entre as organizações da sociedade civil moçambicanas, brasileiras e internacionais. Elas desenvolveram vários projectos de investigação e isso resultou na primeira declaração cívica contra o ProSAVANA que foi divulgada pelo maior movimento de camponeses de Moçambique, UNAC (*União Nacional de Camponeses de Moçambique*) em 11 de Outubro de 2012.²¹

A JICA começou a insistir que o ProSAVANA era para apoiar os pequenos agricultores locais e tentou apagar os registos do passado, alterando declarações, criando novos documentos e escondendo documentos iniciais²² Os promotores de espírito independente dos três países, no entanto, continuaram com o seu programa original de promoção do investimento no agronegócio no Corredor de Nacala através do ProSAVANA, mas de modo mais cuidadoso.

A JICA organizou um Seminário de Alto Nível Internacional sobre o ProSAVANA (*International High-level Seminar on ProSAVANA*), em Tóquio, em 2 de Abril de 2013, convidando todos os promotores-chave do ProSAVANA do Brasil (ABC, EMBRAPA e FGV) e de Moçambique (MINAG e governadores provinciais) e tentou promover uma nova característica do ProSAVANA "servir os camponeses pobres locais".²³ Esta tentativa cara não durou muito tempo, já que, logo após esta missão, o coordenador da FGV Projetos e Fundo de Nacala, Cleber Guarany, participou no programa de TV num canal sobre agronegócio brasileiro (Canal Terraviva), em 3 de Maio de 2013, explicando a estreita relação entre o ProSAVANA e o Fundo de Nacala.²⁴

Este programa de TV coincidiu com um vazamento do segundo relatório para o plano director do ProSAVANA, no quadro do ProSAVANA-PD, escrito pela FGV Projetos.²⁵ A

²⁰ <http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/FGV2012AugJICA.pdf>

²¹ <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>

²² This is discussed in the following thesis. <http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-12/>

²³ Observação participativa.

²⁴ <http://farmlandgrab.org/23739>

²⁵ <https://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears>

partir deste relatório, tornou-se evidente que o ProSAVANA iria alocar terra disponível para o agronegócio nacional e internacional, e, se necessário, iria haver "deslocação involuntária da população local" (Relatório 2: 4-6).²⁶ Embora o governo japonês se tenha recusado a admitir este relatório dizendo que "é apenas um papel" (29 de Maio de 2013),²⁷ isso não ajudou a acalmar os crescentes protestos da sociedade civil local, triangular nacional e internacional.

1-2. Surgimento e Natureza dos Protestos das Três Sociedades Civas

1-2-1. Protestos da SC Moçambicana: Direitos Constitucionais

Logo após se realizar a missão conjunta, a UNAC começou a sua pesquisa sobre o ProSAVANA sobre camponeses locais de 14 distritos alvo²⁸ nas três províncias no norte, e preparou a primeira declaração oficial sobre o ProSAVANA, Pronunciamento, lançado em 11 de Outubro de 2012. A declaração da UNAC destaca o seguinte:

- *Desde que ouvimos falar do Programa ProSavana, temos notado uma insuficiência de informação e reduzida transparência por parte dos principais actores envolvidos (Governos de Moçambique, Brasil e Japão), daí a realização da reflexão acima referenciada...*
- *Nós camponesas e camponeses, condenamos a forma como foi elaborado e se pensa implementar o ProSavana em Moçambique, caracterizado pela reduzida transparência e exclusão das organizações da sociedade civil em todo processo, em particular as organizações de camponeses...*
- *Após uma análise profunda do ProSavana, Nós camponesas e camponeses, concluimos que: O ProSavana é resultado de uma política que vem do topo para a base, sem no entanto levar em consideração as demandas, sonhos e anseios da base, particularmente dos camponeses do Corredor de Nacala...*
(UNAC, 11 de Outubro de 2012)²⁹ * Sublinhado dos autores.

As preocupações sobre e a condenação da falta de informação e transparência e exclusão de organizações de camponeses e da sociedade civil em todo o processo não melhoraram. Em seguida, o relatório vazado da FGV sobre o plano director confirmou os receios dos camponeses locais e da UNAC. As OSCs de Moçambique e seus parceiros globais lançaram a Declaração Conjunta intitulada "Cópia Vazada do Plano Director para o Programa do ProSAVANA no Norte de Moçambique Confirma o Pior" em 29 de Abril de

²⁶ A análise detalhada do relatório da FGV foi feita por vários académicos. Ver os seguintes sites:

<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-06> <http://farmlandgrab.org/23962>

http://www.iucn.org/backup_iucn/cmsdata.iucn.org/downloads/temti_ep_01_2014_1.pdf

<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-12/>

²⁷ A forma como a JICA e o MNE tentaram negar a autenticidade do relatório é discutida no seguinte texto:

<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-12/> <http://farmlandgrab.org/25696>

<http://www.dlmarket.jp/products/detail/263029>

²⁸ Mais tarde, mais 5 distritos longe do corredor foram adicionados pela EMBRAPA justificando que estes distritos têm "solo semelhante ao do Cerrado brasileiro" (JICA/Oriental Consultants, 2010: S-24). A análise detalhada desta expansão encontra-se no seguinte texto:

http://www.iucn.org/backup_iucn/cmsdata.iucn.org/downloads/temti_ep_01_2014_1.pdf

<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-12/>

²⁹ <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>

2013 e advertiram para um plano secreto que irá abrir caminho para uma massiva apropriação de terras.³⁰

Mesmo com esta exposição, os três governos não levaram as reivindicações das organizações da sociedade civil a sério. Os camponeses e organizações da sociedade civil reuniram-se novamente em Nampula, e prepararam uma carta aberta exigindo "paragem urgente e reflexão sobre o ProSAVANA"(28 de Maio de 2013).³¹ Ela foi assinada por mais de 20 organizações da sociedade civil em Moçambique, representando mais de 2.825 camponeses, organizações comunitárias, de auto-ajuda, religiosas, de mulheres, ambientais, de direitos humanos e organizações de desenvolvimento).³² A carta foi divulgada e apresentada aos Chefes de Estado dos três países em Maio de 2013. A Carta Aberta realça os seguintes pontos:

- *“O Programa ProSavana já está a ser implementado através da componente “Quick Impact Projects” sem nunca ter sido realizado, discutido publicamente e aprovado o Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental, uma das principais e imprescindíveis exigências da legislação moçambicana para a implementação de projectos desta dimensão...*
- *A amplitude e grandeza do Programa ProSavana contrastam com o incumprimento da lei e total ausência de um debate público profundo, amplo, transparente e democrático impedindo-nos, (camponeses e camponesas, famílias e a população), desta forma, de exercer o nosso direito constitucional de acesso à informação, consulta, participação e consentimento informado sobre um assunto de grande relevância social, económica e ambiental com efeitos directos nas nossas vidas.*
- *Depois de vários debates...constatamos haver muitas discrepâncias e contradição nas insuficientes informações e documentos disponíveis, indícios e evidências que confirmam a existência de vícios de concepção do programa; irregularidades no suposto processo de consulta e participação pública; sérias e iminentes ameaças de usurpação de terras dos camponeses...*
- *Excelências, diante dos factos apresentados, nós, ...denunciamos e repudiamos com urgência: a manipulação de informações e intimidação das comunidades e organizações da sociedade civil que se opõem ao ProSavana...*”
- *(Carta Aberta, 28 de Maio de 2013 ³³) * Sublinhado dos autores*

O objectivo e a lógica por trás dessas exigências podem ser resumidos como se segue:

1. A escala do ProSAVANA, como um programa de desenvolvimento, é imensa, pelo que, os possíveis impactos sobre as vidas das pessoas afectadas poderiam ser enormes;
2. No entanto, ele foi planeado e realizado sem fornecer informação sobre, ou em consulta com, os residentes e os camponeses locais, e as organizações de camponeses e da sociedade civil;

³⁰ <http://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears>

³¹ <http://farmlandgrab.org/22150>

³² A Carta Aberta foi também assinada por 43 organizações da sociedade civil brasileiras, japonesas e internacionais.

³³ <http://farmlandgrab.org/22136>

3. Mesmo com repetidos pedidos e exposição de documentos relacionados, o ProSAVANA continua a trabalhar com opacidade, secretismo e contradições;
4. O governo de Moçambique tem estado a intimidar aqueles que se opõem ao programa;
5. Ao avançar com alguns dos projectos, está a criar beneficiários locais e a piorar o processo democrático e quebra a oportunidade para restabelecer um mecanismo de diálogo justo e adequado;
6. Assim, os signatários da Carta Aberta exigiram que fossem suspensos todos os projectos do ProSAVANA como um primeiro passo;
7. Em seguida, estabelecer um mecanismo de diálogo verdadeiramente democrático e inclusivo para rever o programa e reflectir as vozes dos camponeses e suas organizações e de outras organizações da sociedade civil.

Em suma, eles exigiram que os seus direitos constitucionais (acesso à informação e à soberania do povo) fossem respeitados, que o governo de Moçambique seguisse os princípios da governação democrática instalada depois da guerra, e que os governos japonês e brasileiro seguissem os princípios do Direito a CPLI (Consultas Livres, Prévias e Informadas - *Free, Prior and Informed Consent:FPIC*).

A sociedade civil moçambicana tem enfatizado especialmente os seguintes artigos da Constituição:

- Artigo 2 [Soberania e Legalidade]
 - A soberania reside no povo.
 - O povo moçambicano exerce a soberania segundo as formas fixadas na Constituição.
 - O Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade.
 - As normas constitucionais prevalecem sobre todas as restantes normas do ordenamento jurídico.
- Artigo 3 [Estado de Direito Democrático]

A República de Moçambique é um Estado de Direito, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem.
- Artigo 11 [Objectivos Fundamentais]

O Estado moçambicano tem como objectivos fundamentais:

 - . a) a defesa da independência e da soberania;
 - . b) a consolidação da unidade nacional;
 - . c) a edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos;
 - . d) a promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional...;
 - . e) a defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei;
 - . f) o reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual;
 - . g) a promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz;

- . h) o desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica;
- . i) a afirmação da identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores sócio- culturais;
- . j) o estabelecimento e desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com outros povos e Estados.
- Artigo 15 [Libertação Nacional, Defesa da Soberania e da Democracia]
- A República de Moçambique reconhece e valoriza os sacrifícios daqueles que consagraram as suas vidas à luta de libertação nacional, à defesa da soberania e da democracia ...
- A lei determina os termos de efectivação dos direitos fixados no presente artigo.
- Artigo 249 [Princípios Fundamentais]
- 1. A Administração Pública serve o interesse público e na sua actuação respeita os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.
- 2. Os órgãos da Administração Pública obedecem à Constituição e à lei e actuam com respeito pelos princípios da igualdade, da imparcialidade, da ética e da justiça. (Constituição da República de Moçambique)³⁴

Apesar destes esforços, a Carta Aberta ficou ignorada por mais de 1 ano, e o número de projectos do ProSAVANA aumentou, e começou a implementação de projectos nos distritos. A intimidação e opressão para com aqueles que se opunham ou questionaram o programa aumentaram, e a protecção dos direitos humanos tornou-se uma séria preocupação para os líderes da sociedade civil moçambicana. Várias declarações publicadas pela UNAC, redes regionais de SCs e outras organizações da sociedade civil confirmam estes pontos:

- *“A Assembleia de Nampula acontece num contexto em que o País está mergulhado em tensão política e militar que atingiu proporções alarmantes e profundamente ameaçadoras do processo de reconciliação, consolidação da Paz e aprofundamento do processo democrático, cujos impactos são severos na vida de milhares de camponeses e camponesas...*
- *Por outro lado, a marginalização e total exclusão dos camponeses na definição e priorização das políticas de desenvolvimento, com particular enfoque no sector agrário; as violações sistemáticas dos direitos de camponeses sobre a terra pelos mega projectos de mineração, hidrocarbonetos, agronegócio e demais projectos de investimentos públicos e privados; as sucessivas tentativas de determinados sectores do governo e não só, de rentabilização e privatização da terra, representam para nós camponeses e camponesas uma emergência nacional, para a qual somos chamados a nos posicionar e endurecer a nossa resistência e pautas de luta...*
- *Nós, camponeses e camponesas, denunciamos e repudiamos os actos de perseguições, intimidações, aliciamentos e manipulações contra os camponeses e camponesas individuais, lideranças de camponeses nos distritos abrangidos pelo Prosavana e lideranças nacionais, actos estes, protagonizados pela equipa de*

³⁴ http://www.presidencia.gov.mz/files/república/constituicao_republica_moc.pdf

implementação do Prosavana, administradores distritais e altos dirigentes nacionais.

- *A Assembleia de Nampula, decidiu comunicar que, a União Nacional de Camponeses não vai tolerar mais estes actos e promete processar judicialmente os promotores e protagonistas de tais acções, sejam cidadãos moçambicanos ao serviço do Governo ou cidadãos de nacionalidade estrangeira". (Declaração de Nampula, 1 de Maio de 2014)³⁵ *Ênfase dos autores.*

Em 4 de Junho de 2014, lançou-se a “Campanha Não ao ProSAVANA” em Moçambique, envolvendo várias organizações da sociedade civil, incluindo UNAC, Liga dos Direitos Humanos (LDH), a Associação de Apoio e Assistência Jurídica como Comunidades (AAAJC), Livaningo, Justiça Ambiental (JA!), Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECURU), Fórum Mulher e Kulima.³⁶ A partir do comunicado divulgado pela campanha e lido por três líderes camponeses do sexo feminino, pode-se notar uma notável mudança na ênfase relativamente ao primeiro comunicado da UNAC.³⁷ Apesar da ênfase estar ainda no medo de perder o direito à terra e das mudanças negativas trazidas pelos modelos e investimento do agronegócio promovidos pelo ProSAVANA, as preocupações e as condenações contra as intimidações e abusos dos direitos humanos (violação dos direitos constitucionais do povo) estavam mais evidentes no último comunicado (4 de Junho de 2014).

A fim de responder a algumas das reivindicações da sociedade civil moçambicana, a JICA financiou o MASA para organizar "reuniões rurais" (Setembro - Novembro de 2013) e "reuniões públicas de consulta/auscultação " (Abril - Junho 2015) para discutir o conteúdo do plano director do ProSAVANA.³⁸

Em vez de funcionar como oportunidades para o cumprimento das obrigações constitucionais, ou seja, cumprir que a "soberania reside no povo" (artigo 2), respeitando "os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos" (artigo 3), e agir "com respeito pelos princípios da igualdade, da imparcialidade, da ética e da justiça" (artigo 249), a forma como o MASA preparou e realizou estes "diálogos" foi contra todos os princípios escritos na Constituição. No caso da "auscultação pública" as reuniões realizadas pelo MASA (ex-MINAG / *Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar*) tiveram resultados desastrosos.³⁹

Nenhum dos sete princípios para "consultas públicas" estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, ao abrigo do decreto ministerial 130/2006 (19 Julho de 2006), foi cumprido do ponto de vista das organizações da sociedade civil moçambicanas que participaram em

³⁵ <http://farmlandgrab.org/23496>

³⁶ <http://farmlandgrab.org/23758>

³⁷ <http://farmlandgrab.org/23577>

³⁸ Após repetidos pedidos formais de partilha de informação orçamental dos gabinetes parlamentares japoneses, a JICA, finalmente, divulgou alguns números.

³⁹ Muitas organizações da sociedade civil em Moçambique divulgaram várias declarações denunciando o processo e os acontecimentos. <http://www.farmlandgrab.org/24893> <http://www.farmlandgrab.org/24903> <http://www.farmlandgrab.org/25017> <http://www.farmlandgrab.org/25048> Declaração divulgada pelas ONGs japonesas: <http://www.farmlandgrab.org/24926> Apresentação feitas pelo representante da ONG japonesa que participou em 10 reuniões: http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/12kai_shiryo/ref9.pdf

todas as reuniões nos 19 distritos.⁴⁰ Os princípios são: (1) divulgação máxima, (2) ampla participação democrática, (3) disponibilidade e acesso a informações adequadas, (4) representação, (5) independência, (6) funcionalidade e (7) a negociação e responsabilidade.⁴¹

Isto foi considerado não apenas um problema de uma ajuda internacional ao desenvolvimento, mas também uma séria ameaça aos direitos constitucionais do povo de Moçambique e um exemplo óbvio de um órgão governamental a violar as suas obrigações constitucionais e ministeriais, portanto, inaceitável. Depois, foram divulgados 3 declarações criticando o processo de "audiência pública" do ProSAVANA e a UNAC e outras OSCs moçambicanas e as OSCs brasileiras e japonesas assinaram a declaração conjunta intitulada "Chamada dos Povos para Invalidação Imediata da Auscultação Pública do Plano Director do PROSAVANA".⁴² Eis as exigências principais apresentadas na declaração:

1. A omissão da base jurídica e legal da "audiência pública"
2. Violação dos princípios constitucionais ao exigir o registo prévio de todos os participantes
3. Obstrução à participação de camponeses e organizações da sociedade civil
4. Maior participação de servidores públicos previamente seleccionados e representantes do partido no poder, para evitar a intervenção de participantes com dúvidas sobre o programa
5. Realizadas reuniões prévias de bastidores foram realizadas para mobilizar e manipular participantes locais para apoiarem o ProSAVANA
6. Ambiente de intimidação e opressão criado pela presença de forças de segurança armadas. Ameaça e perseguição de camponeses que expressaram dúvidas e preocupações a respeito o ProSAVANA
7. Consenso impossível sobre o conteúdo do "Plano Director Versão Zero" (204p.), devido à falta de disponibilidade, tempo e explicação inadequada e distorcida do texto. (Recurso do Povo), 4 de Junho de 2015)

Com base nestas observações, as organizações signatárias dos três países e outros, em número de mais de 80, apresentaram as seguintes exigências:

1. *Exigimos dos Governos de Moçambique, Japão e Brasil a restituição imediata dos direitos humanos dos participantes das auscultações;*
2. *Exigimos a invalidação imediata das consultas ou auscultações públicas realizadas nos dias 20 à 29 de Abril nas Províncias de Nampula, Niassa e Zambézia incluindo as de nível provincial havidas nos dias 30 de Abril, 8 e 13 de Maio de 2015.*

⁴⁰ A Comissão Arquidiocesiana para a Justiça e Paz e a ADECRU divulgaram uma declaração indicando estes pontos em 12 de Maio de 2015.

<https://adecru.wordpress.com/2015/05/11/exigimos-a-suspensao-e-invalidacao-imediata-da-auscultacao-publica-do-plano-director-do-prosavana/>

⁴¹ <http://farmlandgrab.org/25017>

⁴² https://issuu.com/justicaambiental/docs/chamada_dos_povos_para_invalida...ee4b51124dcc6b

3. *Exigimos também que os três Governos assumam com responsabilidade os mandatos que lhes foram delegados pelos três Povos, garantindo o cumprimento escrupuloso da Lei. (Ibid.)*

1-2-2. SC Brasileira e Japonesa: Solidariedade e Responsabilidade

(a) SC Brasileira: solidariedade internacional

A sociedade civil brasileira soube do ProSAVANA através da cobertura da mídia sobre os seminários internacionais e as repetidas missões de seu agronegócio a Moçambique entre 2011 a 2012. O desenvolvimento de suas actividades sobre o ProSAVANA está bem documentado no relatório recém-preparado ("Memória da articulação Sul-Sul dos povos e seus pressupostos em torno da Campanha Não ao ProSavana") e deve ser consultado com ele. A "memória" simboliza o compromisso da sociedade civil brasileira com a "solidariedade inter-Atlântica".

Deve-se notar que as suas actividades conjuntas com os movimentos camponeses e organizações da sociedade civil moçambicanos estão profundamente enraizadas em dois aspectos: (1) a sua experiência histórica e em curso de conflitos sociais que surgiram devido ao mega programa anterior da JICA no Cerrado (PRODECER) e dos movimentos sociais para lutar contra as consequências negativas e ultrapassar os obstáculos; e (2) o seu sentido de solidariedade como povo do sul ex colonizado.

Isto pode ser inferido pela expressão de "luta" frequentemente utilizada entre os movimentos moçambicanos e brasileiros. As organizações da sociedade civis e sociais brasileiras consideram as actividades relacionadas com o ProSAVANA como uma "luta conjunta pela soberania do povo" no processo histórico da aspiração do povo por uma "verdadeira libertação". Quando souberam que o seu presidente (Lula) levou este programa para ser instalado sob os princípios diplomáticos do "Sul-Sul" e da "solidariedade internacional", os movimentos sociais brasileiros sentiram responsabilidade em corrigir os erros. Isto pode ser observado no título da sua "Memória" e nas expressões encontradas nas suas declarações, relatórios e discussões.⁴³

(b) SC Japonesa: Responsabilidade de Doadores e Consumidores

O caso é diferente para a sociedade civil japonesa. Como o ProSAVANA é um programa financiado no âmbito do regime da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) japonês, as vozes dos camponeses locais e dos seus sindicatos são vistas como um problema da sua ajuda e das instituições nacionais (incluindo a JICA) na fase inicial. Como o Japão tem sido um país membro da OCDE/DAC (Comité de Assistência ao Desenvolvimento) e joga um papel importante no campo da cooperação internacional como um dos seus doadores tradicionais, a sua sociedade civil acumulou experiência e desenvolveu várias ferramentas para a advocacia de políticas.

⁴³ http://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Caderno_Pro savana_FASE.pdf
<http://farmlandgrab.org/25710>

Uma delas é um mecanismo de diálogo estabelecido entre ONGs japonesas e o MNE (*Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão*) chamado "Diálogo periódico entre as ONGs e o MNE". No quadro deste mecanismo, existe o "Diálogo de Política ODA", e as duas partes têm reuniões de diálogo sobre políticas três a quatro vezes por ano desde 2006. Esse mecanismo foi criado após a ODA japonesa ter enfrentado todo o tipo de escândalos sobre corrupção e insucessos.⁴⁴ O apoio público à ODA caiu drasticamente e o governo japonês e o MNE tentaram reconquistar a confiança dos contribuintes através da criação de uma Carta de ODA (2003), fazendo algumas mudanças institucionais e estabelecendo um mecanismo de diálogo com as ONG. Um dos escândalos e insucessos que tiveram de enfrentar durante o período da transição foram os problemas da assistência em pesticidas (2KR/KRII) para África, especialmente para Moçambique.⁴⁵ Através dessas experiências, desenvolveu-se o sentido de responsabilidade dos cidadãos japoneses como cidadãos de um país doador. À medida que a sociedade civil japonesa soube o que aconteceu, e ainda está a acontecer, no Cerrado brasileiro com o PRODECER da JICA, esse sentido de responsabilidade tornou-se ainda mais forte.

Depois de ler o primeiro comunicado da UNAC e receber pedidos oficiais de apoio em actividades de advocacia feitos pela UNAC e outras organizações da sociedade civil moçambicana em Outubro de 2012, os cidadãos e ONGs japoneses começaram a recolher informações e documentos da JICA e estabeleceram uma plataforma de diálogo em conjunto com o MNE e JICA para troca de informações e pontos de vista para superar os problemas em Dezembro de 2012. A partir de Julho de 2016 realizaram-se 17 reuniões entre as ONGs e o MNE/JICA no MNE.⁴⁶

Desde o início até agora, a expectativa de Moçambique era que a sociedade civil japonesa recolhesse informações sobre o ProSAVANA. Isso aconteceu porque a JICA tem vindo a desempenhar um papel central (muitas vezes liderando) desde o planeamento, coordenação e financiamento do programa e o Japão tem uma Lei de Acesso à Informação Administrativa em vigor (Lei da Informação, daqui em diante). Um grupo dos cidadãos japoneses têm vindo a realizar esta tarefa para os seus homólogos moçambicanos e brasileiros.

Outro ponto é que, uma vez que a motivação do Japão por trás do planeamento, lançamento e promoção do ProSAVANA foi para a sua própria segurança alimentar, especialmente garantindo a soja, alguns dos membros da sociedade civil japonesa sentiram-se responsáveis como consumidores que estão dependentes de grão barato vindo do estrangeiro.⁴⁷ Assim, dois tipos de responsabilidades, um como cidadão de um doador e outro como consumidor, têm sido a força motriz da sociedade civil japonesa, e a

⁴⁴ Os detalhes encontram-se no seguinte texto:

[http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20\(Funada\).pdf](http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20(Funada).pdf)

⁴⁵ Este caso foi discutido em detalhe durante o seminário realizado em Maputo em 7 de Agosto de 2014. A apresentação encontra-se no seguinte site: <http://farmlandgrab.org/23838>

⁴⁶ As actas das reuniões estão divulgadas no seguinte site do MNE:

http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/shimin/oda_ngo/taiwa/prosavana/index.html Os documentos distribuídos pelas ONGs encontram-se nos seguintes sites: http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/

⁴⁷ De acordo com o Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas do Japão, 93% do consumo de soja no Japão é importado. http://www.maff.go.jp/j/zyukyu/zikyu_ritu/pdf/26suii.pdf

maioria dos membros da sociedade civil japonesa que se envolvem em actividades de advocacia relacionadas o ProSAVANA são voluntários.⁴⁸

⁴⁸ Os pontos acima referidos foram apresentados e discutidos no colóquio internacional intitulado “*Global governance/politics, climate justice & agrarian/social justice*” (Governança Global/política, justiça climática e justiça agrária/social), realizado em 4-6 de Fevereiro de 2016 em Haia.
http://www.iss.nl/research/research_programmes/political_economy_of_resources_environment_and_population_per/networks/critical_agrarian_studies_icas/icas_colloquium/global_governancepolitics_climate_justice_agrariansocial_justice/

Capítulo 2. “Estratégia de Comunicação Social” do ProSAVANA

2-1. Acordo Trilateral e Contratos da JICA com Empresas Locais

2-1-1. Acordo no Comité Conjunto de Coordenação e Contratos da JICA

Em 3 de Dezembro de 2012, enfrentando súbitos protestos nacionais e globais contra o ProSAVANA, os três governos discutiram como lidar com este "problema" na terceira reunião do Comité Conjunto de Coordenação do ProSAVANA. Os três países concordaram em formular uma "estratégia de comunicação social" para "*alcançar a sociedade civil o mais rapidamente possível*".⁴⁹ As partes também "*concordaram em recomendar à ProSAVANA-HQ para iniciar a selecção e contratação de “um consultor ou empresa de consultoria especializada para elaborar este plano” (sic.) (MoM: 2).*

Com base neste acordo, de Dezembro de 2012 a Agosto de 2013, foram assinados quatro (publicamente conhecidos) contratos entre a JICA e três empresas de consultoria locais (CV&A, ITMZ e COLINAMOZ).⁵⁰ O contrato mais importante para esta análise é o segundo contrato entre a JICA e a CV&A (*Cunha e Vaz & Associados*), assinado em Maputo em 1 de Agosto de 2016.⁵¹ O título do projecto é "Definição da Estratégia de Comunicação para o ProSAVANA".

2-1-2. Contrato da JICA com CV&A em 2013

(a) Contrato da JICA e Antecedentes da CV&A

Embora não se saiba quando, a JICA e os três governos concordaram com o documento intitulado "Estratégia de Comunicação no âmbito do ProSAVANA", escrito em Inglês ("*Communication Strategy in the Framework of ProSAVANA*"). A JICA anexou este documento ao seu segundo contrato com a CV&A juntamente com os ToR (*Termos de Referência*) detalhados.⁵² Todos estes documentos foram divulgados pela JICA, a pedido de cidadãos japoneses feito no início de 2015.⁵³

A CV&A é uma empresa de consultoria portuguesa criada em 2003 por um empresário português, António Cunha Vaz, e actualmente tem 12 escritórios no mundo, incluindo Moçambique, Angola e Brasil.⁵⁴ De acordo com o contrato, parece que a JICA contratou a sua sucursal moçambicana, *CV&A-Consultores Sociedade Unipessoal, Lda.*, para a "Estratégia de Comunicação do ProSAVANA", tendo o fundador-presidente do Grupo CV&A assinado como um administrador da CV&A moçambicana.⁵⁵

⁴⁹ A libertação destas actas foi recusada pela JICA, mas a sociedade civil japonesa conseguiu acesso ao website da OMG internacional GRAIN.

⁵⁰ "Preliminary analysis of JICA primary documents" (17 de Janeiro de 2016). Em inglês <http://www.farmlandgrab.org/25696> Em português "Análise preliminar de documentos primários da JICA" <http://www.farmlandgrab.org/25669>

⁵¹ http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/101.pdf

⁵² http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/102.pdf

⁵³ Estes documentos publicados num site de ONGs japonesas:

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/index_docs.html

⁵⁴ <http://www.cunhavaz.com/>

⁵⁵ http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/101.pdf Os outros contratos serão publicados na Internet no site seguinte: http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/index_docs.html

A duração do contrato é de quatro meses (de Agosto a Novembro de 2013), mas parece que foi prorrogado até Outubro 2014 uma vez que existem alguns relatórios de actividades mensais (Julho, Agosto e Outubro de 2014) submetidos pela CV&A à JICA, ou a JICA pode ter dado à CV&A um terceiro contrato.⁵⁶ Curiosamente, o relatório de actividades mensal de Setembro de 2014, o documento indicando a extensão do segundo contrato e/ou o terceiro contrato, não está incluído no grupo de documentos divulgados. Este tipo de divulgação irregular veio a ser conhecido como uma característica comum da metodologia de divulgação da JICA no que se refere a documentos relacionados com o ProSAVANA.⁵⁷

(b) ToR da JICA para a CV&A: Objectivo e Metodologia

O objectivo do segundo contrato entre a JICA e a CV&A não está escrito no documento de contrato, mas nos ToR ("Termos de Referência Consultoria Projecto ProSAVANA"). Como o título do projecto indica, o objectivo do contrato é muito claro, é para preparar uma estratégia de comunicação definida para o ProSAVANA. Nos ToR, a JICA explica com mais detalhe o objectivo do projecto, embora com expressões bastante ambíguas. A consultoria é formular:

- "Com base nos *conteúdos publicados no site do ProSAVANA, documentos de referência, informação produzidas ou disponibilizada pelos projectos técnicos do ProSAVANA, instituições implementadores e coordenadoras no Japão, Brasil e Moçambique, e parceiros, elaborar conteúdos fixos para a página web do ProSAVANA,*
- *bem como uma estratégia compreensiva e ampla de comunicação com o público alvo do Programa, parceiros, sociedade civil e da comunidade internacional garantindo as dimensões internacional (sic.) e nacional (sic.) sobre o ProSAVANA".* (ToR para CV&A: 1)

A "metodologia na área da Comunicação Social" nos ToR ajuda-nos a entender mais claramente o objectivo do projecto. A JICA instrui a CV&A do seguinte modo:

- "4.2.2. *Estabelecer uma estratégia de comunicação para cada grupo alvo do programa, a saber: (1) Nível de tomada de decisão: público de alto nível de cada instituição ...*
- *4.2.6. Identificar eventuais falhas na atual (sic.) estratégia de comunicação do Programa e propor recomendações para a sua solução,*
- *4.2.7. Analisar a atual (sic.) estrutura de implementação da comunicação do Programa sugerir a estrutura ideal para a execução das actividades e propor mudanças, se necessário.*
- *(4.2. como resultados esperados) proposta de intervenção e planos de ação (sic.) para cada grupo alvo identificado".* (ToR para CV&A: 3-4) ⁵⁸

Os grupos-alvo indicados pela JICA são os seguintes:

⁵⁶ Estes documentos serão publicados no site acima.

⁵⁷ Para detalhe, ver o texto de análise anterior.

⁵⁸ http://farmlandgrab.org/uploads/attachment/Com_Strategy_for_ProSAVANA_%281%29.pdf

- *"Público académico: especialistas, estudiosos, pesquisadores e corpo técnico especializado na área de agricultura, meioambiente (sic.), economia, socioeconomia, dentre(sic.) outras.*
- *Público em Geral: mídias (sic.) em geral, jornais, revistas especializadas, TV, rádio, rádios comunitárias, etc.*
- *Público alvo do Programa: agricultores localizados nas províncias de Nampula, Zambézia e Niassa, em primeiro momento; extensionistas das direções (sic.) de provinciais; funcionários do IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique); Associações de Produtores; Cooperativas; Organizações Não Governamentais; Organizações de Produtores, entre outros identificados ao longo da consultoria, Organizações da Sociedade Civil nacionais e internacionais". (Ibid.:3)*

Como é evidente a partir das descrições acima, a "informação" que JICA instruiu a CV&A a recolher não era geral. Toda a informação era para alimentar a formulação de "proposta de intervenção e de acção para cada grupo alvo identificado" (Ibid.:4).

No âmbito da "estratégia de comunicação a longo prazo", a JICA indica as seguintes condições para os consultores a serem contratados pela CV&A:

- *"Que compreendem os seguintes aspectos "... (h) análise do resultado da comunicação e possível mudança de rumo" para a "definição e implementação da estratégia de comunicação". (Framework of ProSAVANA: 3-4)*

Para o ProSAVANA e JICA, a "comunicação social" significava "intervenção social" e o que eles realmente queriam era estabelecer uma estratégia eficaz para identificar os "erros actuais" para "mudar de rumo". Nenhum dos promotores do ProSAVANA e JICA tinha a intenção de responder às preocupações, aspirações e pedidos formalmente apresentados aos três governos. As suas expectativas e determinações eram de, por meio de "pesquisa", "análise", "estabelecimento de uma estratégia", "plano de acção" e "intervenção", acalmar as sociedades civis.

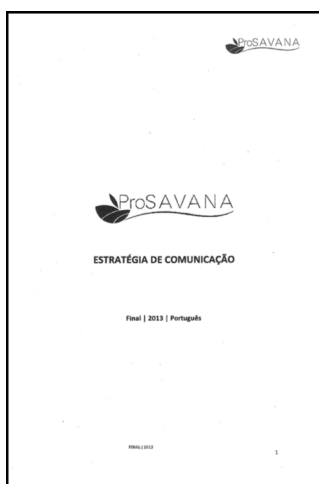
A fim de cumprir as suas tarefas, a CV&A foi instruída a apresentar uma versão preliminar e versão final do "*Relatório de diagnóstico da situação contendo ações (sic.) e recomendações*" (ToR.: 5).

2-2. Formulação da “Estratégia de Comunicação do ProSAVANA”

2-2-1. Descoberta e Natureza do Relatório da “Estratégia”

Nos ToR, a JICA exige que um relatório preliminar seja apresentado até à terceira semana de Agosto, e um relatório final até à terceira semana de Setembro de 2013 (Ibid.). E a CV&A cumpriu estas instruções e completou um relatório de 50 páginas intitulado "ProSAVANA: Estratégia de Comunicação", escrito em português.⁵⁹ Mais tarde, soube-se que havia uma versão do relatório em inglês, mas a existência desta versão do relatório nunca foi mencionada e, portanto, não foi divulgada.

⁵⁹ O relatório completo foi publicado por uma ONG japonesa no seguinte site:
http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/104.pdf



Mesmo a identificação e a divulgação deste relatório não foi fácil. Levou tempo e muito trabalho de adivinhar/de dedução. A existência do acordo levou ao conhecimento sobre o contrato e seus anexos, incluindo os ToR. Os ToR sugeriram a existência do relatório final e, nessa altura, foi revelada a versão em português apenas. Dado que a língua dos relatórios não foi determinada nos ToR, até ao vazamento de outros documentos relacionados, em Maio de 2016, era impossível saber que havia uma versão em inglês. Assim, ainda hoje, a maioria das organizações civis japonesas e internacionais não conhece a "Estratégia de Comunicação do ProSAVANA", que ainda está em vigor oficialmente de acordo com os representantes da JICA (O 15º diálogo, 19 de Fevereiro de 2016).

Este texto é a primeira análise da "Estratégia de Comunicação do ProSAVANA", o relatório final preparado pela CV&A. Devido à ocultação actual da versão em inglês pela JICA, alguns detalhes do relatório da versão portuguesa serão partilhados neste capítulo.

2-2-2. Direcções Predeterminadas Observadas no Relatório da “Estratégia”

(a) Análise Geral e SWOT da CV&A

Na primeira página do relatório (em texto), a CV&A resume o problema geral da comunicação do ProSAVANA e a sua principal causa da seguinte forma:

- *“A ausência de uma comunicação planeada, sistemática e clara sobre os fundamentos e as linhas mestras do Programa, e sobre a sua evolução, permitiu a criação de muitos mitos e fantasmas que agora é essencial deslindar.*
- *Esta desinformação foi essencialmente criada com base em interpretações erradas da informação disponível e disseminada por instituições nacionais e internacionais (nomeadamente do Brasil e Japão) com um objectivo de seguir uma agenda económica e política própria de países com interesses diversos em Moçambique ”.* (Estratégia: 5)

As organizações civis dos três países são acusadas de ser a causa fundamental dos problemas que os promotores do ProSAVANA enfrentam.

Em seguida, é apresentada a seguinte análise SWOT do ProSAVANA:

Strengths (Pontos Fortes)	Weakness (Fraquezas)
<ul style="list-style-type: none"> – Interesse de Moçambique em melhorar a sua capacidade de produção agrícola; – Grande experiência dos coordenadores; – Forte potencial agrícola de Moçambique; – Simpatia de muitos agricultores com o programa; – Programa em Moçambique coordenado pelo Governo Moçambicano. 	<ul style="list-style-type: none"> – Desconhecimento das pessoas do que é o ProSAVANA; – Algumas más experiências no passado causaram traumas; – Comparação negativa com o Cerrado.

Opportunities (Oportunidades)	Threats (Ameaças)
<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da Segurança Alimentar e condições socioeconómicas no Corredor de Nacala; - Melhoria das condições de produção agrícola em Moçambique; - Desenvolvimento integrado de infraestrutura no Corredor de Nacala; - Adesão massiva da população ao programa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de adesão das comunidades locais ao ProSAVANA; - Convulsões sociais orquestradas pela Sociedade Civil; - Luta da sociedade civil internacional ter efeitos políticos; - Mudanças políticas em qualquer um dos países coordenadores que perturbem o programa.

Estratégia: 6.

Vários pontos referidos nesta análise SWOT devem ser notados aqui: (1) das quatro ameaças ao ProSAVANA, três estão relacionados com a sociedade (civil), incluindo as comunidades locais; (2) a última ameaça é "mudança de política de qualquer um dos (três) países"; (3) como uma fraqueza lista-se a "comparação negativa com o Cerrado"; (4) como uma oportunidade refere-se a "aspiração massiva da população".

(b) O “Perigo” do ProSAVANA: Ignoradas as Causas de Raiz

Na análise global acima, os resultados da pesquisa da CV&A são bastante estranhos dado que o relatório está cheio de descrições sobre inúmeras falhas dos actores do ProSAVANA e organizações relacionadas. Por exemplo:

- *“(1.5. Comunicação Externa) O ProSAVANA deve os seus problemas de comunicação e imagem externa a várias razões:*
 - *Apenas recentemente houve uma definição do que é a ‘marca’ do ProSAVANA;*
 - *O processo da definição do que é realmente o Programa e quais os seus reais impactos (sic.) ainda está em curso;*
 - *Grandes diferenças entre os seus stakeholders (*partes interessadas);*
 - *Ausência de mecanismo de comunicação com o exterior;*
 - *Forte interesse público pelo Programa; necessidade de manter a confidencialidade de documentos e processos de estudo em curso, até à sua versão final;*
 - *Grupos de interesses que vêm (sic.) ganhos económicos e políticos no fim do ProSAVANA... ”*
- *Dadas as razões já identificadas pelas quais a comunicação externa do ProSAVANA não tem funcionado, acredita-se que uma comunicação constante, proactiva e positiva, que informe os stakeholder do que realmente é o ProSAVANA, e quais os seus objectivos, terá resultados muito positivos na imagem do ProSAVANA, quer nacional, quer internacional”. (Estratégia: 8) .*

A partir desta descrição, é claro que "este perigo" do ProSAVANA (*Ibid.*) tem resultado dos seus próprios problemas. No entanto, estes não estão reflectidos na análise SWOT na página 6.

Este relatório final confirma que, mesmo em Setembro de 2013, os três governos e a JICA não tinham definido "o que era o ProSAVANA" devido a existência dos “grupos de

interesses que vêm ganhos económicos e políticos". Embora essas causas de raiz do problema do ProSAVANA tenham sido claramente identificadas, a CV&A não abordou estas causas de todo. Todos os problemas foram banalizados a problemas de "coordenação interna" e de "comunicação externa". As organizações da sociedade civil (especialmente do Brasil e do Japão e globais) foram responsabilizadas por estes problemas, portanto, o principal culpado. O relatório concluiu que, com o estabelecimento da estratégia de comunicação e sua implementação fiel, o "perigo" seria superado (*Ibid.*).

Não se deve esquecer, porém, donde vem essa limitação na prescrição. O seu contrato era para fazer propostas para uma "Estratégia de Comunicação" mas o enfrentamento das causas de raiz não foi instruído ou escrito no contrato pelo seu contratante principal, a JICA.

O projecto foi realizado usando dinheiro público (do Japão) para um programa público de desenvolvimento. No entanto, a mera existência do projecto relacionado com a "Estratégia de Comunicação", no âmbito do ProSAVANA era totalmente desconhecido para o público. Esta informação nunca foi partilhada nas reuniões de diálogo periódico entre as ONGs japonesas e o MNE/JICA até à sua descoberta pela sociedade civil, finalmente, em 2015.

Assim, sem saber que o relatório final sobre a "estratégia" estava concluído e aprovado pela JICA e outros no mesmo mês, a plataforma da sociedade civil regional (da Província de Nampula) divulgou um comunicado anunciando que:

- “(A) PPOSC-N reafirma que “a Carta Aberta Para Deter e Reflectir o Prosavana, endereçada aos chefes de Estado e governos signatários do mesmo que apela à detenção, reflexão e mudança de abordagem para o suporte à agricultura do sector familiar, da qual ainda se aguarda resposta do Governo de Moçambique, constitui a base da agenda da PPOSC-N”. (PPOSC-N, 30 de Setembro de 2013)⁶⁰

Reiteraões oficiais da Carta Aberta e pedidos pela, muito esperada, resposta dos três governos foram repetidos pelas organizações dos três países mesmo depois disso, uma vez que as sociedades civis não conheciam a posição que o governo já tinha tomado.

O relatório final revela que os três governos e a JICA não tinham qualquer intenção de "deter" e/ou de "reflectir" sobre o ProSAVANA, a fim de realizar o que as organizações signatárias da carta pediram. Que foi o seguinte: (a) a abertura de toda a informação relacionada com o ProSAVANA; (b) estabelecer um processo de diálogo verdadeiramente democrático, transparente e inclusivo; (c) restabelecer a confiança com as partes interessadas; (d) redefinir em conjunto o objectivo do programa; (f) direccionar a assistência às organizações de camponeses locais já existentes; e (g) e tornar o passado negativo em algo positivo.

Em vez de tentar satisfazer ou responder a estes pedidos, a JICA e os promotores do ProSAVANA tomaram uma decisão e estavam determinados a continuar avante com o programa, sem informar as sociedades civis desta decisão. Afinal, todos tinham os

⁶⁰ <http://farmlandgrab.org/22645>

"grupos de interesse têm ganhos económicos e políticos" como a CV&A descobriu (Relatório Final: 8). Assim, eram urgentemente necessárias "estratégias" eficazes, mas isso não deveria ser descoberto pelas sociedades civis.

Na verdade, não há quaisquer documentos oficiais sobre o ProSAVANA mostrando qualquer informação ou indício relacionados com este projecto ("Estratégia de Comunicação"). Como explicado anteriormente, a descoberta foi conseguida através de incansáveis esforços, e, também, de certa forma acidental, possíveis com a primeira exposição dos documentos ocorrida em Abril 2013.⁶¹

(c) "Mitos" e "falsas interpretações" pela SC?

Um dos argumentos centrais da CV&A sobre a causa dos problemas eram as "falsas interpretações" e "mitos" difundidos pelas organizações da sociedade civil. Estas alegações, contudo, não são suportadas por qualquer informação ou fontes no relatório.

Uma semana depois (8 de Agosto de 2013) da data do contrato entre a JICA e CV&A, realizou-se em Maputo a primeira "Conferência Triangular do Povo no ProSAVANA" organizada pela UNAC e ORAM (*Associação Rural de Ajuda Mútua*). Embora um grupo de representantes do Ministério da Agricultura (MINAG), incluindo o seu ministro Pacheco, tenha participado na conferência, nenhum dos governos japonês e brasileiro (nem da JICA ou da ABC) participou. Do lado da sociedade civil, numerosos representantes das sociedades civis dos três países, especialmente dos líderes camponeses de distritos e províncias alvo do ProSAVANA, assim como líderes das organizações signatárias da Carta Aberta e mais de 100 camponeses participaram activamente no evento que durou das 08:30 durante 12 horas. Após a análise da "estratégia", é evidente que a ausência de representantes dos governos japonês e brasileiro também foi uma tentativa de fomentar a "internalização" do ProSAVANA. Isto será tratado adiante.

Embora não se saiba se os consultores da CV&A participaram na conferência, uma vez que o MINAG filmou toda a conferência, certamente eles tiveram acesso ao vídeo e conhecem o conteúdo do que e como os representantes da sociedade civil falaram.⁶²

A agenda da conferência foi a seguinte: (a) observações de abertura; (b) várias apresentações pelo Governo de Moçambique sobre o ProSAVANA; (c) projecção de um vídeo feito com base na pesquisa de campo conjunta sobre o Cerrado feita por organizações da sociedade civil moçambicanas e brasileira;⁶³ (d) partilha da investigação detalhada sobre o ProSAVANA e dos seus relatórios sobre o plano director por um especialista brasileiro;⁶⁴ e (e) Discussão. As apresentações realizadas e as discussões dos representantes das sociedades civis foram todas baseadas em investigação, enquanto as

⁶¹ <https://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears>

⁶² Deve-se notar que o MINAG obrigou cada participante a dizer o seu nome e filiação e filmou cada um sem referir os motivos para isso.

⁶³ <https://www.youtube.com/watch?v=jUKmyKf5E0k>

⁶⁴ O conteúdo da apresentação foi mais tarde publicado como um relatório "Cooperação Brasileira e Investimentos em África: O Caso do ProSAVANA em Moçambique", de Sérgio Schlesinger, e acessível no seguinte site: http://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Caderno_Pro savana_FASE.pdf (em português); http://www.iucn.org/backup_iucn/cmsdata.iucn.org/downloads/temti_ep_01_2014_1.pdf (em inglês).

dos representantes do MINAG foram sobre "planos" e "expectativas", apesar já terem passado três anos desde o acordo original sobre o ProSAVANA.⁶⁵

Durante as discussões, os directores do MINAG negaram, repetidamente, quer a ênfase inicial do programa na promoção do agronegócio, quer no desenvolvimento da agricultura tipo-Cerrado e na ligação com o PRODECER, que já se havia materializado no ProSAVANA na forma de seminários internacionais e missões conjuntas público-privadas que tiveram lugar no Brasil, Japão e Moçambique de 2011 a 2013.

Após esta conferência, a negação destes factos, especialmente os relacionados com o objectivo original, âmbito e planos do ProSAVANA, tornaram-se características centrais das tácticas usadas pelos três governos, a fim de afastar as preocupações e críticas das sociedades civis. Um dos exemplos mais notáveis foi observado durante a segunda "Conferência Internacional de Camponeses sobre Terra e Sementes", organizado pela UNAC em 15 e 16 de Outubro de 2013. Um dos principais tópicos da conferência foi sobre o ProSAVANA. Vários académicos internacionais e moçambicanos fizeram apresentações sobre o ProSAVANA com base na sua pesquisa bibliográfica e de campo.⁶⁶

Embora os representantes dos três governos tenham sido convidados para o evento, mais uma vez apenas os moçambicanos participaram. A negação repetida dos factos sobre o ProSAVANA pelos directores do MINAG causou enormes reacções dos participantes e deixou impressões negativas não só entre a sociedade civil moçambicana, mas também nos meios de comunicação nacionais e internacionais.⁶⁷ Mais tarde, um artigo escrito por uma das organizações participantes foi publicado num jornal nacional independente, e o seu título mostra claramente o problema surgido: "ProSAVANA: Manipulações, Mentiras e Meias Verdades" (*Verdade*, 8 de Novembro de 2013).⁶⁸

Embora fosse bastante óbvio, somente através da divulgação do relatório final da CV&A, em Novembro de 2015, se descobriu e confirmou que essas tácticas eram realmente parte da estratégia institucional do ProSAVANA (Estratégia: 35).

Estes incidentes contradizem as alegações da CV&A sobre os "mitos" e "falsas interpretações" propagados pelas organizações da sociedade civil. Em vez disso, eles indicam uma "mistificação institucional" dos factos anteriores e actuais pelos promotores do ProSAVANA e são reforçados pela CV&A no seu relatório (*Ibid.*).

⁶⁵ Quase todas as apresentações foram publicadas ONGs Japonesas no seguinte site:

https://www.youtube.com/results?search_query=prosavana

⁶⁶ Isabela Nogueira e Ossi Ollinaho (2013) "From Rhetoric to Practice in South-South Development Cooperation: A case study of Brazilian interventions in the Nacala corridor development program" http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/41996426/NOGUEIRA_OLLINAHO_WorkingPaper_NA_CALA_CORRIDOR.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1470924090&Signature=7XEoH1txxz4aYYI0ehvTNnOTlco%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DFrom_Rhetoric_to_Practice_in_South-South.pdf

⁶⁷ <http://www.dw.de/camponeses-mo%C3%A7ambicanos-sentem-se-exclu%C3%ADdos-do-prosavana/a-17075860>
<http://www.dw.de/antepassado-brasileiro-do-prosavana-prejudicou-pequenos-agricultores-dizem-estudiosos/a-17067517>
<http://www.dw.de/projeto-brasileiro-que-inspirou-o-prosavana-teve-impactos-ambientais-graves/a-17054390> Reflexão Prosavana <http://v2.videos.sapo.ao/bZCYMEPag3Ge3BacMAsz>

<http://www.portugues.rfi.fr/africa/20130807-povos-de-mocambique-brasil-e-japao-face-ao-prosavana>

⁶⁸ <http://www.verdade.co.mz/ambiente/41572-prosavana-manipulacoes-me%20tiras-e-meias-verdades>

(d) Resumo da Estratégia Recomendada

Parece que a CV&A teve uma orientação predeterminada para a sua "análise" e para a formulação da estratégia de comunicação do ProSAVANA. Embora o relatório final se prolongue por 50 páginas, o que a CV&A desenhou como a estratégia de comunicação poderia ser resumido como se segue:

1. Melhorar a coordenação interna através da institucionalização de comunicações e do estabelecimento de algumas ferramentas;
2. Diminuir drasticamente a informação relacionada com o Cerrado brasileiro e organizar declarações difamatórias por parte de funcionários moçambicanos a fim de desacreditar as reivindicações feitas pelas organizações da sociedade civil;
3. Avançar com projectos visíveis que contribuem para a "produção agrícola" e difundir os resultados, a fim de criar beneficiários e mobilizar as aspirações populares para o ProSAVANA;
4. Estabelecer uma rede de comunicação a nível da comunidade em funcionamento através da criação de "colaboradores" locais ligados à sede do ProSAVANA através dos SDAE a fim de controlar as comunidades locais e desvalorizar as OSCs.

2-2-3. Alvo Principal da “Estratégia”: Comunidades Locais

(a) Contacto Directo com Comunidades para “Desvalorizar as OSCs”

O primeiro alvo da "estratégia" foi determinado pela CV&A no relatório final. Isso foi "comunidades no Corredor de Nacala":

- *"O ProSAVANA tem um número alargado de stakeholder e públicos-alvo com quem tem obrigatoriamente de comunicar... dessa forma, se reduzam drasticamente o número de críticas e alguma desinformação que correr sobre o Programa". (Ibid.: 10).*

Este é o motivo oficial para seleccionar as "comunidades locais" como principais intervenientes do programa. Mais tarde, a CV&A revela que a razão para estabelecer contacto directo com as comunidades era para "desvalorizar essas associações (OSCs) enquanto porta-vozes das comunidades ou dos agricultores" (Ibid.: 34).

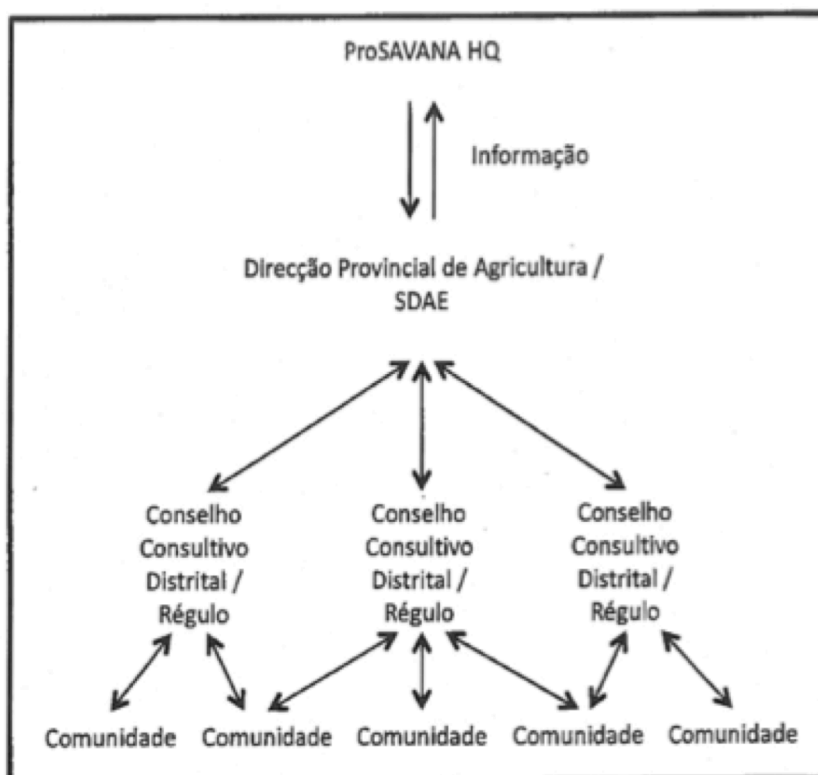
É claro que o seu verdadeiro alvo para contra-actividades foi a UNAC e suas associações afiliadas existentes em todos os 19 distritos do ProSAVANA. A sua verdadeira motivação parece ter sido o desconectar a população local dos membros das uniões da UNAC e colocar as comunidades locais ao longo do Corredor de Nacala sob a autoridade e controlo de promotores do ProSAVANA. Eis como.

(b) Criação de Estrutura Local em Funcionamento

A CV&A recomenda a utilização das "estruturas e hierarquias já existentes" e dos "mecanismos oficiais", tais como os "Conselhos Consultivos a nível distrital e local" e os "Líderes sociais tradicionais, como os Régulos".⁶⁹

⁶⁹ "Régulo (pequeno rei)" é um termo criado e utilizado durante o período colonial Português. Ele tem conotações e funções semelhantes aos de "chefe supremo", mas deve ser usada com cautela, especialmente no norte de Moçambique. Para discussões detalhadas, consulte o seguinte livro: Sayaka Funada Classen (2013)

Em seguida, foi destacada a importância do uso SDAE (*Serviço Distrital de Actividade Económica*). Os relatórios recomendaram a canalização de informação e mensagens sobre o ProSAVANA através deste órgão governamental (*Ibid.*). O relatório até colocou uma imagem deste fluxo de informação para facilitar a compreensão pelos actores não-moçambicanos, como a JICA e seus consultores:

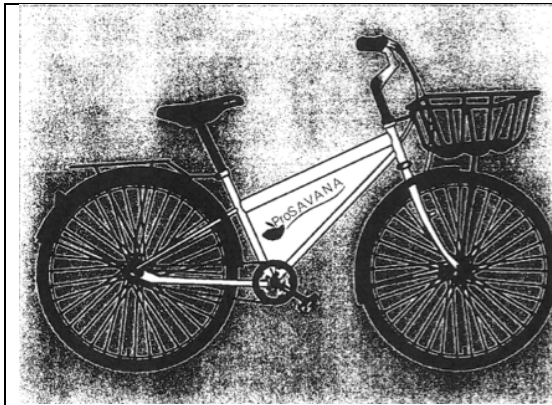


Estratégia: 11.

(c) “Criação de Rede de Colaboradores” em Cada Um dos 19 Distritos

A CV&A também recomendou ao governo moçambicano para instruir os SDAEs em cada distrito para "identificarem uma pessoa de extensão que poderia fazer a ponte entre o ProSAVANA e as autoridades distritais e locais" (*Ibid.*: 23). E, além disso, sugeriu fortemente que o governo realizasse esta tarefa "imediatamente" e para que "a rede de colaboradores estivesse operacional até ao final de 2013" (*Ibid.*).

A CV&A sugeriu que o ProSAVANA oferecesse bicicletas com o logótipo do ProSAVANA nelas aos "colaboradores" e líderes tradicionais que irão ajudar na difusão de informações do programa (*Ibid.*: 46). O desenho seguinte foi incluído no relatório.



Esquerda: Estratégia: 43 Direita: durante “Auscultação Pública” Podem confirmar as presenças dos régulos.

Na verdade, em Setembro de 2013, ocorreu uma mudança clara no alvo dos promotores do ProSAVANA. Quando a "Nota de Conceito" do plano director do ProSAVANA foi subitamente liberada pelo MINAG⁷⁰, foi anunciado que seriam DPA (*Direcção Provincial da Agricultura*) realizadas "reuniões rurais" em todas as três províncias do ProSAVANA e em alguns dos seus 19 distritos.⁷¹ Embora o ProSAVANA tenha tentado usar todos os actores locais, acima mencionados, nas suas mobilizações e participações, parece que também enfrentou certas limitações.⁷² Foram ainda as DPAs e os administradores distritais e seus funcionários que estiveram mais activamente envolvidos e responsabilizados na organização dos eventos e não os SDAEs.⁷³

A implementação da estratégia acima tornou-se mais evidente durante as reuniões de "consulta pública/audição" sobre a versão zero do plano director do ProSAVANA realizadas em Abril de 2015. As reuniões foram preparadas pelos SDAEs locais e os participantes principais foram os actores acima indicados como “colaboradores” locais, os membros dos Conselhos Consultivos, e líderes tradicionais, incluindo régulos e apoiantes da Frelimo.⁷⁴ Houve alguns distritos e localidades, onde houve uma reunião com esses actores antes das reuniões formais de "audiência pública". Em alguns casos, o SDAE informou as uniões locais afiliados da UNAC que somente até cinco representantes podiam participar nas reuniões.⁷⁵

⁷⁰ A nota de conceito foi postada no seguinte site:

<https://www.prosavana.gov.mz/index.php?p=biblioteca&id=6> Especialistas e cidadãos japoneses analisaram esta nota: http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/8kai_shiryo/ref9.pdf (em japonês) <http://farmlandgrab.org/22964> (em inglês)

⁷¹ No caso das reuniões sobre a "Nota de Conceito", as discussões começaram a partir do nível provincial. Devido ao conteúdo insatisfatório do documento, a plataforma provincial da sociedade civil de Nampula (PPOSC-N) rejeitou cooperar para organizar as reuniões a nível distrital, a menos que fosse apresentada uma Nota revista. A Nota nunca foi revista, pelo que não foi organizada qualquer reunião distrital em Nampula. Mesmo este facto foi distorcido no documento informativo oficial preparado pelo MNE para os parlamentares japoneses (15 de Junho de 2015).

⁷² A partir da análise dos relatórios mensais dos consultores japoneses da JICA.

⁷³ Com base nos relatórios mensais divulgados escritos pelos consultores da JICA para o ProSAVANA-PD. Observações feitas pelos participantes nestas reuniões que pertencem aos camponeses e organizações da sociedade civil na província de Niassa.

⁷⁴ A utilização da estrutura local da Frelimo para criar uma “rede de colaboradores” em cada distrito foi observada amplamente durante as “audiências/consultas públicas”. Consultar as seguintes apresentações e declaração: <http://farmlandgrab.org/24909> http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/12kai_shiryo/ref9.pdf

⁷⁵ Com base no resultado de entrevistas a uniões locais de camponeses e da observação participativa

Após terminar a primeira ronda de reuniões de "audiência pública" a nível distrital, em Maio de 2015, numerosas organizações da sociedade civil moçambicana, incluindo institutos de pesquisa e organizações religiosas criticaram e condenaram o processo.⁷⁶ Estas declarações referiam que essas reuniões não foram abertas, democráticas, inclusivas, ou adequadas e contradiziam o decreto ministerial que determina os "princípios do processo de consulta pública". Muitos afirmaram que as reuniões foram politicamente orientadas e demasiado politizadas (locais onde essas reuniões tiveram lugar), onde, em alguns casos, estiveram presentes polícias armados.⁷⁷ A UNAC e outras organizações solicitaram a anulação das reuniões com base nas observações participativas que elas realizaram em todos os 19 distritos.⁷⁸ E as organizações da sociedade civil brasileiras e japonesas apoiaram isto, juntamente com 80 outras organizações de todo o mundo.

A resposta da JICA à pergunta sobre a razão pela qual tinham começado pelo nível distrital, onde os preparativos adequados são mais difíceis, muito apressados, sem notificar e pedir ajuda de organizações nacionais e regionais, foi a seguinte:

- *“Porque o ProSAVANA considera que as comunidades locais são os intervenientes mais importantes... Também porque foi assim que o governo moçambicano quis, e nós estamos para apoiar o que o governo beneficiário quer fazer”*. (11º diálogo, 28 de Abril de 2015; Sessão de estudo organizada pelos parlamentares, 15 de Junho de 2015).

De modo provar esta reclamação (ênfase no direito do governo recipiente) formalmente e para evitar mais críticas directas à JICA, a agência de cooperação japonesa não enviou qualquer representante às reuniões de “audiência/consulta públicas”, apesar de o plano director ter sido formulado por consultores japoneses da JICA e todas as reuniões terem sido financiadas pela JICA.⁷⁹

A verdade era que, em Setembro de 2013, o ProSAVANA tinha adaptado a "estratégia" recomendada pela CV&A para “internalizar (domesticar)” o ProSAVANA e para se concentrar nas comunidades locais (especialmente ao nível distrital) e estabelecer uma "rede de colaboradores locais" a fim de "desvalorizar” as organizações da sociedade civil (Estratégia: 23; 34). A JICA não tinha intenções de revelar esse facto aos parlamentares japoneses, muito menos às ONGs japonesas e seu público. Ainda hoje, os parlamentares que pertencem à Comissão Especial da ODA e que têm vindo a envolver activamente nas discussões sobre o ProSAVANA não têm qualquer conhecimento sobre a existência da

realizada por uma ONG japonesa durante o período em que decorreram as “auscultação/consultas públicas”. Este resultado foi incluído na seguinte apresentação e declaração:

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/12kai_shiryo/ref9.pdf <http://farmlandgrab.org/25017>

⁷⁶ <http://farmlandgrab.org/24909>

<https://adecru.wordpress.com/2015/05/11/exigimos-a-suspensao-e-invalidacao-imediata-da-auscultacao-publica-do-plano-director-do-prosavana/> <http://farmlandgrab.org/24926>

⁷⁷ Ver declarações acima.

⁷⁸ https://issuu.com/justicaambiental/docs/chamada_dos_povos_para_invalida_ee4b51124dcc6b

⁷⁹ O governo moçambicano cobriu os custos de transporte dos funcionários governamentais e o resto foi coberto pela JICA. A ABC não pagou nada, de acordo com um relatório resumo da JICA apresentado aos parlamentares japoneses (15 de Junho de 2015).

"Estratégia de Comunicação do ProSAVANA" e os projectos com ela relacionados.

2-2-4. "Estratégia de Comunicação" para SC

(a) "O Diálogo Terá Efeitos Mais Reduzidos ou Nulos"

O tom usado no resumo, que aparece na página 5, que acusa as organizações da sociedade civil de serem o culpado principal dos fracassos do ProSAVANA, continua ao longo de todo o relatório. A seguinte afirmação é um exemplo típico:

- "*(h)á uma tentativa de alguma sociedade civil organizada em manipular a sociedade moçambicana, informando-os com dados falsos, os quais são depois disseminados pelos media que, tal como a restante população, ainda têm muito pouca informação do que é o ProSAVANA*". (Ibid.: 12) *Ênfase dos autores.

Como se viu no exemplo acima, o relatório não lista um único exemplo (evidência) desta reivindicação. Ainda assim, a CV&A tira as seguintes conclusões:

- "*Particularmente em Moçambique, a Sociedade Civil, de um modo geral, "assumiu" (*do espaço público com a opinião de) que o Programa irá ter impactos negativos sobre as populações locais (sic.)...*
- "*Algumas das associações que criticam e receiam o ProSAVANA poderão ser acalmadas quando tiverem o acesso à informação mais completa e actual do Programa. Outras têm objectivos políticos e/ou mediáticos e, portanto, o diálogo (com a SC) terá efeitos mais reduzidos ou nulos*". (Ibid.:13) *Ênfase dos autores.

O relatório da "Estratégia" não analisou a razão pela qual as organizações da sociedade civil moçambicanas estavam unidas e partilhavam preocupações sobre o possível impacto negativo do programa, mas, em vez disso, acusa que essas organizações dizendo que tinham "motivações políticas". No entanto, nunca é explicado quais são as "motivações políticas" das OSCs moçambicanas e quais são os "interesses económicos e políticos" das OSCs brasileiras e japonesas citadas e repetidamente acusadas no relatório final. Os consultores da CV&A indicaram, de facto, os interesses políticos e económicos dos promotores do ProSAVANA, mas esses não são levados em consideração na sua análise.

O relatório da "Estratégia" desvaloriza a importância do diálogo com as organizações da sociedade civil moçambicana desde que este não daria os efeitos desejados com a "estratégia". Quaisquer diálogos para um programa internacional-nacional-regional como este não devem ser preparados e realizados a fim de servir o objectivo dos governos ou do programa. Em vez disso, um diálogo relevante é o direito dos cidadãos e povo assegurado pelas constituições dos três países e incluído nas directrizes da JICA. Este entendimento não é observado em qualquer lugar do relatório da "estratégia". As suas preocupações são simplesmente como diminuir os impactos negativos, tal como apercebidos pelos actores da sociedade civil sobre o ProSAVANA, e esta foi a orientação pré-determinada que lhes foi dada pela JICA e promotores do ProSAVANA, como acima discutido.

(b) "Perigos das ONGs Internacionais"

O relatório da "Estratégia" descreve "os perigos destas ONGs (internacionais)" como

resultando dos seguintes quatro “factores gerais”:

- 1) *são profissionais a contrato que seguem interesses financeiros e/ou políticos para seguir uma causa, sendo portanto quase impossível demovê-los da sua luta;*
- 2) *(tendo) acesso a académicos com capacidade para criar estudos e formular opinião junto da opinião pública nacional e internacional;*
- 3) *(tendo) capacidade de angariação de financiamento;*
- 4) *(tendo) forte experiência e conhecimento na "luta" pelos seus interesses e em influenciar a opinião pública e os seus público-alvo nos seus países de origem: Japão e Brasil. (Estratégia: 13)*

O relatório da “Estratégia” ainda adverte para a seguinte conclusão, mais uma vez sem qualquer base:

- *“Os jornalistas devem perceber que quando dão voz a esses actores internacionais estão a ser manipulados e a fugir do interesse dos cidadãos moçambicano”. (Ibid.: 14)*

(c) Tentativa de Incorporação das OSCs Moçambicanas

O relatório da “Estratégia” recomendou que o *"ProSAVANA organize e convide a Sociedade Civil (moçambicana) para reunir e debater o Programa"* e *"prepar(e) apresentações PowerPoint muito objectivas, que reforcem os pontos positivos do ProSAVANA"* (Ibid.: 34).

E, ainda, lista as condições para realizar estas reuniões, tais como a elaboração de actas escritas e a gravação (vídeo e áudio), a fim de *"haver provas inatacáveis de quem esteve na reunião, do que disse e da posição que tomou"* (Ibid.). O relatório da “Estratégia” também descreve quatro vias para *"minimizar a força destas organizações"*, sendo a última *"formalizar os contactos a pedir encontros/reuniões ou de prestação de informações, de modo a que o ProSAVANA não possa ser acusado de estar em falta"* (Ibid.:35).

Esta observação é muito importante devido às acções intrigantes realizadas pela equipe técnica do ProSAVANA em várias ocasiões ocorridas entre OSCs moçambicanas e os três governos desde Setembro de 2013. Os representantes da UNAC enfrentaram o aparecimento inesperado de representantes do ProSAVANA dos três países, quando estavam numa reunião, sobre um assunto diferente, com funcionários de alto nível no Ministério da Agricultura (4 de Novembro de 2013). Estes representantes governamentais e da JICA insistiram com os delegados da UNAC para ter uma reunião ali mesmo. A UNAC recusou, mas sugeriu-lhes que organizassem uma reunião com outras OSCs para discutir quais as condições para que se pudesse organizar um diálogo sobre o ProSAVANA.⁸⁰

Quando o encontro ocorreu em Maputo, circulou uma lista de presenças, intitulada "Diálogo para o ProSAVANA", e os membros das OSCs apresentaram fortes objecções.

⁸⁰ Mesmo esta ocasião foi incluída como "uma reunião de diálogo entre a UNAC e o ProSAVANA" num documento oficial da JICA usado em reuniões com parlamentares japoneses.

Em Nampula, as organizações que participaram numa outra reunião com os actores do ProSAVANA, incluindo a JICA, ficaram chocadas ao descobrir gravadores de vídeo e de áudio escondidos. A suspeita e desconfiança das organizações da sociedade civil moçambicana para com promotores do ProSAVANA pioraram, e elas retiraram-se de quaisquer outras reuniões relacionadas com o ProSAVANA.⁸¹

Estes acontecimentos foram reportados à sociedade civil japonesa e apresentados e criticados durante o seu diálogo em Tóquio em Novembro e Dezembro de 2013 e, novamente, em 2014. No entanto, a directora da Divisão do Planeamento da Assistência dos Países III em Bureau da Cooperação Internacional do MNE insistiu no seguinte: “o facto é que eles tiveram um encontro e nós não podemos negar este facto” (6º diálogo, 25 de Novembro de 2013).⁸² Somente em Janeiro de 2016, muito tempo depois dessas reuniões se terem realizado em Maputo, Nampula e Tóquio, é que se revelaram os antecedentes para a atitude dos promotores do ProSAVANA, “a estratégia” foi revelada com a divulgação do relatório fina do projecto.

(d) Contra-acções contra a SC (Especialmente do Brasil e Japão)

Perto do fim do relatório final, o seu tom sobre a sociedade civil torna-se agressivo e unilateral. Por exemplo:

- *“Relativamente à influência que as organizações de Sociedade Civil exercem sobre os media (sic.) em Moçambique, considera-se que a manutenção de uma comunicação contínua pelo ProSAVANA irá fazer com que diminua a força exercida por essas organizações...”*
- *Retirando importância às organizações da sociedade civil moçambicanas, retira-se força às ONG (sic.) estrangeiras a actuar em Moçambique, pois estas reduzem o seu contacto com os media e, conseqüentemente, a sua influência,*
- *Adicionalmente, seguindo a estratégia de comunicação que afasta a ligação do Corredor de Nacala do Cerrado no Brasil, desvaloriza-se alguns dos principais argumentos que estas ONG (sic.) internacionais têm utilizado no último ano.”* (Estratégia: 34-35). *Ênfase dos autores.

Estas afirmações acima são suficientemente perturbadoras, mas a seguinte recomendação é ainda mais perturbadora, de facto, chocante:

- *“Contudo, caso a sua influência se mantenha, aconselham-se as seguintes acções:*
 - *Organizar respostas e mensagens que respondam, indirectamente, às preocupações que a sociedade civil organizada identifica,*
 - *Questionar ou criticar (fomentar a crítica, por parte de alguma autoridade moçambicana) o papel que organizações estrangeiras estão a desempenhar em Moçambique”.* (Ibid.: 35) *Ênfase dos autores.

⁸¹ A análise detalhada sobre estes casos foi feita pelas ONGs japonesas e apresentada durante as reuniões de diálogo com o MNE e a JICA. http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/9kai_shiryo/ref9.pdf

⁸² A JICA prometeu procurar saber as informações com “Moçambique”, mas voltou com pequenos detalhes, e não confirmou ou negou os pontos descritos no texto (em cima) (7º e 8º diálogos, 25 de Novembro, 18 de Dezembro de 2014 e 12 de Março de 2015)

Parece que o relatório da “estratégia” não só planeou como também sugeriu que a resposta oficial à Carta Aberta não fosse dada. O relatório recomendou que "a resposta" fosse usada como um "trunfo" para domesticar as organizações da sociedade civil moçambicanas, brasileiras e japonesas, mas só se necessário e "indirectamente”.

Apesar de todas as sugestões, na realidade, a muito procurada "possível mudança de curso", escrita em documentos da JICA anexos ao seu contrato com a CV&A, "Estratégia de comunicação no âmbito do ProSAVANA", não aconteceu. Assim, em 7 de Agosto de 2014, o MINAG relutantemente lançou "uma resposta oficial" às "organizações sociais moçambicanas", assinada pelo ministro José Pacheco. A "resposta" foi nada mais que um solilóquio não abordando directamente as preocupações e críticas levantadas pelas organizações signatárias, que excederam 90 organizações em todo o mundo, e não deu qualquer resposta ao pedido de "deter o programa até ser feita uma reflexão colectiva". Embora esta carta de resposta tenha sido aparentemente assinada em 28 de Maio de 2014,⁸³ nenhum dos representantes governamentais a mencionou na "Conferência Triangular dos Povos sobre o ProSAVANA " organizada e realizada pela “Campanha Não ao ProSAVANA” composta pela UNAC e 8 outras OSCs de Moçambique em 24-25 Julho de 2014, em Maputo, onde os oficiais dos três governos e da JICA participaram e fizeram apresentações.⁸⁴ A atitude indirecta é primordial.

A maneira como o resto do relatório final está escrita revela bem a natureza problemática da "Estratégia de Comunicação" do ProSAVANA e, em certa medida, reflecte o pensamento e atitude dos promotores do ProSAVANA. A CV&A foi mais longe e recomendou que a característica principal do ProSAVANA fosse desligada do programa, a fim de invalidar os argumentos das organizações da sociedade civil (Estratégia: 35).

Embora o Revisionismo Histórico seja hoje uma abordagem favorita dos governos autoritários em todo o mundo, quando é promovido num contexto de "cooperação internacional", está para além da imaginação. No entanto, os actores do ProSAVANA, incluindo a JICA, não hesitaram em seguir a sugestão da "estratégia" apesar de todas as evidências da relação do ProSAVANA com o Cerrado/PRODECER e os investimentos privados.⁸⁵

Além disso, o relatório da “estratégia” pediu que a "autoridade governamental moçambicana" questionasse e criticasse “o papel das organizações estrangeiras”, a fim de silenciar as organizações da sociedade civil do Brasil e Japão.

Como será discutido em mais detalhe no caso de relatórios da MAJOL, a JICA sempre

⁸³ A data está escrita à mão.

⁸⁴ Desta vez, a JICA e a ABC estiveram presentes na conferência. Antes da conferência, as organizações da sociedade civil japonesas e brasileiras apresentaram pedidos oficiais a estas agências em cada país para participarem.

⁸⁵ O acordo vazado está postado no seguinte site:

<https://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears> E muitas informações sobre a importância das experiências da assistência para o desenvolvimento da agricultura no Cerrado brasileiro para o ProSAVANA estão postadas nos sites da JICA:
<http://www.jica.go.jp/project/mozambique/001/activities/>
http://www.jica.go.jp/topics/person/20120824_01.html http://www.jica.go.jp/topics/2009/20090928_01.html
http://www.jica.go.jp/topics/2010/20101124_02.html

intervém nos documentos (relatórios) dos seus subcontratados. O contrato da JICA com a CV&A confirma isto (ToR para a CV&A: 5). A versão preliminar do texto teve que ser aprovada pela JICA e "toda a informação produzida no âmbito deste ToR é propriedade do ProSAVANA" (*Ibid.*). Assim, todos os textos acima referidos foram aprovados pela JICA e pertencem ao ProSAVANA.⁸⁶

Estas duas recomendações do relatório da “estratégia” também foram implementadas. Todos os três governos e a JICA deixaram de referir o programa de desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). Na verdade, a visibilidade dos actores brasileiros tornou-se muito menor depois deste período. A FGV Projetos, uma figura-chave na promoção do agronegócio brasileiro e da "agricultura tropical" do tipo Cerrado em África, deixou de estar na linha de frente do programa.⁸⁷ E, em meados de Agosto de 2014, a campanha da autoridade moçambicana contra o envolvimento das organizações "estrangeiras" no acompanhamento do ProSAVANA tornou-se, subitamente, activa.

2-3. Implementação Activa da “Estratégia” nas Províncias

2-3-1. “Descrédito da SC pelas Autoridades Moçambicanas”

(a) “Teoria da Conspiração Externa” do Ministro e do Director

Na verdade, a CV&A não só formulou uma estratégia de comunicação; parece que também facilitou a implementação de algumas das acções que recomendou no seu relatório. Uma vez que não foi o primeiro contrato com o ProSAVANA, o segundo contrato, em 1 de Agosto de 2013, foi assinado pela CV&A com pleno conhecimento da situação, problemas e promotores do programa.

Isto pôde ser observado na "teoria da conspiração" publicamente pronunciada pelo Ministro Pacheco durante as entrevistas logo após a primeira Conferência Triangular dos Povos sobre o ProSAVANA (7 de Agosto de 2013). Uma delas está no seguinte artigo:

- *"É uma conspiração para manter Moçambique dependente da importação de comida. Comida que podemos produzir aqui. Deturpam a informação para que continuemos a comer galinha cozida vinda de fora. Mas para produzirmos galinha barata, temos de produzir soja, milho para fazer as rações". (Folha de São Paulo, 30 de Novembro de 2013)⁸⁸*

No mesmo mês, houve outro artigo. O jornal nacional, Notícias, publicou o artigo intitulado "ProSAVANA diz que vai avançar apesar da "propaganda falaciosa" que vem de fora do país", citando o director da DPA (*Direcção Provincial da Agricultura*) de

⁸⁶ Veja a capa do relatório.

⁸⁷ A análise sobre o papel da FGV Projetos e do Fundo de Nacala foi realizada por um grupo da sociedade civil brasileiro. <http://farmlandgrab.org/24345> Houve um debate sobre o “conflito de interesses” da FGV no parlamento japonês. A discussão foi realizada entre um vice-presidente do maior partido da oposição (DPJ) e o Primeiro Ministro Abe em 29 de Janeiro de 2014.

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/8kai_shiryo/ref7.pdf

⁸⁸

<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/11/1378733-ministro-mocambicano-ve-conspiracao-em-criticas-ao-plano-de-producao-de-alimentos.shtml>

Nampula, Pedro Zucula. De acordo com o director da DPA, os chefes de SDAE de todos os 10 distritos estiveram reunidos e declararam o seguinte:

- *“O ProSavana... vai inevitavelmente, avançar, apesar da subversão que é induzida de fora do país usando alguns segmentos da sociedade civil com o objectivo de inviabilizar os esforços tendentes a minimizar, gradualmente, o impacto da pobreza em Moçambique...”*
- *Temos forte convicção de que a propaganda falaciosa que está a ser movida para desacreditar o ProSavana vem de fora do país. Os seus mentores usam algumas organizações nacionais que se fazem passar por porta-vozes da sociedade civil para desacreditar a iniciativa triangular, agitando as comunidades para se revoltarem contra o Governo alegando um alto risco de usurpação das suas terras que na realidade não existe”. (Notícias, 26 de Agosto de 2014) *Ênfase dos autores.*

Essa reunião entre os directores da DPA e dos SDAEs foi também o que a CV&A recomendou na sua "estratégia".

(b) "Acções Junto dos Media" e "Oferta" Apesar de Recusada

Como acima discutido, apesar da ausência de documentos divulgados, parece CV&A foi contratada para garantir as implementações de suas recomendações, mesmo após a apresentação do relatório final.

No "Relatório Sobre a Situação de Implementação" da CV&A, de 7 de Agosto de 2014, estão listadas as seguintes "acções conjuntas com a mídia de Moçambique":

- *“Convite a correspondentes locais dos media (sic.) nacionais para acompanharem umas das reuniões nas comunidades: TVM, STV, RM e Notícias (grupos provinciais devem dizer qual a melhor data e localização mais simpática para fazer esta cobertura,*
- *Divulgação de notas de imprensa.*
- *Identificar (sic.) outras oportunidades”.* (Situação de Implementação:1)

É muito provável que a CV&A tenha organizado este artigo com o *Notícias* seguindo a "estratégia". Na "Estratégia de Comunicação no Âmbito do ProSAVANA" dada pela JICA à CV&A, está incluído "(d) preparar artigos para jornais, espectáculos e transmissões de rádio e TV sobre o Programa" e "(m) estabelecer encontros entre mídias e ProSAVANA" (pp.3-4). E a JICA instruem a CV&A para "contratar consultor para estabelecer a comunicação social do ProSAVANA que compreenda os seguintes aspectos: (a) consultoria com base em resultados: TV/rádio, artigos escritos" (Ibid.:3).

Assim, esperava-se que os consultores submetessem artigos para jornais e programas para TV justificando a sua "consultoria" para a JICA.

O relatório final da CV&A tem uma estratégia mais detalhada para trabalhar com mídia para a promoção do ProSAVANA. Por exemplo, foram determinadas as seguintes áreas de actividade:

- i. Campanha paga nos jornais;
- ii. Encontros informais (*Off-the-record*) com jornalistas;⁸⁹
- iii. Conferências de imprensa, entrevistas, notas de imprensa (*press-release*);
- iv. Debate nas TVs nacionais;
- v. Viagem de mídia ao Corredor de Nacala para Jornalistas nacionais e internacionais abrangidas cobertas pelo ProSAVANA;
- vi. Convite à mídia internacional (jornalistas japoneses e brasileiros). (Estratégia: 33-34)⁹⁰

Deve-se observar a seguinte frase adicionada:

- “O ProSAVANA deve sempre oferecer-se para suportar as despesas, ainda que muitos dos media internacionais (sic.) não aceitem esta oferta”. (*Ibid.*:34)

Isto implica que o pagamento das "despesas" da cobertura da mídia foi frequentemente oferecido à mídia e jornalistas moçambicanos. E parece que estas acções não foram recusadas pelo seu contratante principal, a JICA.

(c) “Teoria da Conspiração Doméstica” pelo Director da DPA

A utilização e difusão de "teoria da conspiração" que está a ser autorizada e promovida no relatório da “estratégia” aprovada pela JICA e pelos três países, foi expandida nas conversas do Director Zucula (DPA de Nampula). Em 1 e 28 de Agosto de 2014, dois representantes das OSCs japonesas, acompanhados pela JICA e seus consultores, reuniram-se com o director no seu escritório na DPA em Nampula. Parece que ele não pôde resistir a seguir as recomendações dadas no relatório, e ao falar sobre o Cerrado e até mesmo expandiu a "teoria da conspiração" à política interna:

- *“A região do Cerrado tem muitas experiências sobre isso... A experiência Cerrado é trazida aqui pela EMBRAPA ...*
- *Temos muitos problemas com a sociedade civil... Enfrentamos muitas subversões contra o ProSAVANA...*
- *Agora, reconhecemos que há também política moçambicana envolvida nisto. Eles usam algumas pessoas na sociedade civil. Há pessoas da oposição (política). Eles dizem que temos que parar o desenvolvimento, porque, então, as pessoas vão passar fome e culpar o governo por isso, e, assim, a oposição será beneficiada”. (1 de Agosto de 2014) *Entrevista feita em inglês*

As reuniões tiveram como pano de fundo acusações interruptas contra as organizações da sociedade civil moçambicana e provinciais feitas pelo Director Zucula. Embora os representantes da JICA e consultores japoneses estivessem presentes, eles não disseram uma palavra e, em vez disso, acenavam para a mostrar a sua concordância. Os contratos da JICA com consultores locais para a implementação da "estratégia de comunicação" já

⁸⁹ Notícias, O País/STV, Savana, TVM, Rádio Moçambique (Estratégia: 33).

⁹⁰ The Guardian, Financial Times, New York Times, The Economist, a revista Time, Der Spiegel, Al Jazeera. Os correspondentes da Reuters, Bloomberg, AFP. Para a mídia japonesa, “Yomiuri, Asahi que são os jornais mais influentes” e Nikkei, NHK ou NNN. Para a mídia brasileira, Folha de São Paulo, a Veja, Exame, Estado de São Paulo, Valor Econômico, Globo (*Ibid.*: 33-34).

formuladas já não são necessários. O espírito da "estratégia de comunicação" tinha sido semeado profundamente nos corações e mentes dos autoridades e estruturas moçambicanas, com base nas hierarquias administrativas e locais, foram preparadas e começaram a desempenhar as suas funções. Isto é confirmado no artigo no *Notícias* mencionado anteriormente. O artigo termina com a seguinte citação:

"... *Este posicionamento (de Pedro Zucula) foi defendido pelos directores dos Serviços Distritais das Actividades Económicas, que garantiram assumir o seu papel de monitorar a divulgação do ProSAVANA para remoção de possíveis obstáculos*". (*Notícias*, 26 de Agosto de 2014)

2-3-2. Adaptação Total da “Estratégia”

(a) Intimidações de Cima para Baixo

Como garantido pelos directores dos SDAEs, houve intervenções a nível distrital na província de Nampula. Conforme determinado no relatório da "estratégia de comunicação" e a sua mobilização promovida pelo Director Zucula, os SDAEs nos distritos-alvo do ProSAVANA desempenharam um papel central na opressão dos camponeses locais que não estavam a favor do ProSAVANA. Um caso famoso é a intimidação feita pelo chefe do SDAE do Distrito de Malema. Juntamente com o administrador do distrito, ele exigiu repetidamente aos camponeses locais e líderes das suas associações que "aceitassem o ProSAVANA" e que "o governo irá prender aqueles que forem contra o ProSAVANA" em 9 de Maio de 2015, logo após a reunião de “auscultação pública” realizada no distrito⁹¹.

O alvo desta estratégia não era apenas camponeses ou organizações de camponeses, mas também as organizações da sociedade civil. Embora as intimidações aos líderes da sociedade civil por parte dos oficiais governamentais tenham sido repetidamente testemunhadas desde o início de 2013, que pioraram após a "Carta Aberta". O caso mais notável é aquele introduzido no início desta análise, uma ameaça directa ao Presidente da UNAC pelo Ministro Pacheco: "*Quem pisar no meu caminho irá sofrer muito*" (8 de Agosto de 2013, Maputo). As intimidações foram mais intensas nas províncias em que a esfera da experiência vivida é mais pequena.

Em Nampula, de acordo com o relatório da sociedade civil japonesa "Relatório ProSAVANA da Sociedade Civil 2013"⁹² e o documento preparado pelas organizações da sociedade civil japonesas,⁹³ foi observada a intimidação directa (ameaça cara-a-cara) durante a reunião entre os líderes da Plataforma Provincial da Sociedade Civil de Nampula (PPSC-N) e o Director Zucula e um ponto focal e um técnico (Américo

⁹¹

<https://adecru.wordpress.com/2015/05/11/governo-do-distrito-de-malema-persegue-e-ameaca-camponeses-que-rejeitaram-o-prosavana/#more-338>

⁹² Resumo em inglês http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/9kai_shiryo/ref7.pdf Texto completo (em japonês) <http://www.dlmarket.jp/products/detail/263029>

⁹³ "Documento de seguimento da reunião entre as OSCs japonesas e a delegação do governo moçambicano (1 de Setembro de 2015)" submetido ao MNE e à JICA em 26 de Outubro de 2015. http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/13kai_shiryo/ref1.pdf

Wasiquete e Júlio Carvalho), realizada em 13 de Agosto de 2013, nos escritórios do ProSAVANA em Nampula. Os representantes governamentais ameaçaram estes líderes como se segue:

- *“Vocês não podem levar as vossas queixas directamente para Maputo ou para o Japão sem consultar os assuntos aqui. “A vossa casa” é aqui em Nampula. Se têm problemas, podem vir e dizer-nos os problemas. Mas não podem levar para fora do país os ‘problemas domésticos’”.*
- *“Não digam “não” ao que o governo faz, mas digam “sim”.*
- *“Como sabem, aqueles que eram contra o topo podiam ser assassinados no passado (em Moçambique). Se o chefe diz ‘faz isto’, a nossa tarefa é fazer”.*

Então, um dos técnicos apontou para os líderes da SC fazendo o gesto de pistola com os dedos (13 Agosto de 2013, nos escritórios do ProSAVANA em Nampula).

(b) “O Papel Ambíguo e Nebuloso da JICA”

Dois dos consultores japoneses da JICA estavam presente, mas não entrevistaram ou fizeram comentários sobre isso. O Director Zucula disse mesmo que o seu mentor espiritual e prático foi o consultor sénior da JICA que foi "um pai do PRODECER e do ProSAVANA", quando este visitava as três províncias do ProSAVANA (incluindo Nampula). Estes abusos dos direitos humanos e o envolvimento deste assessor da JICA foram oficialmente criticados na declaração da Plataforma Provincial da SC de Nampula (PPOSC-N) emitido no final de Setembro de 2014.⁹⁴

- "A PPOSC-N considera estarem em curso acções manipulativas e intimidatórias pelos proponentes do Prosavana às organizações da sociedade civil com vista a fragilizar a causa, pelo que deplora o comportamento.
- A PPOSC-N deplora as atitudes da JICA (Cooperação Japonesa) que desempenha um papel ambíguo e nebuloso, como técnicos, como diplomatas e como assessores, uma vez que, de acordo com o que observamos, por um lado, tem um papel de liderança na relação com a equipa nacional do Prosavana, mas, por outro, com uma assessoria sénior que pretende manter-se discreta em momentos cruciais de discussão". (PPOSC-N, 30 de Setembro de 2014)⁹⁵ *Ênfase dos autores.

Esta declaração também aponta as declarações falsas de que a plataforma já está a trabalhar com o ProSAVANA feitas por funcionários governamentais moçambicanos (Director Zucula e ponto focal provincial) a nível provincial no canal de TV governamental (TVM) em 17 de Setembro de 2013. A "elaboração de programas de TV" foi uma das tarefas que a JICA esperava da CV&A (Framework: 3), e, como visto acima, a CV&A admitiu, no seu relatório, que está a trabalhar nisso.

Pode-se observar como esses quatro organismos governamentais em Nampula, isto é, DPA, SDAE, administradores distritais e o gabinete técnico do ProSAVANA, foram

⁹⁴ <http://www.farmlandgrab.org/22655>

⁹⁵ <http://www.farmlandgrab.org/22645>

escolhidos para desempenhar o papel central na "Estratégia de Comunicação", elaborada e implementada pela CV&A que foi contratada e financiada pela JICA desde Dezembro de 2012. Apesar de tudo, uma das missões importantes que a CV&A teve foi estabelecer relações internas a vigorar entre os escritórios governamentais e funcionários moçambicanos (ToR para a CV&A: 3-4; Estratégia: 9).

(c) Incorporação de Entidades Locais na "Rede de Colaboradores"

Até o contrato da JICA com a CV&A começar, em Agosto de 2013, mesmo após a apresentação da Carta Aberta, a relação entre os camponeses e as organizações da sociedade civil e os governos nacionais e locais moçambicanos estava sob alguma tensão, mas não era tão hostil. A relação deteriorou-se rapidamente a partir de Agosto de 2013. Os líderes de camponeses e das organizações da sociedade civil começaram a ser tratados como "adversários" pelos funcionários governamentais locais que não estavam directamente envolvidos com o ProSAVANA.

Graças à divulgação do relatório final da CV&A ("estratégia"), está agora claro por que e como isso aconteceu. O relatório sugere "acções de comunicação" no Capítulo 4. Além da criação de uma "rede distrital de colaboradores", previamente discutida, as seguintes entidades e medidas foram direccionadas para incorporar na rede de colaboradores para ProSAVANA:

- A) Campanha para esclarecer o que é o ProSAVANA através de rádios comunitárias;
- B) Reuniões do ProSAVANA com a DPA e governadores provinciais;
- C) Apresentações sobre o ProSAVANA aos Conselhos Consultivos (mas se a rede dos colaboradores funcionar bem, não é necessário);
- D) Reuniões com entidades religiosas (mais tarde, elas poderiam ser pontos de contacto para a rede de colaboradores);
- E) Sessões públicas de esclarecimento com a quantidade máxima de participação;
- F) As organizações de peças de teatro educativas (utilizando danças, língua local e abordagem cómica);
- G) Acções em escolas (crianças de 10 a 13 anos para fazerem apresentações sobre o ProSAVANA usando as informações preparadas nos folhetos feitos pela CV&A a realizar em uma ou duas escolas em cada distrito);
- H) Utilização de espaço em mercados agrícolas;
- I) A difusão de mensagens através da rede social. (Estratégia: 23-28)

A partir dos registos oficiais, especialmente os da JICA e dos seus consultores japoneses, confirma-se que a maioria dessas acções foi realizada, especialmente durante o processo de "reuniões rurais", organizadas pelo ProSAVANA de Setembro a Outubro de 2013, nas províncias de Niassa e da Zambézia.⁹⁶

A incorporação destes actores e entidades governamentais na "rede de colaboradores"

⁹⁶ Relatórios mensais de consultores da JICA para o ProSAVANA-PD. Os problemas de encobrimento da maioria das páginas são discutidos na análise anterior. <http://farmlandgrab.org/25669>

para a difusão de propaganda e promoção do programa era, na realidade, para criar uma rede hostil contra aqueles que questionaram ou/e criticaram o programa na sociedade moçambicana. Obviamente, pode-se argumentar as questões éticas e sócio-políticas, mas também o "custo" destas acções.

(d) Estimular Projectos para Recapturar o Espaço de Comunicação

O relatório final sugere que as ocasiões de inaugurações de projectos relacionados com o ProSAVANA sejam utilizadas com a força máxima, garantindo a presença do Presidente de Moçambique ou Primeiro-Ministro e Ministro da Agricultura, juntamente com todas as autoridades das províncias relacionadas o ProSAVANA e líderes tradicionais locais, como os régulos. Os eventos "*devem ter cobertura mediática, convidando-se jornalistas de Maputo*" (Estratégia: 28).

Como foi resumido no início deste capítulo, como a CV&A não foi instruída para considerar as preocupações e solicitações das organizações da sociedade civil para "deter e reflectir sobre o ProSAVANA" pela JICA e promotores do ProSAVANA em favor de considerar os projectos e suas inaugurações como ferramentas e "oportunidades" para propaganda. A partir dos seus pontos de vista, fazer avançar os projectos relacionados foi uma tática necessária para recapturar espaço de comunicação detido pela sociedade civil.

Para que isso fosse alcançado, realçou-se "4.2. acções a desenvolver junto da Sociedade Moçambicana" e determinaram-se as seguintes entidades e acções (os meios de comunicação serão tratados mais adiante):

- B) Acções nas universidades e institutos de formação profissional (desenvolvimento de trabalhos de sensibilização, formação directa de actores profissionais para os projectos do ProSAVANA e de estágio);
- C) Comunicações com a "classe política" (Presidente, Ministros, Comissões Parlamentares). (Estratégia: 29-30; 35-36).

A promoção do envolvimento de pessoas na hierarquia política mais alta de Moçambique, mencionada no exemplo B) acima, e outras medidas, mostra as intenções de transformar o ProSAVANA num projecto político nacional. Isto reforçou o risco de atrair opressão política e afectar ainda mais os direitos civis dos protestantes. Este tipo de preocupações, no entanto, não se encontra em qualquer parte do relatório. Em vez disso, todas as recomendações estão direccionadas para a formulação da "rede de colaboradores para o ProSAVANA" dos níveis local até ao topo em Moçambique contra as organizações da sociedade civil moçambicanas e internacionais.

2-3-3. Rescaldo da Implementação da “Estratégia”: Silêncio Forçado

Apesar dos esforços das OSCs locais, nacionais e internacionais para parar e prevenir as intimidações e manipulações, estas não terminaram. Os camponeses e os líderes da sociedade civil continuam a receber intimidações e pressões, abertas e ocultas, especialmente na província de Nampula. No início de 2015, aqueles que trabalham nas organizações da sociedade civil que apoiam as actividades dos camponeses locais na

província de Nampula foram subitamente expulsos das suas organizações, e perderam os seus empregos e posições. Os camponeses locais perderam seus protectores.

As preocupações e problemas que os camponeses locais tiveram de enfrentar sob o ProSAVANA já não se limitavam às questões sobre a terra, modelos, soja e investimentos externos, mas também maiores abusos dos direitos humanos por parte dos funcionários governamentais. Esta situação, contudo, deve ser contextualizada considerando as circunstâncias sócio-políticas e militares de Moçambique. Como referido na introdução, a paz, a democracia e a governação do país estava a deteriorar-se durante este mesmo período (2013 – até hoje). Isto coincidiu com a eclosão dos conflitos armados entre as partes da guerra anterior, o governo da Frelimo e a RENAMO (ex-força de guerrilha e, actualmente, o maior partido de oposição) que começou em 2013. Seguiram-se, então, vários casos de assassinato de porta-vozes da sociedade civil. Os líderes camponeses moçambicanos e representantes da sociedade civil começaram a sentir forte medo e riscos. Apesar do repetido alarme e pedido da sociedade civil japonesa para se ter em conta esta deterioração, o MNE e a JICA, não só trivializaram os problemas, mas, também, falharam em mitigar os riscos, permitindo, assim, que a situação piore com a “estratégia”.⁹⁷ Este ponto será tratado na Conclusão.

⁹⁷ As apresentações das ONGs japonesas durante a 11^a reunião de diálogo (28 de Abril de 2015) podem ser encontradas no seguinte site. http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/moz_update.pdf

Capítulo 3. Antecedentes do “Projecto de Engajamento”

3-1. Antecedentes do Contrato com a MAJOL

3-1-1. Da CV&A para a MAJOL: Objectivo e Condições

(a) Continuação e Diferença

Em Novembro de 2014, antes de expirar o seu terceiro (ou extensão do segundo) contrato, a CV&A declarou o seu sucesso uma vez que “*o impacto dos ataques ao Programa diminuiu consideravelmente*” (Relatório de Balanço: 8). O relatório, contudo, termina com a recomendação para que o ProSAVANA “*identifique uma entidade, interna ou subcontratada, para se dedicar de forma contínua à área de comunicação e que trabalhe em parceria com a Coordenação do ProSAVANA-HQ na execução destas tarefas, bem como as que estão definidas na Estratégia de Comunicação*” (Ibid.).

Não se sabe se esta recomendação foi adoptada imediatamente. Na sequência das eleições presidenciais e nacionais em Moçambique, em Novembro de 2014, a nova presidência causou muitas mudanças de pessoal na administração. É de notar que, embora todos os ministros da administração de Guebuza (2005-2014) tenham sido removidos, os ministros directamente envolvidos com o ProSAVANA, os Ministros da Agricultura e dos Negócios Estrangeiros, permaneceram nas suas posições. Assim, o que se vinha a desenvolver dentro do governo moçambicano e entre as agências governamentais para o ProSAVANA de acordo com o contrato da JICA com a CV&A puderam continuar sem muita interrupção.⁹⁸

Outro subcontratado foi encarregue de implementar componentes da “estratégia” que a CV&A não tinha sido mandatada a fazer, isto é, a realização de “planos de acção de intervenção”. Como discutido no capítulo anterior, esperava-se que a CV&A interviesse e trabalhasse com os meios de comunicação nacionais, mas não com as organizações da sociedade civil. A intervenção da CV&A na sociedade civil moçambicana foi através dos órgãos governamentais locais e de funcionários, líderes comunitários locais e da mídia nacional (tanto quanto indicam os documentos abertos). No caso do novo contrato, a intervenção directa nos assuntos da sociedade civil foi a tarefa central dos subcontratantes.

(b) Contrato da JICA com a MAJOL: Objectivo

A JICA solicitou propostas para o novo projecto, que foram submetidas a três empresas moçambicanas. De acordo com a JICA, estas três empresas foram escolhidas com base “numa lista curta” (*shortlist*).⁹⁹ Uma delas foi a MAJOL (*MAJOL Consultoria e Serviços*

⁹⁸ Embora durante a 14ª reunião (8 de Dezembro de 2015), o Director do Departamento de Desenvolvimento Rural da JICA tenha negado anteriormente o alinhamento do seu contrato com a “Estratégia de Comunicação”, na 15ª reunião (19 de Fevereiro de 2016), esse mesmo director admitiu que a “estratégia” para o ProSAVANA era ainda “não foi negado” por isso continua ser implementada. Como se mostrará mais tarde, o relatório dos documentos consultados pela MAJOL, e, da análise dos documentos, está clara a continuação da estratégia.

⁹⁹ 28 de Janeiro de 2016, explicação da JICA a um parlamentar japonês.

Lda.) a quem foi concedido o contrato. Na “Solicitação de Propostas – Consultor para Engajamento das Partes Interessadas (*Request for Proposal – Consultant for Stakeholder Engagement*)”, datada de 7 de Outubro de 2015, a JICA descreve os antecedentes do projecto da seguinte maneira:

- *No primeiro semestre de 2015, o MASA organizou uma série de reuniões de audiência pública baseadas na primeira versão do Plano Director (Draft Zero) em 19 distritos, 3 capitais provinciais e Maputo, a fim de recolher opiniões das partes interessadas a fazer reflectir nas versões futuras do Plano Director. No entanto, algumas organizações da sociedade civil estão a criticar o processo e modo de condução dessas reuniões.*
- *Nestas circunstâncias, devem ser feitos esforços no sentido de melhorar o engajamento das partes interessadas para facilitar o processo de consulta sobre o ProSAVANA-PD, incluindo a próxima ronda de audiências públicas, através do estabelecimento de uma plataforma de engajamento das partes interessadas". (Solicitação de Proposta:1) ¹⁰⁰*

Ela enumerou os objectivos para a atribuição do subcontratado como sendo:

- *“Estabelecer uma plataforma de engajamento das partes interessadas para o ProSAVANA com o envolvimento das partes interessadas-chave relacionadas com o sector agrícola,*
- *Apresentar recomendações, feitas pelas partes interessadas na plataforma, para o processo de consulta sobre o ProSAVANA-PD, incluindo a segunda ronda de audiências públicas". (Ibid.)*

Estes objectivos são exactamente os mesmos que constam nos ToR real dado pela JICA à MAJOL. Na medida em que os ToR entram em mais detalhes, podemos ver que a real motivação e as características indicadas na "Estratégia de Comunicação" começaram a aparecer.

(c) Intervenção Directa na SC como uma Missão

Para este novo projecto, a JICA não hesitou em incluir acções de intervenção directa na sociedade civil moçambicana. Os ToR da JICA determinam que sejam concluídas as seguintes quatro tarefas:

- 1) Realizar consultas individuais com as partes interessadas e entrevistas com os departamentos governamentais relevantes...*
- 2) Organizar e realizar reuniões preliminares com as partes interessadas, onde se espera que haja concordância sobre o estabelecimento de uma plataforma de diálogo.*
- 3) Facilitar as discussões na primeira reunião da plataforma de diálogo, onde se deverá acordar sobre os ToR e o funcionamento da plataforma.*
- 4) Facilitar a discussão em reuniões subseqüentes da plataforma de diálogo onde se espera que sejam formuladas as recomendações para o processo de consulta sobre o*

¹⁰⁰ http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/121.pdf

ProSAVANA-PD... (ToR para a MAJOL:2)

A partir destas tarefas e o modo como elas são contextualizadas e formuladas, fica bastante óbvia a intenção do contrato. A JICA e os governos relevantes pretendem intervir na sociedade civil moçambicana, através da recolha de informação não-oficial e interna e consultoria individual, e estabelecer uma plataforma de "diálogo" que estaria sob seu controle. Também estas tarefas indicam que se esperava que a MAJOL funcionasse como se fosse uma parte da sociedade civil moçambicana ou uma "terceira parte independente".

(d) Chamando Contratados "Independentes"

Quando as ONGs japoneses realçam que este projecto teve como objectivo realizar a intervenção governamental nos assuntos da sociedade civil através de contratados, o Director-Geral Adjunto do Departamento de Desenvolvimento Rural da JICA defendeu a abordagem dizendo:

- *"A partir do momento que os representantes da UNAC e outros se queixaram sobre os comportamentos de funcionários governamentais e que deveria haver uma terceira parte independente que pudesse fazer a ponte entre as duas partes, pensámos neste projecto...*
- *A MAJOL é um terceiro actor e independente. Nós deixamos que trabalhem livremente". (15º diálogo, 19 de Fevereiro de 2016)*

Embora não se saiba se este ponto de vista é proveniente de "ingenuidade" ou é uma resposta predeterminada institucional defensiva, o que a JICA escreveu no seu formulário de contrato e nos ToR é precisamente o oposto da afirmação acima. De acordo com o contrato, os contratados da JICA tinham as seguintes obrigações:

- *"Os direitos e obrigações mútuos do Cliente e do Consultor serão conforme o estabelecido no Contrato, em particular:*
 - A) *o Consultor deverá realizar os Serviços em conformidade com as disposições do Contrato;*
 - B) *o Cliente efectuará os pagamentos ao Consultor de acordo com as disposições do Contrato". (Formulário do contrato. 1) *Tradução dos autores.*

A JICA também acrescentou o seguinte parágrafo no final dos seus ToR para a MAJOL na secção de "Outros":

- *"Após a conclusão da tarefa com sucesso, o consultor pode ser convidado para outra tarefa, em contrato separado, para moderar e facilitar a segunda ronda de audiências públicas." (ToR para a MAJOL:5) *Tradução dos autores.*

A designação do seu subcontratado como uma "terceira parte independente" está para além de qualquer justificação lógica e normativa, mas esta abordagem foi fortificada mesmo considerando as condições dadas pela JICA.

3-1-2. Descoberta pela JICA da MAJOL e suas Expectativas

(a) Contratação de Consultores Experiência na SC Moçambicana

A JICA foi mais longe e incluiu uma condição que estabelece que iria contratar pessoas que tivessem experiência de trabalho com a sociedade civil moçambicana (cinco anos, pelo menos) como consultores (*Ibid.*:3). Como JICA não incluiu essa condição nos ToR para a CV&A, é mais que provável que a JICA queria contratar consultores locais que tivessem conexões com, e poderiam intervir directamente na sociedade civil moçambicana.

O contrato e os ToR da JICA identificam os "requisitos de composição e qualificação" dos consultores da seguinte forma:

1. Um chefe da equipe, com, pelo menos, 10 anos de experiência em engajamento de partes interessadas com especial ênfase em:

1) liderança e gestão de engajamento das partes interessadas em pelo menos um projecto internacional que envolva agricultores de pequena escala, de preferência no Norte de Moçambique,

2) realização de pelo menos cinco reuniões com partes interessadas como moderador ou facilitador, de preferência no Norte de Moçambique,

2. Um especialista em comunicação, com pelo menos 5 anos de experiência em relações públicas que envolvam organizações da sociedade civil, de preferência em Moçambique,

*3. Dois especialistas em sociedade civil, com pelo menos 5 anos de experiência em consulta das partes interessadas que envolva a sociedade civil em Moçambique. (ToR para a MAJOL:3) *Tradução dos autores.*

Os consultores da MAJOL mobilizados foram exactamente o que queria a JICA e o ProSAVANA precisava porque a MAJOL foi estabelecida por um moçambicano (e outros) que anteriormente trabalhava para uma ONG internacional (ActionAid Moçambique).¹⁰¹

De acordo com o comunicado divulgado pela OSCs moçambicanas, o chefe da equipe tinha experiência anterior em trabalhar na posição de director de uma ONG ambiental internacional, a WWF (*World Wildlife Foundation* – Fundação Mundial para a Fauna Bravia), e tinha lidado com questões de projectos de desenvolvimento sustentável no norte de Moçambique (7 de Março 2016).¹⁰² De acordo com sua biografia postada no seu perfil no LinkedIn, o chefe da equipe da MAJOL é um ex-*US Peace Corps* (Corpo para a Paz do EUA), ex-funcionário da WWF Moçambique e actualmente consultor e director de uma empresa especializada em desenvolvimento sustentável.¹⁰³ A página da universidade apresenta a sua experiência como sendo:

- *“Ele... comprou uma fazenda, e, mais tarde, adquiriu a nacionalidade moçambicana*
- *um dos fundadores de três grandes Parques/Reservas nacionais (*todos no norte de Moçambique)*
- *um dos fundadores da Aliança CARE/WWF (CARE/WWF Alliance), uma aliança mundial formal entre dois gigantes de desenvolvimento para trabalhar na relação*

¹⁰¹ Do perfil do gestor da empresa.

¹⁰² Denúncia da parceria entre a WWF e o ProSAVANA <http://farmlandgrab.org/25848>

¹⁰³ <https://www.linkedin.com/>

do recurso saúde/bem-estar". *Tradução e inserção dos autores.

Obviamente, ele cumpriu todos os requisitos estipulados pela JICA. Ele não é apenas um proprietário da fazenda, mas também está envolvido em empresas de turismo onde fundou parques/reservas nacionais no norte de Moçambique.¹⁰⁴

Não se sabe como este antecedente influenciou a consultoria para a JICA e ProSAVANA. O importante é que os consultores tinham trabalhado com organizações nacionais, regionais e locais, como representantes de postos altos da sociedade civil no passado (especialmente, muitas vezes em posições de doadores), mantinham e activaram as ligações através do seu trabalho de consultoria, e essas conexões podiam ser utilizadas imediatamente após a conclusão do contrato com a JICA.

Pelo menos para a JICA, parece que eles não conheciam quaisquer empresas de consultoria mais adequadas que a MAJOL para este contrato sensível a ser realizado. A JICA precisava realmente de alguns consultores que pudessem agir como se fossem independentes e amigos da sociedade civil moçambicana, mas, na realidade, realizassem tarefas em seu nome. Esta foi também uma recomendação apresentada pela CV&A no seu último relatório de actividades mensal (Outubro de 2014).

No entanto, se consultadas, a JICA e a UNAC e outras OSC poderiam ter concordado em nomear uma organização verdadeiramente independente e terceira parte para intermediar e criar um espaço comum para os governos e organizações da sociedade civil poderem entrar em discussão. Como admitido pela JICA, isto foi o que a UNAC solicitou durante a visita do Director-Geral do Desenvolvimento Rural da JICA (19 de Junho de 2015) e o que a JICA tentou fazer (15º diálogo, 19 de Fevereiro de 2016).

Quando a delegação do MASA se encontrou com as ONGs japonesas em Tóquio, em 1 de Setembro de 2015, concordou em consultar a UNAC e outras organizações da sociedade civil sobre a forma de realizar novas "auscultação pública" a fim de realizar um "Diálogo Significativo."¹⁰⁵ No entanto, o que a JICA fez foi contratar consultores da MAJOL. Este facto, contudo, não foi realizado em consulta, informação ou conhecimento das sociedades civis dos três países.

(b) Levantando Questões sobre um "Conflito de Interesses"

O encontro da JICA com a MAJOL ocorreu nas seguintes circunstâncias. A MAJOL e os mesmos consultores estavam a trabalhar sob um outro contrato com outra instituição pesquisar sobre os problemas de diálogo relacionados com o ProSAVANA alguns meses antes deste contrato iniciar.¹⁰⁶ Exactamente os mesmos consultores da MAJOL estavam a realizar entrevistas com a JICA, o MASA e os actores relacionados ProSAVANA e nas áreas alvo do ProSAVANA algumas semanas antes da JICA enviar a sua "Solicitação de Propostas" à MAJOL.

¹⁰⁴ <http://clarke.dickinson.edu/devel-mozambique/>

¹⁰⁵ A acta desta reunião foi preparada por ONGs japonesas e partilhada com o MNE/JICA em 27 de Outubro de 2015 durante o 13º diálogo e com o público no seguinte site:

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/13kai_shiryo/ref1.pdf

¹⁰⁶ Várias fontes. Nomes omitidos a pedido.

Para este outro contrato de consultoria, a MAJOL foi uma terceira parte dado que o seu cliente não tinha qualquer relação directa com o ProSAVANA. Era um grupo de pesquisa independente. Mas, este não foi o caso do contrato da JICA dado que a JICA era um actor principal do ProSAVANA. As tarefas de ser pesquisador independente e de ser um subcontratado do próprio programa que está a investigar contradizem-se e levantam-se questões sobre um "conflito de interesses". Permanecem as questões de responsabilidade da JICA, no envio da solicitação e na concessão do contrato à MAJOL, e da MAJOL em aceitar a "Solicitação de Propostas" e o seu contrato com a JICA. Nenhuma das instituições pode negar uma possível violação do cumprimento do código de conduta de cada instituição.¹⁰⁷

3-2. Ocultação e Negação do "Projecto de Engajamento" da JICA

3-2-1. Explicação Falsa da JICA

(a) "O MASA está discutindo como... a JICA não está em posição"

Vinte dias após o envio da "Solicitação de Propostas" para a MAJOL realizou-se a 13ª reunião de diálogo sobre o ProSAVANA com as ONGs no MNE. No entanto, o assessor especial (*Sanyo*) no Departamento de África da JICA explicou a situação da seguinte forma:

- *JICA: Neste momento, o MASA está a discutir como continuar em diálogo com a sociedade civil. Dentro de alguns dias, o ministério irá fazer contactos (com as OSCs).*
- *JICA: A JICA não está em posição de responder sobre isso.*
(Perguntas anteriores das ONGs: *Será que vai haver consultas prévias com a UNAC e OSCs moçambicanas sobre a metodologia do diálogo em Moçambique?)*
- *JICA: (para responder às perguntas das ONGs) Como o MASA prometeu que a vocês fazer isso, estamos fazendo os maiores esforços para que isso seja feito ". (13ª reunião, 27 de Outubro de 2015) ¹⁰⁸*

A partir dos documentos oficiais, não foi o MASA que discutiu como, mas foi a JICA que estava a enviar "Solicitação de Propostas" com um formulário de contrato e ToR predeterminados. Cinco dias após a reunião, a JICA assinou o contrato com a MAJOL. No momento da 13ª reunião, a JICA sabia exactamente como o processo ia ser dado que o conteúdo dos ToR não tinha mudado na "Solicitação de Propostas" (excepto os prazos de apresentação de resultados). A JICA foi bem em posição para explicar isto porque era o contratante principal, é um órgão público japonês obrigado a prestar contas, especialmente ao povo japonês, e o dinheiro que estava a usar era dos contribuintes japoneses. A reunião de diálogo periódico formal entre as ONGs e o MNE/JICA foi estabelecida com a finalidade de melhorar a prestação de contas e a transparência da participação japonesa no ProSAVANA com base num acordo mútuo em Dezembro de 2012. Ainda assim, a dissimulação da JICA não acabou com isto.

¹⁰⁷ Iremos acompanhar esta questão em análise futura.

¹⁰⁸ O problema das explicações da JICA sobre o "Projecto de Engajamento das Partes Interessadas" está na apresentação das ONGs na 15ª reunião.

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/15kai_shiryo/ref8.pdf

(b) "não mudou muito" e não dinheiro do Japão

Um mês e meio depois, teve lugar a 14ª reunião de diálogo. As ONGs japonesas solicitaram informações de acompanhamento ao mesmo assessor especial. Ele explicou como se segue:

- *“Sobre consulta com os camponeses e organizações SC em relação ao (novo) processo de auscultação pública... a situação não mudou muito.*
- *Não podemos dizer como as coisas estão a ir... dado que o MASA prometeu que iria gerir as coisas".* (14º diálogo, 8 de Dezembro de 2015)

A JICA continuou a esconder o seu envolvimento e contrato com a MAJOL, que já tinha sido assinado um mês antes (em 2 de Novembro de 2015). Desta vez, as ONGs japonesas tiveram mais algumas informações, mas ainda não tinham toda a imagem, o nome do projecto (ou mesmo o facto de que havia um novo projecto), ou as tarefas contratadas. O que elas sabiam era que os consultores da MAJOL estavam a visitar OSCs moçambicanas, uma à uma, e parecia que eles tinham sido contratados pela JICA. O diálogo a seguir teve lugar entre ONGs japonesas e a JICA (o assessor especial [sa] e o director [d] do Departamento de Desenvolvimento Rural) a este respeito:

- *ONG: Ouvimos que os consultores de uma empresa chamada MAJOL estão a visitar organizações moçambicanas, uma à uma...*
- *JICA (todos): ...*
- *ONG: Eles estão a realizar essas actividades no âmbito do quadro da ajuda japonesa?*
- *JICA (d): Não... Não um contrato com esses consultores que têm/tinham estado envolvidos com o ProSAVANA¹⁰⁹*
- *ONG: Você quer dizer que o dinheiro não é proveniente do governo japonês?*
- *JICA (sa): ... Vamos falar quando chegar a hora.*
- *ONG: Mas as organizações locais entendem que eles são consultores da JICA.*
- *JICA (sa): Nós queremos falar sobre isso quando as coisas possam ser resumidas.* (14º diálogo, 8 de Dezembro de 2015)¹¹⁰

As respostas acima dos dois representantes da JICA indicam que a ocultação foi institucional. Como será discutido mais tarde, no momento da reunião, a JICA, não só tinha assinado o contrato com MAJOL, mas também tinha recebido e aprovado o primeiro resultado da consultoria da MAJOL (Relatório Inicial). Aqueles que participaram na reunião confirmaram a "surpresa" dos representantes da JICA quando as ONG mencionaram o nome MAJOL. Parece que a intenção deles era ocultar totalmente a informação e as actividades do projecto e o envolvimento da JICA no projecto dos olhos da sociedade civil japonesa.

¹⁰⁹ A explicação dada pelo director não faz sentido mesmo em Japonês. O importante é que ele tenha, primeiro, negado, e, depois, acrescentado alguma informação não-relevante sem confirmar que o contrato estava a ser realizado pela ODA japonesa no orçamento da JICA.

¹¹⁰ http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/15kai_shiryo/ref8.pdf

3-2-2. Divulgação Atrasada e Negada

(a) Divulgação Atrasada do Contrato da JICA com a MAJOL

Devido à ocultação institucional por parte da JICA, as ONGs japonesas submeteram formalmente um pedido de divulgação dos documentos relacionados com o contrato da JICA com a MAJOL em 14 de Dezembro de 2015. Apesar do facto de que a Lei de Informação permite apenas um mês para efectuar a divulgação, a JICA estendeu o prazo por mais um mês por estar “ocupada” com o caderno de encargos de 6 páginas (incluindo os ToR).

No início de Dezembro, um parlamentar japonês também pediu à JICA algumas explicações e documentos relacionados; isso também foi adiado. Foi somente em 4 de Fevereiro de 2016, que JICA divulgou o seu contrato com a MAJOL e os seus ToR. Levou mais dois meses para a JICA divulgar a versão oficial do relatório inicial, que foi divulgado em 8 de Abril de 2016, enquanto outros relatórios permanecem fechados.

(b) Resultados e itens determinados pela JICA para a MAJOL

O contrato da JICA obriga a MAJOL a submeter os seguintes três relatórios com resultados da consultoria para JICA (ToR para MAJOL: 4): ¹¹¹

1. Relatório Inicial (até 26 de Novembro de 2015)
2. Relatório sobre o engajamento das partes interessadas ¹¹² (até 15 de Dezembro de 2015)
3. Relatório Final (até 21 de Março de 2016)

Para cumprir as tarefas determinadas nos ToR, a MAJOL preparou e submeter os seguintes itens à JICA e aos restantes agentes do ProSAVANA dentro dos prazos referidos abaixo:

- a) ToR e funcionamento da plataforma de diálogo esboçados (até 7 de Dezembro de 2015);
- b) Plataforma de Engajamento das Partes Interessadas estabelecida e em funcionamento (até 20 de Janeiro de 2016);
- c) Roteiro do processo de consulta (até 22 de Fevereiro de 2016).

Antes de cada tarefa, a JICA e a ProSAVANA-HQ (sede: composta pelos coordenadores dos três governos, Japão, Moçambique e Brasil¹¹³) têm que aprovar os seguintes itens:

- d) o formato para as consultas individuais;
- e) um calendário provisório para as consultas individuais;
- f) um plano das reuniões preliminares com data, local, lista de organizações /indivíduos a convidar e agenda da reunião;
- g) esboço dos ToR e funcionamento para a plataforma de diálogo, juntamente com um plano de facilitação. (ToR para a MAJOL: 2-3)

¹¹¹ http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/122.pdf

¹¹² Mais tarde renomeado "mapeamento".

¹¹³ Pessoal contratado pela JICA, MASA e ABC.

(c) Negação de Divulgação: Violação das Directrizes da JICA

Dos três relatórios acima mencionados, apenas o relatório inicial foi divulgado. A divulgação do "Relatório sobre o Engajamentos das Partes Interessadas", uma espécie de relatório intercalar, e do "Relatório Final" foi recusada pelo seguinte motivo:

- *"Nós (JICA e MNE) consultámos o governo moçambicano. Mas disse-nos que eles não têm nenhuma intenção (políticas) para divulgar os relatórios uma vez que estes podiam afectar a confiança com as organizações e diálogo relacionados. Como resultado disto, decidimos não oferecer-vos estes relatórios".* (Mensagem do MNE, 28 de Maio de 2016) *Tradução e ênfase dos autores.

O uso da recusa do governo de moçambicano como desculpa para recusar a divulgação dos relatórios feitos pelos contratados da JICA é tecnicamente questionável em si e por si. Na verdade, o problema está para além de uma tecnicidade.

Esta afirmação contrária, de facto, não só a Missão da JICA¹¹⁴ (sobre governação), mas também as "Directrizes para Assuntos Ambientais e Sociais (Guidelines for Environmental and Social Considerations)" da JICA estabelecidas em 2010. Estas Directrizes começam com partilha dos "princípios".

- *"A tomada de decisões de forma democrática é indispensável para as considerações ambientais e sociais. É importante assegurar a participação das partes interessadas, a transparência das informações, a responsabilidade e a eficiência, para além do respeito pelos direitos humanos, a fim de conduzir um processo de tomada de decisão apropriado.*
- *Neste contexto, no que diz respeito aos direitos humanos e tendo em conta os princípios da governação democrática, as medidas sobre assuntos ambientais e sociais são implementadas através da garantia de uma ampla e significativa participação das partes interessadas e da transparência na tomada de decisão, bem como através do trabalho para divulgação de informações e para assegurar a eficiência.*
- *Os governos têm a responsabilidade de prestação de contas, mas, ao mesmo tempo, as partes interessadas são responsáveis pelos seus comentários".* (Directrizes para Assuntos Ambientais e Sociais da JICA: 9)¹¹⁵ *Ênfase dos autores.

As Directrizes também definem a responsabilidade da JICA para "facilitar a realização destes objectivos" (*ibid.*). A alegação acima pela JICA indica claramente o seu abandono da responsabilidade expressa nas suas próprias directrizes.¹¹⁶

¹¹⁴ A missão 3 da JICA está dedicada à "melhoria da governação".

<http://www.jica.go.jp/english/about/mission/index.html>

¹¹⁵ http://www.jica.go.jp/english/our_work/social_environmental/guideline/pdf/guideline100326.pdf

¹¹⁶ O assessor especial da Divisão África da JICA demonstrou repetidamente a sua não-compreensão destas directrizes durante as reuniões com as ONGs japonesas, e o facilitador das reuniões que se comprometeu a formular as directrizes teve que intervir (12º diálogo, 24 de Julho de 2015).

(d) Negligência de Directrizes da JICA pela JICA e MASA

Pode ser importante sublinhar observação da negligência colectiva, e a posição distanciada, das directrizes pela JICA no que se refere ao ProSAVANA desde o início das discussões sobre o programa. Parece que isto tem vindo a afectar a falta de compreensão do governo beneficiário e seus funcionários que estiveram envolvidos no ProSAVANA.

Mesmo partir de 1 de Setembro de 2015, seis anos após o acordo sobre o ProSAVANA, a delegação do MASA, liderada pelo ex-vice-ministro da Agricultura e actual coordenador do ProSAVANA, António Limbau, e o embaixador de moçambicano para o Japão, não confirmaram o seu conhecimento da existência das directrizes da JICA. Durante o encontro com a delegação, os representantes das ONGs japonesas perguntaram, várias vezes, se eles sabiam da existência das directrizes da JICA e da necessidade de cumprimento das mesmas como o governo beneficiário, e o coordenador do ProSAVANA insistiu que "*o Japão tem as suas próprias regras e Moçambique tem as suas próprias*" (1 de Setembro de 2015).¹¹⁷

O director da Divisão da Agricultura em Áreas Áridas e Semi-Áridas do Departamento de Desenvolvimento Rural da JICA explicou que, uma vez fixado o plano director e determinados os projectos, eles verificam se os projectos estão em conformidade com as directrizes, ou não. Esta tem sido a resposta repetida desde Abril de 2013 (o 3º diálogo), e constitui uma clara evidência de negligência das suas próprias orientações. No entanto, esta parece ser uma abordagem institucional no contexto do ProSAVANA.

(e) Inexistência de uma Versão em Português das Directrizes da JICA

Desde Abril de 2013, as ONGs japonesas submeteram pedidos das OSCs moçambicanas à JICA para preparar uma versão em português das suas directrizes, que têm apenas 42 páginas em Inglês.¹¹⁸ As directrizes foram colectivamente formuladas com a participação activa das ONGs japonesa, após repetidos escândalos e problemas relacionados com assistência oficial japonesa. As directrizes abrem o caminho para as partes interessadas locais poderem submeter queixas sobre a assistência da JICA a uma comissão independente, o "Comité Consultivo para Assuntos Ambientais e Sociais".¹¹⁹

Embora os camponeses e os cidadãos moçambicanos tenham tido vontade de apresentar queixas sobre o ProSAVANA como um caso, há muito tempo, devido à não-existência dos documentos relacionados na sua língua oficial (o português), isso tem sido impossível. Apesar dos pedidos das ONGs japonesas à JICA para organizar um evento onde os actores locais podem ter a explicação do conteúdo e detalhes dos procedimentos escritos nas directrizes, isto ainda não aconteceu.

Embora haja uma versão em espanhol das directrizes¹²⁰, que poderia ser facilmente

¹¹⁷ http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/13kai_shiryo/ref1.pdf

¹¹⁸ http://www.jica.go.jp/english/our_work/social_environmental/guideline/pdf/guideline100326.pdf

¹¹⁹ http://www.jica.go.jp/environment/guideline/ku57pq000005boli-att/guideline_basic.pdf

¹²⁰ http://www.jica.go.jp/english/our_work/social_environmental/guideline/pdf/guideline_spanish.pdf

usada para tradução para Português, e é curta, seria muito menos dispendioso para traduzir, é sócio-ambientalmente importante e tem sido solicitado, a JICA priorizou a tradução de toda a versão zero do plano director do ProSAVANA (204 páginas) para a uma língua que ninguém pediu, o japonês. A inexistência continuada da versão em português das directrizes confirma uma falta de vontade de aplicação cabal das directrizes da JICA para o ProSAVANA e para outra assistência japonesa a Moçambique.

Após a descoberta da negligência do governo moçambicano no que se refere ao conteúdo das directrizes da JICA, as ONGs japonesas solicitaram à JICA que preparasse uma versão em português e criasse uma oportunidade para explicar o seu conteúdo às autoridades moçambicanas que estão envolvidas no ProSAVANA durante a 13^a e a 14^a reuniões de diálogo (27 de Outubro de 2015 e 8 de Dezembro de 2015).¹²¹ Os pedidos ainda não foram respondidos. Esta estranheza é ainda mais clara quando se considera que Moçambique tem sido um dos destinos mais importantes da assistência oficial japonesa, tanto em doações e como em empréstimos.¹²²

(f) Vazamento de Documentos

Apesar da negligência institucional, colectiva e individual, sobre a importância da transparência e da responsabilidade entre os promotores do ProSAVANA, parece que alguns consideraram isso inaceitável e inconcebível.

Em 25 de Maio de 2016, as colecções de documentos sobre o ProSAVANA, incluindo os relatórios da MAJOL, até então negadas, foram postadas num site de internet gerido pela ONGs que trabalham com as questões da terra.¹²³ Através do exame cuidadoso, especialmente através de cruzamento de informação do relatório inicial divulgado oficialmente, a autenticidade dos documentos foi óbvio. Durante o encontro entre as ONGs e o MNE/JICA, as ONGs distribuíram algumas partes destes relatórios obtidos a partir do site acima, e a JICA não negou a sua autenticidade, mas confirmou que os documentos foram "vazados" (17^o diálogo, 21 de Julho de 2016).

3-3. Antecedentes dos Documentos da MAJOL para Análise

3-3-1. Natureza dos Relatórios da MAJOL

(a) Lista dos Relatórios Examinados

Graças ao vazamento, há quatro relatórios que foram elaborados e submetidos à JICA disponíveis para os olhos do público e prontos para serem examinados. São eles:

1. Relatório de início *draft* da MAJOL (*possivelmente escrito sem a intervenção da JICA),
2. Relatório de início oficialmente divulgado (*aprovado pela JICA),
3. Esboço do mapeamento de partes interessadas (*re-submetido à JICA após intervenções iniciais),

¹²¹ Também pedido por escrito foi apresentado em 26 de Outubro de 2015.

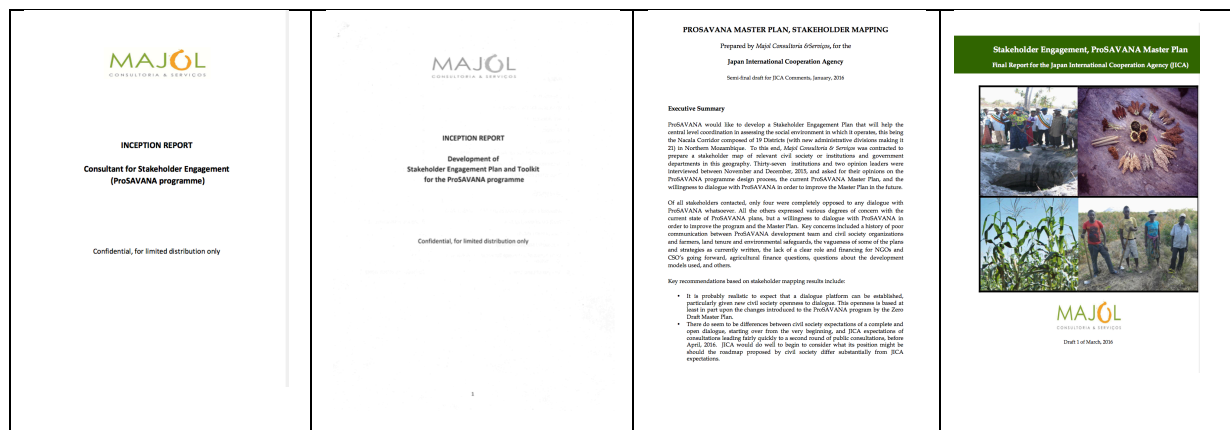
¹²² http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/13kai_shiryo/ref1.pdf

¹²³ <http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/files/000142266.pdf>

¹²³ <http://www.farmlandgrab.org/post/view/26158-ProSAVANA-files>

4. Relatório final *draft* (*possivelmente escrito sem intervenções da JICA).

Na lista acima, o estatuto dos relatórios e se esses relatórios receberam alguma intervenção da JICA e/ou do ProSAVANA-HQ, ou não, está incluído com base na análise destes relatórios e práticas habituais no passado.



(b) Existência de Dois Relatórios de Início Diferentes

Há dois Relatórios de Início. Um deles, é o relatório exposto e, um outro, o relatório divulgado oficialmente. Pode-se supor que o primeiro foi um *draft* do relatório original da MAJOL submetido à JICA e o último é um relatório revisto submetido depois de receber comentários da JICA e da ProSAVANA-HQ.

A importância de examinar ambos os Relatórios de Início é porque as diferenças entre dos dois podem dizer muitas coisas. Embora isto seja examinado em detalhe mais adiante, pode ser útil apontar que 40% das páginas no *draft* inicial da MAJOL (47p.) foram cortadas no relatório inicial divulgado (29p.). Numerosas frases, nomes e documentos anexos, que aparecem no *draft*, foram omitidos. Embora esta enorme omissão prove, por si só, o secretismo quase infinito e a manipulação dos factos por parte da JICA e dos promotores do ProSAVANA, ao analisar o que foi sido excluído, torna-se claro o tipo de informações a JICA e a ProSAVANA-HQ queriam esconder.

3-3-2. Tratamento Costumeiro dos Relatórios da JICA

(a) Intervenção da JICA nos Relatórios dos Contratados

Além disso, deve-se notar que a JICA sempre teve duas oportunidades para as suas intervenções antes da divulgação: uma, quando os projectos foram apresentados pelos seus contratados; e, outra, quando preparam os documentos para divulgação. As primeiras intervenções podem ocorrer, não apenas uma vez, mas várias vezes até a JICA estar satisfeita.¹²⁴ As segundas intervenções incluem cobrir a preto partes nos documentos.¹²⁵ Ambas intervenções ocorreram nos relatórios da MAJOL, e este aspecto (o que foi coberto a preto) também será examinado.

¹²⁴ Informação pelos consultores que têm trabalhado nos contratos com a JICA.

¹²⁵ Isso já foi discutido no texto de análise anterior.

(b) Características dos Relatórios de Início da JICA

Quase todos os projectos da JICA requerem a submissão de Relatórios de Início dos seus contratados. Todos os Relatórios de Início devem seguir as instruções que aparecem nos termos de referência (ToR). É tarefa da JICA examinar o entendimento dos ToR e planos de actividade dos seus contratados. Se forem encontrados alguns problemas nos *drafts*, a JICA solicita a submissão de relatórios revistos. Uma vez aceites pela JICA as versões revistas, os projectos prosseguem como escrito nos Relatórios de Início. O escrutínio dos Relatórios de Início pela JICA é normalmente estrito devido a outro motivo. Estes relatórios, bem como os relatórios finais, podem ser objecto de solicitação para divulgação. Especialmente com este projecto, é mais que provável que a JICA tenha previsto esta possibilidade.

Normalmente, a JICA dá apenas algumas semanas (menos de um mês) para seus contratados para completar Relatórios de Início. A prioridade é dada para reuniões e discussões com a JICA e os seus homólogos e revisão de literatura e não para pesquisa de campo para a preparação de Relatórios de Início. Há duas razões para isso. Uma é porque os detalhes do orçamento para a realização de actividades de campo têm que ser calculados com base nos planos e propostas contidos nos Relatórios de Início. Outra é porque, geralmente, a JICA pensa que detém conhecimento suficiente sobre as realidades locais (antecedentes e necessidades), âmbitos e resultados de projectos no momento em que escreve os ToR e antes de lançar o concurso.

Este foi o caso nos projectos relacionados com o ProSAVANA. Como é bem conhecido agora, uma vez que o desajuste entre os pressupostos da JICA foram incluídos nos seus ToR e a realidade era inaceitavelmente enorme,¹²⁶ surgiram muitos problemas à medida que o programa foi avançando.

3-4. Diferenças Entre o *Draft* da MAJOL e os Documentos Divulgados

3-4-1. Eliminação de Páginas e Apêndices

Embora o relatório inicial submetido pela MAJOL à JICA contém 48 páginas e 8 apêndices, o relatório divulgado contém apenas 29 páginas e 6 apêndices. Os apêndices excluídos são os seguintes documentos:

- Apêndice 6: "*Land Grabbers in the Nacala Corridor*" (GRAIN) "Os apropriadores de terra no Corredor de Nacala",
- - Apêndice 7: "Comentários da MAJOL no documento ('DMP_ver1_Excerpt_Land_Use_DUT_Land Issues')".

O Apêndice 6 (30p.) contém o texto introdutório copiado da página inicial (*homepage*) de uma ONG internacional, a GRAIN, sobre o seu relatório e lista preparada em conjunto com a UNAC intitulado "Os Açambarcadores de Terra no Corredor de Nacala (*Land*

¹²⁶ <http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-12/>
[http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/files/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20\(Funada\).pdf](http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/files/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20(Funada).pdf)

Grabbers in the Nacala Corridor)" e os comentários feitos pela MAJOL. Deve-se notar que a MAJOL retirou o nome da UNAC, apesar do facto de esta organização camponesa ser um co-autor e ter realizado uma pesquisa para o relatório.

O texto a seguir da MAJOL, deixado em *draft*, foi totalmente retirado do documento divulgado pela JICA:

- *“Estas empresas, tipicamente estruturadas através de paraísos fiscais offshore e, muitas vezes ligadas às elites políticas moçambicanas, têm estado a apropriar-se de terras e a extrair riqueza de formas que lembram o período colonial do país”* (site da GRAIN),
- *“A lista de empresas citadas no artigo como apropriadoras de terras é apresentada no gráfico abaixo. Em muitos casos, e na opinião da equipe de consultores, muitas das transacções de terrenos não obedeceram às normas de “consentimento prévio livre e informado”, nem a várias cláusulas da Lei de Terras” moçambicana (draft da MAJOL: 30). *Tradução e ênfase dos autores.*

A lista anexada continha informação sobre 35 empresas reportadas como tendo obtido ou planeado obter títulos de terra (mais de 1.000 ha) ao longo do Corredor de Nacala. A lista completa também foi eliminada.

É uma intervenção bastante estranha uma vez que nos últimos dois anos o MNE e a JICA têm afirmado que "o plano director do ProSAVANA é para proteger os direitos sobre a terra dos camponeses locais" (11º diálogo, 28 de Abril de 2015). Embora os próprios consultores da MAJOL tenham considerado importante ter a explicação acima e o quadro para este projecto ("Engajamento das Partes Interessadas"), parece que a JICA e/ou os promotores do ProSAVANA não gostaram da informação e queriam apagar todos os vestígios da sua existência no relatório.¹²⁷

Ao contrário do destino do relatório da GRAIN e UNAC, a JICA e a ProSAVANA-HQ deixaram um relatório escrito por outra ONG internacional, a CARE Moçambique, no Apêndice 6.¹²⁸ A exclusão do apêndice 7 será tratada na próxima secção.

3-4-2. Eliminação de Referências

A eliminação de referências não terminou com estes dois documentos. Os itens a seguir também foram excluídos da lista de "documentos consultados" que a MAJOL indicou como referências (*draft* da MAJOL: 6):

- 1) MASA (2015) Plano Director para o Corredor de Nacala, versão *draft* 1, 254pp.
- 2) ProSAVANA (2013) Estratégia de Comunicação de Setembro de 2013, Versão 2,

¹²⁷ Deve notar-se que os consultores da MAJOL tentaram realizar discussões sobre a contínua Açambarcamento de terras em curso e sobre a importância da governação do governo moçambicano e a monitoria das actividades da sociedade civil no seu *draft* do relatório inicial, com base no relatório da GRAIN-UNAC queixas apresentadas pelas organizações da sociedade civil moçambicana.

¹²⁸ CARE Moçambique (2013) *“Land delimitation and demarcation: preparing communities for investment”* - "Delimitação e Demarcação de terras: as comunidades preparam-se para o investimento" http://www.care.org.mz/contentimages/civil_landdelimitation.pdf

inglês. 50pp

É importante notar que todas as três referências (incluindo o Apêndice 7) são documentos preparados pela ProSAVANA-PD (*Projecto de Formulação do Plano Director*), escritos em inglês, cuja divulgação tinha sido solicitada, mas a sua existência tinha sido ocultada ou era desconhecida.

Em primeiro lugar, não era do conhecimento público a existência de "versão *draft* 1" do plano director em qualquer língua. A "Versão *draft* 0" foi divulgada em finais de Março de 2015 e utilizada para as "audiências/consultas públicas" (Abril-Junho de 2015), mas a UNAC e muitos outros requereram a "anulação" *draft* (Junho-Julho de 2015).¹²⁹ A UNAC até enviou uma delegação ao Japão, a fim de apresentar directamente as suas declarações conjuntas sobre o plano director e sobre as reuniões da "auscultação pública" e para persuadir a JICA e o MNE em Julho de 2015. Durante o encontro oficial da UNAC com a JICA e o MNE, eles não responderam às solicitações (a anulação do plano director e da "auscultação pública") argumentando que "sendo declarações 'novas', 'não tinham tido tempo suficiente para 'tomar conhecimento do seu conteúdo' de modo a puderem responder",¹³⁰ e não mencionaram que já havia uma versão revista do plano director. Mas agora está claro que havia uma versão *draft* 1 há algum tempo, antes de Novembro de 2015. Este facto não foi conhecido até muito recentemente. Esta pequena peça de informação foi captada quando se detectou que tinha sido retirada do *draft* da MAJOL.

Em segundo lugar, apesar do pedido oficial para a divulgação de todos os relatórios elaborados pelos contratados da JICA no âmbito da "Estratégia de Comunicação", a JICA divulgou apenas a versão em português, sem mencionar a existência de uma em inglês. Uma vez que ambas as versões (em português e inglês) foram concluídas em Setembro de 2013 e são exactamente do mesmo volume (50p.), é mais do que natural considerar que estes dois documentos são idênticos. No entanto, a JICA reteve a versão em inglês da divulgação, nem mesmo mencionou a sua existência e razão da decisão.

Em terceiro lugar, o apêndice 7 parece ser o documento que as ONGs japonesas têm vindo a pedir. O documento foi incluído como um dos relatórios requeridos aos consultores japoneses do ProSAVANA-PD e diz-se que o relatório foi submetido ao MASA como plano director *draft* versão zero. Apesar desta informação, a JICA continuou a negar a existência do documento, mas, é evidente, que existia.

Uma vez que existem apenas 9 referências (7 listadas como documentos consultados e 3 nos apêndices), pode-se assumir que essas três referências foram importantes para a MAJOL para entender o que é o ProSAVANA quais são as preocupações dos camponeses locais. Em vez de partilhar essa informação, contudo, a JICA e/ou a ProSAVANA-HQ quiseram eliminar não apenas o conteúdo mas também títulos inteiros destas referências.

¹²⁹ <http://farmlandgrab.org/25017> Todas as outras declarações estão publicadas no seguinte site: <http://www.farmlandgrab.org/cat/show/827>

Um mês antes da reunião, em Junho de 2015, as ONGs japonesas apresentaram a tradução japonesa das mesmas declarações ao Presidente da JICA e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, com cópia para todos os representantes que participaram na reunião com a delegação da UNAC.

O facto é que a MAJOL consultou realmente estes documentos a fim de compreender o ProSAVANA e as suas tarefas e, certamente, foi a JICA e/ou a ProSAVANA-HQ que deu estes documentos. No entanto, a JICA (ou a ProSAVANA-HQ) queriam intervir, mesmo neste pormenor, a fim de certificar-se da concordância das suas histórias, escondendo ainda mais.

3-4-3. Eliminação de Conteúdos

A redução do volume total do relatório (de 48 para 29 páginas) é o resultado de intervenções intensivas da JICA e ProSAVANA-HQ, sob a forma de "comentários". Os detalhes e sua análise serão apresentados na próxima secção, mas alguns exemplos de eliminação serão referidos aqui:

1. *“Nós reconhecemos que a JICA estava a falar de um comité para finalizar o draft zero e a liderar a segunda ronda de consultas, mas a sociedade civil vê-se como a jogar um papel contínuo”, (draft da MAJOL: 5)*
2. *“Essencialmente, o ProSAVANA deve estabelecer as políticas do projecto (e mecanismos para as fazer cumprir) que vão para além do quadro legal de Moçambique, e que garantam isso”, (Ibid.)*
3. *“O seu âmbito será expandido para incluir o contributo estratégico durante a fase de implementação do ProSAVANA, bem como a participação na Monitoria e Avaliação. Espera-se que o Comité trabalhe por um período inicial de 6 anos, que pode ser estendido de forma interactiva durante o período do programa ProSAVANA”, (draft dos ToR do Comité Consultivo do ProSAVANA no draft da MAJOL: 24)*
4. *“8. Monitoria e Avaliação (M e A), incluindo a selecção de indicadores e meios de verificação apropriados, bem como a definição de momentos e métodos para a participação da sociedade civil nas actividades de M e A”. (Ibid.: 25) *Tradução e ênfase dos autores.*

Estas frases apagadas indicam uma clara tendência de intervenções arbitrárias: (1) a motivação para apagar o nome da JICA, (2) falta de vontade dos ProSAVANA para estabelecer políticas de projecto e um mecanismo de aplicação, (3) a sociedade civil a participar activamente na monitorização e avaliação através o Comité.

Capítulo 4. Análise de Relatórios de Início do "Engajamento das Partes Interessadas"

4-1. Análise do Objectivo e Metodologia

O objectivo oficialmente declarado do projecto foi referido apresentado no Capítulo 3 (3-1-1). No entanto, à medida que se prossegue com a leitura do relatório de início (quer do *draft*, quer do relatório, da MAJOL divulgado oficialmente) torna-se muito claro qual o verdadeiro objectivo deste projecto da JICA. A seguir apresenta-se a análise baseada no texto dos Relatórios de Início.

4-1-1. Desmascarado o Objectivo Real do Projecto

(a) "Desenvolver Aliança" com o ProSAVANA

O Apêndice 4 "Mapa Provisório das Partes Interessadas (*Análise e Mapeamento das Partes Interessadas, ProSAVANA*)" (*Provisional Stakeholder Map (Stakeholder Analysis and Mapping, ProSAVANA*)") contém 6 páginas de texto e quadros. O seu objectivo é "descrever a identificação e caracterização de indivíduos e de grupos de pessoas que têm impacto ou podem ser afectados por um projecto planeado ou proposto" (Relatório de início divulgado:18). Determinam-se cinco pontos centrais para a análise. Os seguintes três pontos expressam os objectivos aparentemente reais e o espírito por trás deste projecto:

- *"Identificação das preocupações, oportunidades, expectativas e potenciais conflitos ou conflitos de interesse entre o projecto e grupos certos ou entre os próprios grupos,*
- *Identificar e caracterizar as relações entre as partes interessadas que podem promover ou impedir o desenvolvimento de alianças e de consensos, ou, alternativamente, de conflitos,*
- *Identificação de grupos e indivíduos chave que necessitam de ser objecto de engajamento." (Ibid.) *Tradução e ênfase dos autores.*

O enfoque acima referido indica claramente o objectivo e abordagem reais do "Projecto de Engajamento das Partes Interessadas" da JICA, conseguidos através da realização de "consultas e entrevistas individuais" e "análise e mapeamento" do resultado (Relatórios de Início:18).

Estas afirmações desembrulham a clara intenção dos consultores da MAJOL, sob a orientação do JICA e ProSAVANA-HQ, para colectar informação suficiente para formular uma estratégia visando cultivar as fraquezas nos grupos da sociedade civil e maximizar as oportunidades para criar aliados (grupos chave) para a promoção do ProSAVANA.

Além disso, a descoberta de "*conflitos potenciais*" dentro dos grupos da sociedade civil e os possíveis riscos que "*impedirão o desenvolvimento de alianças*" é citada como o foco. O objectivo destes pontos centrais é descrito como se segue:

- “*Ele também tenta compreender e descrever as relações entre as partes interessadas, e, ao fazê-lo permite a criação de sistemas de gestão, momentos, e métodos de engajamento.*” (*Ibid.*) *Tradução e ênfase dos autores.

É importante notar que a MAJOL usou palavras como "sistemas de gestão" para o "engajamento". Na verdade, embora estes termos exactos não constem nos ToR da JICA para a MAJOL, indicam claramente que era o que a JICA queria que a MAJOL formulasse (p.2), a criação de sistemas controláveis (pelo governo) de envolvimento da sociedade civil no ProSAVANA.

(b) “Alcançar a Adesão da Sociedade Civil”

A conclusão acima pode ser confirmada a partir do seguinte parágrafo no "7. *Recomendações até agora e os próximos passos*", escrito pela MAJOL:

- “*A partir da entrevista, é evidente que as preocupações sobre a terra e o estilo de comunicação são os principais obstáculos para alcançar a adesão da sociedade civil. Ambos devem ser abordados.*” (Relatório de início divulgado: 5) *Tradução e ênfase dos autores.

A partir daqui, pode-se concluir que "*alcançar a adesão da sociedade civil*" era o objectivo acordado deste projecto da JICA. Isto é um eco do mesmo espírito de "Estratégia de Comunicação Social" do ProSAVANA, mostrado na secção intitulada "acções a desenvolver em conjunto com a sociedade civil" (Estratégia: 34-35).

(c) “Recriar a Imagem (Rebranding)” do ProSAVANA

Após a assinatura do contrato, em 02 de Novembro de 2015, parece que a JICA e a MAJOL concordaram em fazer algumas modificações em relação aos "planos de trabalho" (Relatórios de Início: 7).¹³¹ Estas modificações foram sobre as actividades relacionadas com a "re-imagem" e o “Comité Consultivo”.

De acordo com o plano de trabalho, a primeira reunião foi realizada em 4 de Novembro de 2015 entre JICA e a MAJOL, tendo-se realizado a discussão sobre o "acordo sobre mensagens / 'rebranding' parcial" (*Ibid.*:7).¹³² O facto de este ter sido o primeiro ponto de discussão para o "Projecto de Engajamento das Partes Interessadas" da JICA é um pouco estranho, já que o termo "rebranding" do ProSAVANA, ou tal conceito, não estava no contrato, nem nos ToR, assinado dois dias antes.¹³³ Outras fontes presentes na reunião confirmam que a JICA explicou à MAJOL que o objectivo do projecto era "superar a imagem negativa criada pela sociedade civil", "rebranding' o ProSAVANA", e "obter a participação da sociedade civil no programa".¹³⁴

Esta tentativa de listar 'rebranding' do ProSAVANA como uma das primeiras tarefas incluídas no plano de trabalho da MAJOL terminou "após as discussões com o pessoal do

¹³¹ O relatório de início oficial está postado em http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/123.pdf

¹³² Todos os consultores da MAJOL estiveram presentes na reunião.

¹³³ 3 de Novembro é um feriado nacional japonês, pelo que a JICA Moçambique estava fechada.

¹³⁴ Os nomes das fontes são omitidos a pedido.

projecto ProSAVANA" (*Ibid.*:7). No entanto, isso não significou que as intenções por trás da tentativa inicial e actividades relacionadas tenham sido completamente removidas do projecto. Este aspecto será discutido mais adiante.

(d) "Comité Consultivo do ProSAVANA"

Outra modificação importante observada no plano de trabalho é o súbito aparecimento do termo "comité consultivo" em vez de "*uma plataforma de engajamento das partes interessadas*", como está escrito nos ToR. A justificação original da JICA para o estabelecimento do projecto foi a melhoria do processo da segunda ronda de auscultação pública e do que os ToR indicam como um objectivo, o estabelecimento de "*uma plataforma de diálogo*" (p.3).

O contrato da JICA instrui a MAJOL para esboçar "ToR e uma plataforma de diálogo em funcionamento" até 7 de Dezembro no seu apêndice, que o plano de trabalho encurtou o prazo para 13 de Novembro, e alterar o título do documento a ser apresentado para "ToR do Comité Consultivo do ProSAVANA" (*Ibid.*:24). A MAJOL tinha apenas nove dias para cumprir esta tarefa. De acordo com o relatório de início, MAJOL conseguiu apresentar, dentro desse prazo, um *draft* depois de se reunir com apenas quatro organizações (entrevistas por telefone com sete outras) em Maputo e sem viajar para o norte, a região alvo do ProSAVANA. E, até 13 de Novembro, a MAJOL rebaptizou o que foi "comité consultivo" "comité de trabalho" com base nos "*comentários feitos por algumas OSCs*" (*Ibid.*:5).

A expressão "Comité Consultivo do ProSAVANA" mostra, claramente, um objectivo diferente, que é, como era intenção da JICA e dos governos relevantes: (a) institucionalizar diversas organizações da sociedade civil num corpo autorizado ao abrigo do ProSAVANA, e (b) incorporar a sociedade civil. Este ponto também será tratado em detalhe mais adiante.

4-2. Análise da Metodologia

4-2-1. Metodologia e Resultados Iniciais: Reconfirmado o Objectivo Real

(a) Metodologia: Classificação da Influência e do Interesse

Como analisámos, o *draft* e os relatórios de início divulgados revelaram que o objectivo do contrato da JICA com a MAJOL era "*promover o desenvolvimento de alianças (com o ProSAVANA)*" e "*alcançar a adesão da sociedade civil*" (*Ibid.*:18 ; 5). A fim de alcançar este objectivo, a JICA deu aos seus contratados as seguintes tarefas: (a) recolher informação sobre as "partes interessadas"; (b) consultá-las individualmente; e (c) analisar e mapear as suas características e posicionamentos (ToR para a MAJOL: 2-3).

Para concluir essas tarefas (mapeamento das partes interessadas), a MAJOL adoptou uma metodologia para classificar e avaliar "as partes interessadas" nas seguintes três categorias: (1) "primário/secundário;" (2) "influência alta/baixa"; e (3) "interesse alto/baixo" (no ProSAVANA).

O relatório de início *draft* da MAJOL apresenta a sua avaliação preliminar de sete tipos

de partes interessadas no apêndice 4, "Mapa Provisório das Partes Interessadas": (a) órgãos governamentais nacionais; (b) governo provincial; (c) governo distrital; (d) comunidade empresarial provincial e distrital; (e) partidos políticos; (f) ONG locais; e (g) ONGs e OSCs internacionais (*Ibid.*:19-21). Além da "classificação da influência e do interesse", a MAJOL incluiu no quadro o "perfil e estatuto", "questões do projecto", "expectativas do projecto" e "influência potencial sobre o projecto".

Relevant Stakeholder	Profile and Status	Project Issues	Project Expectations	Potential Influence on Project	Influence and Interest Rating

Relatório de início divulgado pela JICA (p.22)

(b) Resultados Preliminares e Reconfirmado o Objectivo Real

Embora a JICA tenha encoberto a preto todas as descrições e classificações de cada organização (como visto acima), o *draft* da MAJOL revela que avaliou e classificou onze organizações da sociedade civil internacionais, nacionais e regionais. Alguns dos resultados são os seguintes:

Nome da organização	Influência	Interesse	Influência Potencial no ProSAVANA
ActionAid	alta	médio (*se o diálogo existir, alto; se não, sem qualquer interesse.)	Opinião do líder e pode mobilizar outros para cooperar. Se as condições não forem satisfeitas, ele está muito disposto a deixar o ProSAVANA morrer e muitos o seguirão.
ADECRU	Alta	Médio sobre a pop. local / baixo para outras OSCs (*demasiado esquerdista)	O seu interesse é alto porque a filosofia do programa actual vai contra a ADECRU.
CESC	Alta	alto (*através de rede)	A trabalhar com ONGs locais. Quer estar envolvida.
CTA (Confederação das Actividades Económicas)	Alta	Alto	Envolvimento-chave do sector privado.
CTV (Centro Terra Viva)	alta (*através de estudos ambientais)	moderado (*mas pode tornar-se alto)	Rede grande de paralegais nas aldeias (>600!)
OXFAM Moçambique	alta (*alcance internacional)	médio	A financiar a campanha pelos direitos sobre a terra.
Solidariedade	alta (posição na PPOSC-N)	moderado (*mas só com mudanças)	
PPSC-N (Plataforma Provincial da Sociedade Civil - Nampula)	alta (muitos membros)	Moderado	

Elaborado pelos autores com base no *draft* da MAJOL.¹³⁵

Estas descrições confirmaram que o verdadeiro objectivo do projecto da JICA era entrevistas, análise e mapeamento e posterior aprovação pelos promotores do

¹³⁵ Ver pp.21-23 no seguinte documento. <http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Incept.pdf>

ProSAVANA. Era para descobrir quem eram os candidatos potenciais para "aliados" eficazes e que eram adversários capazes de ("impedir") a formação de "alianças", conforme descrito no "Mapa Provisório das Partes Interessadas" (Relatórios de Início: 18). Sem ser capaz de examinar as informações que a JICA apagou, era impossível provar este facto.

Como discutido anteriormente, o papel dos relatórios de início para a JICA é examinar a compreensão do contrato e dos projectos e o quadro de trabalho da JICA e os planos de actividade dos contratados. Como a informação acima (expressões) continua a estar no relatório de início divulgado pela JICA, pode-se concluir que a JICA e a ProSAVANA-HQ aceitaram e pensaram que este objectivo e metodologia estavam alinhados com as intenções do cliente e eram adequados para o "Projecto Engajamento das Partes Interessadas". O facto de eles terem apagado completamente as 3 páginas com os resultados, mostra que admitem a existência dos problemas do levantamento e não estavam dispostos a dar a conhecer os resultados às organizações da sociedade civil e ao público.

4-2-2. Resultados Globais da MAJOL e seus Problemas

(a) Resultados Globais e Textos Imprudentes

Usando a metodologia e abordagem acima, a MAJOL realizou "consultas individuais" iniciais com as organizações da sociedade civil moçambicana (de 2 a 13 de Novembro de 2015). Como o resultado deste levantamento preliminar, a MAJOL apresenta a sua narrativa sobre como se chegou à situação actual (negação das OSCs moçambicanas):

- "No geral, as OSCs sentiram que não estavam a ser ouvidas, não receberam informação e, em geral, foram tratadas de um modo arrogante e obstinado pelo Governo.
- Foram citadas duas ocasiões específicas: uma reunião organizada pelas OSCs em que estiveram presentes os três directores provinciais da área do ProSAVANA e a consulta pública em Maputo presidida pelo Ministro.
- Em ambos os casos, na opinião das OSCs, não houve uma verdadeira discussão e a atitude dos representantes do governo foi hostil e arrogante.
- Quando, em Maputo, as OSCs foram informadas que, aqueles que não tiveram a oportunidade de falar, poderiam fazê-lo por escrito, muitas delas decidiram abandonar o processo por causa da forma como ele estava a ser conduzido.
- A luta endureceu". (Ibid.:4) *Tradução e ênfase dos autores.

Com base na observação participativa, esta narrativa pôde ser confirmada como correspondendo à realidade do ProSAVANA desde 2012. Neste texto de análise já se examinou como e por que isso aconteceu ao centrar na "Estratégia de Comunicação da ProSAVANA" (nos Capítulos 2 e 3).

Contudo, são os parágrafos e frases apresentados após a narrativa acima, a concluir o texto desta secção ("5. Resultados"), que mostram problemas sérios, e eles indicam o quadro arbitrário desta pesquisa e deste relatório:

- *"A luta endureceu. Alguns líderes saíram e foram substituídos por pessoas mais*

linha-dura. Finalmente, isto levou as OSCs a dividirem-se em dois grupos". (Ibid.)

As afirmações não estão apoiadas em quaisquer factos, nem por informação escrita no seu *draft*, nem pela realidade. Entre o final das reuniões de "auscultação pública" (Junho de 2015) até o momento do relatório de início (13 de Novembro de 2015), não houve actividades entre e/ou dentro das organizações da sociedade civil moçambicana em relação ao ProSAVANA. Este período pode ser considerado como o período mais calmo para as actividades de advocacia no ProSAVANA em Moçambique.

Da mesma forma, a alegação de que "*alguns líderes saíram e foram substituídos por pessoas mais linha-dura*" não está suportada por qualquer informação contida nos relatórios de início. Na verdade, aconteceu o oposto. Como vimos na secção anterior, no princípio de 2015, alguns líderes de organizações da sociedade civil regionais/redes foram expulsos e substituídos por outros (no Capítulo 2). A realidade mais contraditória de "resultado (do levantamento)" da MAJOL é que o presidente da UNAC, que estava empenhado em actividades de advocacia relacionadas com o ProSAVANA e tinha uma posição sólida sobre o projecto, faleceu no início de Agosto 2015.

(b) Facto Contraditório: Morte Súbita do Presidente da UNAC

O Presidente Augusto Mafigo, eleito em 2006 para liderar o maior movimento camponês, sofreu intimidações directas e contínuas por parte das autoridades moçambicanas, incluindo do Ministro da Agricultura, como mencionado anteriormente. A UNAC divulgou a seguinte declaração sobre a sua morte, em 5 de Agosto de 2015:

- *"...O incidente ocorreu na cidade de Quelimane, província da Zambézia, onde aquele líder camponês se encontrava em mais uma missão de mobilização e acompanhamento, junto das associações camponesas filiadas à UNAC naquela província. Mafigo, que não apresentava sinais de doença grave dias antes de partir para Zambézia, foi atacado por fortes convulsões e outras anomalias na madrugada desta quarta-feira, e foi conduzido ao hospital Provincial de Quelimane, onde veio a falecer...*
- *"...Entregou-se de corpo e alma pela causa nobre dos camponeses e das camponesas. Ele será lembrado na eternidade pela luta contra as injustiças e a favor dos direitos humanos. Um líder, um activista, um verdadeiro homem cheio humildade e coragem. Não poderemos reparar esta perda, mas ergueremo-nos sobre os seus legados", enalteceu Luis Muchanga, Coordenador Executivo da UNAC.*
- *De acordo com o antigo Coordenador Executivo da UNAC, Diamantino Nhampossa, Mafigo "dedicou décadas de abnegação e entrega. Poderia ter seguido outros caminhos, talvez os mais fáceis e agradáveis, mas ele escolheu este caminho sinuoso de lutar incansavelmente pela causa dos camponeses moçambicanos".¹³⁶*

A razão para as suas visitas (duas vezes em duas semanas) à Província da Zambézia, a partir da província de Tete, onde vivia, foi o ProSAVANA. Três dias depois de sua morte, um pesquisador japonês e um funcionário de uma ONG, em trabalho de campo de

¹³⁶ <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/125-falece-o-presidente-da-uniao-nacional-de-camponeses-augusto-mafigo>

pesquisa na província de Nampula, foram rapidamente à Zambézia para saber o que estava acontecendo lá.¹³⁷ O relato a seguir baseia-se na sua pesquisa de campo, colecta de informações das uniões de camponeses provinciais e locais antes e depois da pesquisa, nos documentos da UNAC e nos acontecimentos semelhantes numa outra província do ProSAVANA.

Vários meses antes, a equipe do ProSAVANA composta por consultores da JICA e autoridades governamentais locais dos SDAE (*Serviço Distrital de Actividades Económicas*) tinha estado a pressionar uma união distrital na província da Zambézia, filiada na UNAC, para aceitar uma moageira (mas, como empréstimo) no âmbito do projecto de implementação do ProSAVANA (ProSAVANA-PEM).¹³⁸

O mesmo tipo de pressão (mas mais forte) foi exercido sobre outra união distrital na província de Nampula. Como a união em Nampula recusou-se a aceitar outra moageira (Fevereiro de 2015), os líderes foram perseguidos e ameaçados por funcionários governamentais do nível distrital e provincial. Embora este caso tenha sido levantado em discussões durante várias reuniões de diálogo em Tóquio, a JICA recusou-se a admitir as alegações.¹³⁹ Quando um dos líderes camponeses, que tinha sido assediado e recebido uma ameaça directa, visitou o Japão, no início de Julho de 2015, ele apresentou este caso perante os representantes da JICA durante uma visita oficial à JICA em 8 de Julho de 2015.¹⁴⁰ Ainda assim, a JICA não admitiu o caso ou mostrou algum interesse em abordar a violação dos seus direitos.¹⁴¹

No caso de Província da Zambézia, a equipe técnica do ProSAVANA-PEM (projecto para implantação) estava a trabalhar com o presidente da união distrital, que é um membro do partido no poder, e pediu-lhe que formulasse uma nova cooperativa para receber a moageira. Ele e outra pessoa, que se tornou presidente da nova cooperativa mais tarde, reuniram 15 camponeses para estabelecer "uma cooperativa para o ProSAVANA", COPEPAMO. Um dia, a moageira foi instalada dentro da área de armazenagem da união

¹³⁷ O resultado desta pesquisa está contido na declaração emitida em 10 de Agosto de 2015 <http://www.farmlandgrab.org/post/view/26016-stop-divide-rule-local-peasants-under-ProSAVANA> e no 14º diálogo e simpósio público realizados em Tóquio em 7 de Dezembro de 2015.

<http://www.ngo-jvc.net/jp/event/event2015/12/20151207-frontier-of-africa.html>

¹³⁸ Já em Abril de 2014, na Declaração de Nampula formulada durante a Assembléia Geral da UNAC anotava o seguinte: "*Um dos administradores (da Província de Zambézia) informou que vai mandar para a cadeia as pessoas que tentassem falar mal do Prosavana*". <http://www.farmlandgrab.org/23496>

¹³⁹ Os detalhes da informação do governo e as uniões de camponeses locais foram examinados e incluídos nos materiais de apresentação das ONGs no 13º diálogo (http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/). Apesar as reivindicações das ONGs fossem suportadas em documentos, a JICA não partilhou qualquer evidência escrita, tendo-se baseado somente na informação enviada pelos seus consultores, evocando que as suas explicações eram credíveis (12º diálogo, 24 de Julho de 2015).

¹⁴⁰ Eiji Inui (Director Geral do Departamento de África da JICA), Makoto Kitanaka (Director Geral do Departamento de Desenvolvimento Rural da JICA), Shinjiro Amameishi (Director da Divisão da Agricultura em Áreas Áridas e Semi-áridas da JICA), and Toshiharu Tarui (Assistente ao Director, Divisão III de Planeamento da Assistência aos Países, Gabinete de Cooperação Internacional do MNE) attended the official visit meeting, and received 2 statements by UNAC and other organisations.

¹⁴¹ Em 8 de Julho de 2015, uma delegação da UNAC visitou oficialmente a JICA e o MNE, em Tóquio, a fim de apresentar as suas declarações sobre os problemas das reuniões de "auscultação pública". Antes de visitar o Japão, os delegados tiveram uma reunião com a liderança da UNAC para formular uma voz unida sobre ProSAVANA. Eles reafirmaram as duas declarações emitidas no quadro da "Campanha Não ao ProSAVANA"

distrital sem qualquer consulta com as associações membros da união.

Isto gerou uma grande confusão dentro da união, entre as uniões e entre os líderes camponeses, mas ainda mais confusão surgiu quando se descobriu que o MASA e a JICA estavam a seleccionar o presidente da união distrital, que estava a colaborar com o ProSAVANA-PEM, para ser incluído, como representante dos camponeses moçambicanos, na delegação governamental ao Japão para promover o ProSAVANA. Isto passou-se logo após o retorno dos delegados da UNAC do Japão (18 de Julho de 2015). O MASA estava a tratar directamente da emissão de um passaporte para este presidente da união distrital.

Os líderes da UNAC reuniram-se urgentemente e discutiram este assunto, tendo decidido enviar o Presidente Mafigo para descobrir o que estava a acontecer e para convencer o presidente da união distrital a não ir ao Japão, porque criaria divisão (e uma divisão que se manifestaria em todo o mundo) e mais confusão na UNAC. O presidente da UNAC visitou a união distrital, juntamente com o vice-presidente e representantes da união provincial, onde eles se reuniram e conversaram, mas essa pessoa manteve a sua vontade de ir ao Japão, porque todos os seus documentos oficiais pessoais já tinham sido levados pelo MASA (para a emissão do seu passaporte), e ele estaria em apuros se não fosse.

Durante a reunião, uma vez que algumas das associações membros da união alegaram que esta pessoa "tinha trazido o ProSAVANA" para o distrito e criado confusão. Os líderes da UNAC, em conjunto com os líderes provinciais, pediram à união distrital para dizer a todas as associações membros que reunissem para discutir que tipo de posições deveria tomar em relação ao ProSAVANA e a moageira já instalada. Neste ponto, alguns membros também se queixaram de que o presidente desta união distrital estava a alugar o espaço de armazenagem a comerciantes, sem quaisquer consultas e esclarecimentos a outros membros.

Concordaram em reunir novamente com os líderes de todos os grupos de membros da união distrital, duas semanas mais tarde. Este foi o motivo pelo qual o Presidente Mafigo visitou a Província da Zambézia duas vezes. Mesmo na segunda visita, o presidente da união recusou-se a desistir da sua visita ao Japão. Durante a reunião com os líderes locais, o Presidente Mafigo sentiu-se doente, e nunca mais voltou à vida.¹⁴²

Na semana seguinte, em 18 de Agosto de 2015, todos os líderes das associações pertencentes à união distrital reuniram-se, estiveram em nojo, discutiram e confirmaram os seguintes pontos:

1. Encerramento temporário das instalações de armazenamento, a fim de descobrir quem estava a dar permissão para a sua utilização (ocupação) e como;
2. Criação de uma comissão independente, no âmbito da união provincial, a fim de estudar a situação relacionada com a gestão do espaço de armazenagem e melhorar a harmonia e transparência dentro da união;
3. Reafirmação do alinhamento do líder da união distrital com a "Campanha Não ao ProSAVANA";

¹⁴² Esta narrativa baseia-se em entrevistas no campo com várias pessoas no distrito.

4. Remoção imediata da moageira do ProSAVANA do armazém da união;
5. Garantia de transparência na tomada de decisões como uma união camponesa;
6. Análise da situação do Código de Conduta da Federação Provincial.¹⁴³

O representante do SDAE local e assistentes técnicos do ProSAVANA estavam presentes na reunião, e foi-lhes solicitado que levassem estas mensagens para o governo e ProSAVANA. O presidente da "cooperativa do ProSAVANA (COPEPAMO)" declarou a sua demissão da sua posição e saída da cooperativa. Ele enfatizou: "Nunca assinar qualquer contrato sem entender na totalidade"

Mesmo após esses esforços colectivos para restabelecer a harmonia interna danificada pelas repetidas intervenções por promotores do ProSAVANA locais, nacionais e internacionais, o ProSAVANA não conseguiu parar de levar a cabo a sua "Estratégia de Comunicação." Uma semana mais tarde, a equipe do ProSAVANA-PEM re-apareceu no armazém da união, a fim de filmar um vídeo sobre "*ProSAVANA oferecendo uma moageira de milho aos camponeses locais e a população está satisfeita*."¹⁴⁴ Este filme era para ser projectado no Japão. Como os camponeses locais resumem repetidamente: "*o ProSAVANA não pode respeitar (soberania dos) camponeses*".¹⁴⁵

Após a morte súbita do Presidente Mafigo, em Agosto de 2015, a UNAC e suas 2.400 associações afiliadas entraram em período de luto. Eles, de repente, perderam o líder que era capaz de enfrentar desafios, criando harmonia e união entre as pessoas. Ele tornou-se um presidente de mais de 100.000 camponeses quando o governo moçambicano começou a conceder enormes quantidades de terra a capitais estrangeiros.¹⁴⁶ A GRAIN listou Moçambique como um dos países de destino de topo para negócios de terras no seu relatório em 2008 e em 2012,¹⁴⁷ e acordo com Land Matrix que carrega o data actual continua a ser.¹⁴⁸

Sendo um veterano da luta de libertação contra o colonialismo português para "libertar o povo e a terra", o Presidente Mafigo ainda continuava na linha da frente e tentava proteger os direitos do seu povo. Contrariamente ao entendimento e crença de alguns promotores ProSAVANA, o presidente Mafigo era um líder que adoptava a liderança "de baixo-para-cima", que o "associativismo" requer, e era um "ouvinte" ao invés de um "decisor" ou "um orador". Este episódio é importante porque é o oposto do que os

¹⁴³ Informação mais detalhada é dada no seguinte documento. http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/

¹⁴⁴ O orçamento para o ProSAVANA-PEM é predominantemente coberto pela JICA. Especialmente todas as operações e equipamentos destes projectos foram pagos, exclusivamente, pelo governo japonês de acordo com documentos da JICA relacionados com ProSAVANA-PEM.

¹⁴⁵ Naoko Watanabe, "The Difference between 'Results' and 'Outcomes' of Assistance" ("A diferença entre 'resultados' e 'resultados da Assistência'") em *Trial&Error* No. 318/2015. http://www.ngo-jvc.net/jp/participate/trialerrorarticle/data/TE318_ProSAVANA12.pdf

¹⁴⁶ Ele foi seleccionado para ser presidente em 2006. A UNAC tem-se engajado em questões de terra desde o início deste fenómeno, juntamente com JA! (Justiça Ambiental) e outras organizações.

<http://www.unac.org.mz/index.php/publicacoes/35-os-senhores-da-terra-analise-preliminar-do-fenomeno-de-usurpacao-de-terra-em-mocambique>

¹⁴⁷ <https://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security>
<https://www.grain.org/article/entries/4479-grain-releases-data-set-with-over-400-global-land-grabs>

¹⁴⁸ <http://www.landmatrix.org/en/>

promotores do ProSAVANA têm tentado impor à UNAC e também reflecte a total falta de respeito e compreensão das uniões e associativismo que a UNAC tem praticado, como se constata no relatório final da MAJOL (pp.18-19).¹⁴⁹

Foi somente no fim de Novembro de 2015 que a UNAC elegeu uma nova presidente. E, mesmo agora, não conseguiram restabelecer a liderança que estava firmemente estabelecida neste movimento enorme e complexo. Mais tarde, sendo uma mulher e em Nampula, a nova presidente tornou-se um "alvo" dos promotores do ProSAVANA (Relatório Final: 19). Isto será tratado no Capítulo 5.

4-2-3. Abordagem moldada

(a) Abordagem Secretista da JICA: "Consultas Individuais"

Segundo os ToR da JICA, os consultores da MAJOL deveriam realizar "*consultas com as partes interessadas* (organizações da sociedade civil)" e "*entrevistas com os departamentos governamentais relevantes*" (ToR para a MAJOL: 2). A distinção entre os dois termos, ou seja, "consultas" e "entrevistas", é consistente ao longo dos ToR. Além disso, as "*consultas com a sociedade civil moçambicana*" tinham que ser realizadas "*individualmente*" de acordo com os ToR.

Esta abordagem (requerendo reuniões fechadas para as *consultas individuais*) levantou, certamente, fortes suspeitas entre as OSCs moçambicanas. Embora algumas organizações tenham solicitado entrevistas colectivas, isso foi rejeitado. Além disso, a forma como a marcação dos encontros foram feita (chamada telefónica inesperada um dia antes das datas de reuniões solicitadas) tornou difícil organizar internamente, entre as diferentes organizações, as reuniões.¹⁵⁰

O ressentimento surgido com esta abordagem está confirmado no *draft* relatório de início da MAJOL. Nele descreve-se a resposta do Fórum Mulher como segue:

- “*Opõe-se ao ProSAVANA, mas não vai falar na ausência de outros membros da campanha*”. (MAJOL draft:23)

No entanto, mesmo após os problemas das suas instruções terem sido apontados pelas ONGs japonesas, a JICA defendeu-se, dizendo que "*muitas organizações são tímidas para falar à vontade na presença de outros. Esta instrução é para eles falarem livremente*". A JICA não respondeu ao motivo para não usar a palavra "entrevistas" em vez de "consultas" para as organizações da sociedade civil, e não explicou qual o assunto que os consultores da MAJOL iriam consultar "*individualmente*" sem a presença de outros (15º diálogo, 19 de Fevereiro de 2016).

Outro ponto é que, embora os consultores da MAJOL tenham mencionado que eles estavam a trabalhar para a JICA, eles não deram qualquer informação global sobre o seu contrato. Devido ao aumento das suspeitas, durante o *workshop* em Nampula (11 de Janeiro de 2016), apresentaram o título do contrato, as quatro tarefas dada pela JICA e a

¹⁴⁹ http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Final_.pdf

¹⁵⁰ Baseia-se nas correspondências com algumas organizações.

definição de "partes interessadas", mas isso era tudo o que eles informaram e isso foi APÓS a conclusão de todas as "consultas".

Portanto, ainda hoje, a maioria das organizações camponesas e da sociedade civil moçambicana não está familiarizada com os detalhes do contrato e as instruções da JICA. O relatório de início foi divulgado em Maio de 2016, meio ano após a sua conclusão, e apenas a pedido de um parlamentar japonês. Mesmo com esta divulgação, é difícil obter o âmbito total do projecto, especialmente os objectivos reais, com base unicamente na versão divulgada oficialmente. Naturalmente, nenhuma das organizações da sociedade civil e camponesas moçambicanas tem compreensão completa do "Projecto de Engajamento das Partes Interessadas" da JICA, que tem estado a influenciar e a trazer tanta confusão para elas. Para a JICA, MASA e os promotores do ProSAVANA, e assim deveria ter permanecido.

(b) Descobrir Clivagens na Sociedade Civil

Após a realização de várias reuniões com os representantes da JICA e MASA, os consultores da MAJOL determinaram vários itens para o seu levantamento:

- *“identificação de... conflitos ou conflitos de interesse potenciais entre os próprios grupos,*
- *identificar e caracterizar as relações entre as partes interessadas que podem promover ou impedir o desenvolvimento de alianças e de consenso, ou, alternativamente, conflito”.* (Relatórios de Início:18) *Tradução e ênfase dos autores.

À medida que o quadro apresentado no *draft* da MAJOL não foi modificado no relatório de início oficial, pode-se concluir que os itens acima foram aprovados pela JICA e pela ProSAVANA-HQ.

Estas são, no entanto, afirmações bastante estranhas para um levantamento realizado no âmbito da "cooperação internacional". A sua abordagem não parece estar em conformidade com o objectivo final oficial do projecto. Este é "*melhorar o engajamento das partes interessadas para facilitar o processo de consulta sobre ProSAVANA-PD, incluindo próxima ronda de auscultação pública*" (ToR para a MAJOL: 1). A busca da identificação de "conflitos/conflito de interesses potenciais" entre os grupos da sociedade civil moçambicana como um dos objectivos da pesquisa levanta uma série de questões.

Deve-se notar que a frase "*identificação dos principais grupos e indivíduos que necessitam de ser objecto de compromissos alvo*" vem depois destas explicações (Relatórios e Início: 18). Esta sequência de assuntos de pesquisa indica, claramente, um objectivo, isto é, "Dividir para Reinar". À medida que esta análise prossegue, esta hipótese será provada com sendo uma realidade. O que deve ser tratado aqui é o seguinte ponto.

A MAJOL apresenta o resultado da pesquisa sobre "*conflitos entre os próprios grupos*" no princípio do relatório de início da seguinte forma:

- *“Esta (substituição por pessoas mais linha-dura) levou, finalmente, à divisão das*

OSCs em dois grupos" (Relatórios de Início: 4) *Tradução dos autores.

A MAJOL, a JICA e a ProSAVANA-HQ pensaram que tinham encontrado o que procuravam, o "*conflito potencia*".

(c) Invenção de "Conflitos" e Denominação de "Linha Dura"

Logo a seguir ao texto acima referido, vêm os seguintes parágrafos sobre os "dois grupos":

- A) *"a linha-dura, a campanha 'Não ao ProSAVANA', (entre outras, a UNAC, ADECRU, JA, CESC),*
- B) *e um grupo OSCs que não são contra o programa como tal, mas querem vê-lo modificado numa série de questões-chave, principalmente o aspecto do reassentamento forçado (incluindo, entre outras, a OXFAM, ActionAid, CTA, GMD) – Algumas das quais estão congregadas na ASCUTE (Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação de Terra: ActionAid, OXFAM, Fórum Mulher, CARE, Federação Luterana, CONCERN, Fórum da Mulher Rural) que trabalha com direitos à terra e açambarcamento de terra em geral". (draft da MAJOL: 4)*
- *Tradução e ênfase dos autores.

Curiosamente, este "resultado" não corresponde ao que foi listado como o resultado das suas "*consultas individuais*" referidos no *draft* da MAJOL (pp.21-23). Algumas das organizações listadas em B) são também contra o ProSAVANA, mesmo de acordo com o quadro apresentado pela MAJOL.

O exemplo óbvio é o Fórum Mulher, a maior rede de mulheres em Moçambique. Apesar da MAJOL ter confirmado a sua adesão à "Campanha Não ao ProSAVANA" e sua posição claramente manifestada como "opondo-se ao ProSAVANA" e "querendo fechá-lo" (p.23), a MAJOL ainda queria excluir a organização da campanha e incluí-la num outro grupo nos resultados globais (p.4). O texto não apresenta qualquer explicação desta contradição, e isso repete-se no "Relatório do mapeamento" submetido em Janeiro de 2016.

No momento em que o relatório de início foi escrito, havia nove organizações pertencentes à campanha, mas eles só listam quatro. A MAJOL excluiu, não só Fórum Mulher e sua organização irmã (Marcha Mundial das Mulheres), mas também a Liga dos Direitos Humanos (LDH-Moçambique), a Livaningo (uma organização ambiental) e a AAAJC (uma organização de assistência jurídica). Os seus nomes estão por toda parte em sites na internet, se alguém procurar por "Campanha Não ao ProSAVANA".¹⁵¹

Destas organizações da campanha, eles só fizeram "*consultas individuais*" a quatro organizações, JA!, ADECRU, CESC e Fórum Mulher (Relatório sobre o mapeamento: 28-32). A análise detalhada sobre isto será apresentada mais adiante, mas aqui listam-se as possíveis explicações para esta diferença, ou seja, a MAJOL: (1) queria "*diminuir*" o número de organizações que aderiram à campanha, a fim de afirmar que elas são "marginalizadas"; (2) queria separar as restantes das organizações das "*quatro linha dura*"; e (3) não pesquisou o suficiente para chegar a outros nomes.

¹⁵¹ <http://www.farmlandgrab.org/cat/show/827>

4-2-4. Ocultação de Nomes pela JICA e Seu Antecedente

(a) Nomes ocultados de Não- "linha dura"

A possível ocultação do resto das organizações da campanha pela MAJOL é ainda reforçada por textos da JICA após a divulgação do relatório de início. A eliminação de 40% do *draft* da MAJOL não foi suficiente para JICA. Durante a reunião com as ONGs, a JICA admitiu que este foi feito pela JICA (17º diálogo, 21 de Julho de 2016). A JICA apagou a preto os nomes de todas as organizações, excepto das organizações "Não ao ProSAVANA", que foram classificadas como "*da linha dura*". As seguintes imagens aparecem na secção em causa nos dois relatórios (p.4).

Relatório de Início Divulgado pela JICA
The fight hardened. Some leaders left, and were replaced by more hard-line people. This finally resulted in the CSOs breaking into two groups: the hardline "No to ProSAVANA" campaign (a.o. UNAC, ADECRU, J.A., CESC), and a group of CSOs that are not against the programme as such, but want to see it changed in a number of key issues, foremost of which is the forced resettlement aspect (including a.o. [REDACTED]). Some of these are united in ASCUTE (Alliance of Civil Society against Usurpation of Land: [REDACTED]), which deals with land rights and land grabbing in general. Their basic principle is empowerment through prior informed consent and free will.
Relatório de Início <i>draft</i> da MAJOL
The fight hardened. Some leaders left, and were replaced by more hard-line people. This finally resulted in the CSOs breaking into two groups: the hardline "No to ProSAVANA" campaign (a.o. UNAC, ADECRU, J.A., CESC), and a group of CSOs that are not against the programme as such, but want to see it changed in a number of key issues, foremost of which is the forced resettlement aspect (including a.o. OXFAM, ActionAid, CTA, GMD). Some of these are united in ASCUTE (Alliance of Civil Society against Usurpation of Land: ActionAid, OXFAM, Forum Mulher, CARE, Lutheran Federation, CONCERN, Forum of Rural Women), which deals with land rights and land grabbing in general. Their basic principle is empowerment through prior informed consent and free will.

Chama à atenção a maneira como eles apagaram ou mostraram os nomes de organizações no mesmo parágrafo. Quando perguntada qual a motivação por trás desses dois tratamentos diferentes de divulgação de organizações moçambicanas, a JICA apresentou a seguinte desculpa:

- “Nós verificámos na internet e encontramos estes nomes para a campanha e, assim, concluímos que ficava bem divulgá-los”. (17º diálogo, 21 de Julho de 2016).

Claramente, esta desculpa não tem qualquer fundamento. A ASCUTE (Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação de Terra/Usurpação de Terra/Açambarcamento de Terra) vem realizando diversas actividades há alguns anos, e os nomes das organizações membros aparecem, realmente, na internet.¹⁵² Além disso, se é uma coligação pública de organizações da sociedade civil, não há qualquer necessidade de esconder os seus nomes. Especialmente quando, quatro das sete organizações, que a JICA tentou esconder, eram

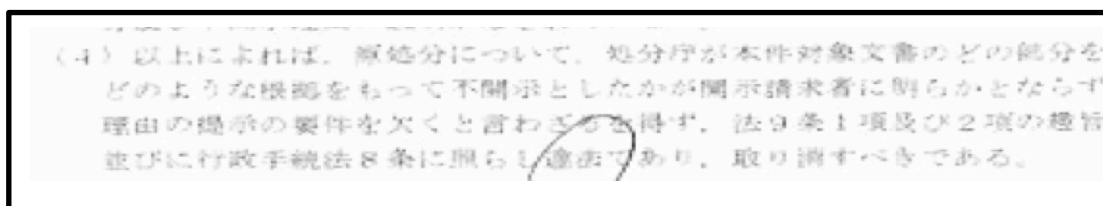
¹⁵² Apenas um exemplo:

<https://www.care.dk/wp-content/uploads/2013/02/16-04-01-PACT-mid-term-review-report.pdf>

ONGs internacionais, como a OXFAM, a ActionAid, CARE e CONCERN, e não há necessidade de omitir os seus nomes dado que a coordenação e participação nas redes locais da sociedade civil é uma questão pública e essas organizações preocupam-se com a transparência.

Este tipo de divulgação selectiva e a negação de informação obviamente pública tornou-se uma acção costumeira ou tradição da JICA, especialmente para os departamentos relacionados com o ProSAVANA (Departamento de África e Departamento de Desenvolvimento Rural) e seus funcionários. Isto contraria não só as Directrizes da JICA sobre Assuntos Ambientais e Sociais, mas também os direitos constitucionais do povo japonês, a Lei da Informação e Direito Internacional (Artigo 19).

Já em 4 de Setembro de 2015, o Comité de Exame da Lei de Acesso à Informação Administrativa ordenou à JICA que parasse com a adaptação arbitrária da Lei de Informação e melhorasse o seu cumprimento, a fim de servir a "*soberania do povo*", como determinado pela lei.¹⁵³ A seguir apresenta-se a imagem do veredicto real do comité que menciona, claramente, que a JICA violou, não só a Lei da Informação, mas também a Lei de Procedimento Administrativo.¹⁵⁴



Ao receber este veredicto, a JICA relutantemente divulgou os documentos que eles tinham reivindicado anteriormente como "inexistentes" (os documentos relacionados com o Fundo de Nacala) e as partes de textos de uma enorme quantidade de documentos relacionados com o ProSAVANA. Mesmo assim, eles não terminaram o seu sigilo. Eles pintaram a preto quase 60% do relatório mensal de actividades apresentado pelos consultores japoneses da JICA para o ProSAVANA-PD.¹⁵⁵ A JICA parece pronta para violar novamente a lei e os direitos do povo e receber mais veredictos por uma questão de esconder as suas actividades relacionadas com o ProSAVANA.

A julgar pelas experiências passadas e presentes acima, o raciocínio por trás dessa ocultação não pode ser casual. Como a JICA faz isto consistentemente, essa actividade foi pensada e consultado internamente. No caso de divulgação de informação, este é um assunto institucional dado que o presidente da JICA é a quem se submetem os pedidos de divulgação e o destinatário das reclamações e veredictos do comité. O raciocínio por trás desta ocultação, portanto, deve ser determinado mediante o exame cuidadoso de outros detalhes.

¹⁵³ <http://law.e-gov.go.jp/htmlldata/H11/H11HO042.html>

¹⁵⁴ Este documento foi partilhado pelo requerente da divulgação de informação à JICA.

¹⁵⁵ Outros casos foram introduzidos no texto de análise anterior. <http://farmlandgrab.org/25696>

(b) Organizações Omitidas: OXFAM e ActionAid

Entre as organizações listadas, os nomes da OXFAM e ActionAid aparecem duas vezes no *draft* da MAJOL onde a JICA pintou a preto o texto (Relatórios de Início: 4). A razão para a popularidade destas duas organizações para a MAJOL e divulgação pela JICA para a MAJOL pode ser encontrada noutra parte pintada a preto do relatório de início, isto é, todo o quadro com os resultados das "*consultas individuais*" com organizações da sociedade civil (*draft* da MAJOL: 21-23).

Como acima referido, a OXFAM e a ActionAid foram duas das primeiras organizações que os consultores da MAJOL visitaram para "*consultas individuais*" e classificadas como "influência alta". No caso da OXFAM, os seguintes antecedentes da organização atraíram a atenção da MAJOL: (a) a sua parceria com 62 organizações moçambicanas; (b) ser um co-fundador da ASCUTE; e (c) a financiar uma campanha pelos direitos à terra (*Ibid.*:23). A OXFAM Moçambique foi convidada pela MAJOL e participou no *workshop* de Nampula, realizado em Janeiro de 2016.

No caso da ActionAid, onde um dos consultores da MAJOL trabalhou, a descrição é muito detalhada, mas a conclusão no levantamento é muito simples e clara:

- “(ActionAid) é um líder de opinião e pode influenciar outros a cooperar se não forem cumpridas as condições, ela está bastante disposta a deixar o ProSAVANA morrer e muitos seguirão”. (*Ibid.*: 21) *Tradução dos autores.

(c) CTA: a Organização Melhor Classificada

Outro nome omitido pela JICA foi a CTA (*Confederação das Associações Comerciais/Associações Empresariais de Moçambique*). A MAJOL explica o objectivo e as actividades da organização como sendo: "*com o objectivo de promover o bom ambiente de negócios com organizações Governamentais, sem fins lucrativos, não-partidárias*"; "*estudos e pesquisas para influenciar as políticas públicas e o ambiente de negócios*" (*Ibid.*:22). Foi classificada como uma organização "muito influente" com "interesses altos (no ProSAVANA)".

A MAJOL enfatizou a importância desta organização para o ProSAVANA uma vez que "*a CTA é chave para o envolvimento do sector privado*" e sua expectativa em relação ProSAVANA é anotada como segue:

- “*a ser implementado em parceria com o sector privado. Irá criar oportunidades para novas empresas e o desenvolvimento económico, no norte de Moçambique*”. (*Ibid.*) *Tradução dos autores.

Apesar do entusiasmo da MAJOL e da CTA, isto parece ser problemático para a JICA uma vez que esta informação contradiz a mudança na narrativa do foco do ProSAVANA para apoiar os pequenos agricultores locais desde 2013.

(d) CARE: Promoção e Exclusão do Levantamento pela JICA

Outra ONG internacional enumerada pela MAJOL mas escondida pela JICA foi a CARE.

É de recordar a história sobre a disposição da JICA para promover o relatório da CARE ("Terra Delimitação e Demarcação: Preparando as Comunidades para o Investimento") em vez do relatório da UNAC e da GRAIN. A JICA, não só queria deixar este relatório como Apêndice 6 no relatório de início, mas até copiou o relatório completo (71 páginas) para apresentar ao parlamentar japonês que tinha solicitado os relatórios da MAJOL. Escusado será dizer que todo o relatório da CARE está on-line.¹⁵⁶

Como visto anteriormente, chefe da equipe da MAJOL confirmou que tinha facilitado o estabelecimento de uma "aliança" entre a WWF e a CARE no passado. O relacionamento do chefe da equipe com a CARE parece continuar uma vez que ele é o co-autor do relatório acima mencionado (CARE Moçambique: iv). O relatório versa sobre o estudo sobre delimitações e demarcações de terra em três províncias no norte, que o ProSAVANA também tem como alvo, e foi concluído em Janeiro de 2013. O objectivo do relatório está claramente indicado no subtítulo: "*preparar investimento na comunidade*". Uma vez que os conteúdos e textos indicam que o chefe da equipe da MAJOL trabalhou em conjunto com as organizações da sociedade civil regionais e locais a fim de completar o levantamento para o relatório, não foi a primeira vez para ele trabalhar com os líderes de organizações da sociedade civil no Norte.

A CARE, uma ONG internacional de origem americana, foi uma das primeiras organizações a trazer a produção de soja para a região.¹⁵⁷ Alguns ex-funcionários da CARE, que costumavam trabalhar na região, estão agora a trabalhar no sector privado, especialmente no campo do agro-negócio na província de Nampula. Um caso famoso é o presidente da empresa ORUWERA, criada por um antigo membro do pessoal da CARE, que ganhou acesso à primeira ronda do Fundo de Iniciativa de Desenvolvimento do ProSAVANA (DIF).¹⁵⁸

A ORUWERA é uma empresa favorita da JICA como seu parceiro mais próximo do ProSAVANA, e o seu local é para onde a JICA sempre dirige japoneses ou outras pessoas que querem visitar o local de ProSAVANA ou para fazer pesquisas sobre o ProSAVANA. Os problemas da sua operação (alguns conflitos com os agricultores contratados) e o apoio da JICA nestas visitas, incluindo falsas traduções ou não-tradução de queixas dos camponeses e das mulheres locais pelos tradutores da JICA, têm sido relatados com base em pesquisa de campo em 2013, 2014 e 2015.¹⁵⁹

Apesar de conexão pessoal e afirmação óbvia desta ONG internacional dos promotores do ProSAVANA, a MAJOL não lista qualquer informação sobre a CARE em qualquer um dos três relatórios que escreveu. O que aparece, em vez disso, é um "*líder de opinião*" que é

¹⁵⁶ http://www.care.org.mz/contentimages/civil_landdelimitation.pdf

¹⁵⁷ O papel central foi jogado pela CLUSA, uma outra organização americana estabelecida por membros do Corpo de Paz. Há muitas interações entre estas organizações.

¹⁵⁸ Este fundo foi lançado como PDIF, orgulhosamente com o selo do ProSAVANA. Mais tarde, de repente deixou de ter "ProSAVANA" no seu nome.

¹⁵⁹ Relatório da Sociedade Civil no ProSAVANA 2013 <http://www.dlmarket.jp/products/detail/263029>
<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-12/> Apresentação de ONGs japonesas na 13ª reunião de diálogo, em Tóquio (27 de Outubro de 2015)
http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/14kai_shiryo/ref3.pdf

"um antigo membro da CARE" e listado como "apoia o ProSAVANA" (Relatório sobre o mapeamento: 31). E a CARE (como organização) participou no *Workshop* de Nampula.

(e) Não-entrada da WWF Apesar do seu Papel Activo

Outra ONG internacional que não consta que, portanto, provavelmente não abrangida no levantamento, mas que tem uma ligação estreita com o chefe da equipe da MAJOL é a WWF Moçambique. Apesar do papel activo que a WWF Moçambique tem vindo a desempenhar para a MAJOL neste projecto ("Engajamento das Partes Interessadas"), o nome desta ONG não aparece em qualquer lugar nos quatro documentos da MAJOL, incluindo o seu *draft*. Aparecem, pelo menos, os seus contrapartes nas províncias, tais como a RADEZA (Zambézia) e ROADS (Niassa) (*Ibid.*:30-32).

A WWF Moçambique, no entanto, surgiu, de repente, como tendo um papel de jogador-chave conectando actores, não só com a MAJOL, mas também com o governo moçambicano e a JICA. Isso levanta questões de como a MAJOL contactou com elas e com que finalidade se encontraram com a WWF, e por que esse facto não está relatado em algum lugar.

A partir das gravações do *workshop* de Nampula, é evidente que o pessoal da WWF encarregue das "comunicações" e o representante da "Aliança das Plataformas das Organizações da Sociedade Civil que trabalham na Gestão de Recursos Naturais", fundada e coordenada pela WWF, estava a desempenhar papéis activos. Um deles até ficou com o papel de facilitação, que estava com o chefe da equipa da MAJOL (ex-WWF), quando as acusações sobre o envolvimento da MAJOL atingiram um ponto crítico durante o *workshop*.¹⁶⁰

De acordo com as gravações do *workshop*, no segundo dia, quando alguns participantes sugeriram que se terminasse o *workshop* dado que não havia mais coisas para discutir, devido à opacidade das motivações e estrutura do *workshop*, o pessoal da WWF interveio e tentou convencer os participantes a continuar com o fundamento de que: "*a JICA iria pagar a publicação em jornal da declaração deste workshop*".¹⁶¹

De acordo com várias fontes, confirmou-se que a WWF Moçambique organizou várias reuniões entre MASA/JICA e alguns actores da sociedade civil, em ligação com a MAJOL. As despesas de viagem para os actores da sociedade civil seleccionados para irem às reuniões foram pagas pela Aliança da Plataforma, WWF Moçambique.¹⁶²

Observando o papel obscuro, mas activo, da WWF Moçambique, a "Campanha Não ao ProSAVANA" divulgou um comunicado em 7 de Março de 2016.

– "...nunca se ter engajado ao longo dos últimos 3 anos na advocacia ao Prosavana, estranhamente em dois meses colocou à disposição recursos financeiros para o

¹⁶⁰ A partir das gravações do *workshop* de dois dias e de actas independentes feitas com base nas gravações.

¹⁶¹ A partir das gravações. De acordo com a JICA, ela nunca prometeu isto (15º diálogo, 19 de Fevereiro de 2016).

¹⁶² Várias fontes confirmaram isso, mas o financiamento não pode ter vindo directamente do WWF Moçambique, mas de outros.

estabelecimento da arquitectura do diálogo do Prosavana. Igualmente, estabeleceu alianças questionáveis com alguns representantes das plataformas e tornou-se coordenador do referido mecanismo de diálogo, como pode ser visto no comunicado final da criação do mesmo ignorando completamente o trabalho das organizações nacionais envolvidas na contestação ao ProSavana...

- *Ao longo dos últimos anos temos acompanhado a actuação ambígua e camuflada da WWF em Moçambique. No que se refere à relação com organizações nacionais da sociedade civil moçambicana, a WWF tem pautado pela “imposição” de processos e “usurpação” de espaços de debate, como a Plataforma de Agro combustíveis e mais recentemente a Aliança das Plataformas e finalmente o Mecanismo de Diálogo para o Prosavana...*
- *A WWF é uma organização internacional, actua tanto como organização implementadora de projectos próprios, assim como doador, “usurpa” espaços de debates e utiliza a sua influência e poder para manipular processos de discussão de questões de interesse nacional, como é o caso do Prosavana, exacerbando divergências de opinião entre organizações nacionais...”*

(Denúncia de Parceria entre a WWF e o ProSAVANA, 7 de Março de 2016)¹⁶³

Mesmo hoje em dia, não está explicado publicamente, por qualquer das partes (WWF, MAJOL, JICA, ProSAVANA-HQ), como e porque a WWF chega a ter o papel auxiliar para a MAJOL e ProSAVANA.

4-2-5. Vontade para Esconder a “Aliança” e Mostrar os “Linha Dura”

(a) WeEffect: “O parceiro mais estratégico a ser cultivado”

A partir da análise acima, uma conclusão pode ser inferida. A JICA e a MAJOL foram totalmente decididas a esconder os seus parceiros reais e/ou potenciais de "aliança" dos olhos do público, possivelmente, a fim de evitar que fossem expostas intervenções e queixas destas organizações.

Embora não tenha sido mencionado no relatório de início, há uma outra ONG internacional a quem a MAJOL fez "consultas individuais" e listada no relatório sobre o mapeamento pela MAJOL, mas permanece ocultada até agora. A WeEffect.

A WeEffect é um Centro Cooperativo Sueco que trabalha em 25 países (sete em África), de acordo com a sua página web. É a única ONG internacional classificada "Apoiante do ProSAVANA" (Relatório sobre o mapeamento: 29). A MAJOL descreve com entusiasmo esta organização do seguinte modo:

- *“Como um líder financiador e de opinião, a WeEffect tem uma influência extremamente elevada.*
- *A WeEffect financia outras ONGs, tais como a UNAC, OMR, AENA. Esteve envolvida na campanha contra o ProSAVANA desde 2009, mas agora pensa que chegou o momento para o diálogo...*
- *Interesse alto, influência alta. Um dos mais parceiros estratégicos. Precisa ser*

¹⁶³ <http://farmlandgrab.org/25848>

cultivada..." (Relatório sobre o mapeamento: 20) *Tradução e ênfase dos autores.

A MAJOL menciona o nome desta ONG novamente na secção de "Discussões e Recomendações". Em "Resultado-chave", a MAJOL realça este grupo como se segue:

- *“Existe a possibilidade de uma parceria muito forte a ser desenvolvida com a WeEffect. A WeEffect até tem financiamento institucional disponível especificamente para a criação de um diálogo positivo para a melhoria do programa ProSAVANA...”*. (Ibid.:34) *Tradução e ênfase dos autores.

Não se sabe se a MAJOL e o ProSAVANA conseguiram "cultivar" a organização para alocar "financiamento disponível" para a criação de um diálogo sobre o ProSAVANA. Estas descrições são, no entanto, bons exemplos para conhecer o que a MAJOL, a JICA e a ProSAVANA-HQ procuravam atingir através deste levantamento, isto é, o "*desenvolvimento de alianças (potenciais)*" determinadas no relatório de início (p.18).

(b) Vontade para Mostrar os “Linha Dura”: Hostilidade Colectiva

Contrariamente a isto, a MAJOL e a JICA não hesitaram em mostrar a sua designação e avaliação negativas das organizações seleccionadas da "Campanha Não" como "linha dura". Tal designação humilhante é bastante estranha para um actor supostamente "*independente*" "*parte terceira*". Ao não intervir e não omitir esta designação, a JICA e a ProSAVANA-HQ revelaram que partilhavam com a MAJOL um entendimento e atitude unificada em relação a essas quatro organizações, e prontas para referi-las em termos depreciativos.

Tinham, contudo, vontade de designar de "linha dura" aquelas que têm arriscado as suas posições e vidas, a fim de proteger os direitos e as vidas das pessoas no terreno e são bem respeitadas pelo seu compromisso determinado e coragem. No caso da UNAC, ela é constituída pelo tipo dos agricultores (pequenos agricultores) que a JICA e o MASA dizem que querer apoiar com o ProSAVANA (pelo menos oficialmente).

Estas organizações não se engajam em actividades de advocacia sobre o ProSAVANA e assuntos de terras, mas, também, se têm dedicado a questões de paz, governação democrática, direitos humanos, direitos das mulheres, mineração, justiça social e ambiental há muito tempo. Eles foram os primeiros a descobrir o fenómeno de açambarcamento de terras em Moçambique e os seus relatórios são muito lidos e bem recebidos até hoje.¹⁶⁴

À medida que a situação de paz, democracia e governação se deterioram em Moçambique, a dedicação activa a estas questões traz uma série de dificuldades, riscos e perigos. Aqueles que fizeram declarações críticas já têm sido confrontados com destinos terríveis: um professor e um jornalista foram assassinados, um professor e cinco jornalistas foram processados, um professor assistente foi recentemente sequestrado e gravemente ferido.

¹⁶⁴ Por exemplo, UNAC e JA! (2011) "Os Senhores da Terra"
http://www.unac.org.mz/images/pdf_publicacoes/senhoresdaterra.pdf

¹⁶⁵ O *New York Post* refere-se à atmosfera em que a sociedade moçambicana começou a viver, do seguinte modo:

- “O assassinato de Machava criou “um clima de medo, comprometendo a liberdade de imprensa”, disse o Instituto de Comunicação Social da África Austral num comunicado. “Esta é, mais uma vez, uma maneira de tentar silenciar os jornalistas no nosso país”, disse o presidente da União Nacional de Jornalistas de Moçambique”. (*New York Post*, 29 de Agosto de 2015)¹⁶⁶ *Tradução e ênfase dos autores.

Estas organizações que foram depreciativamente designadas de “linha dura” pela MAJOL, JICA, MASA e ProSAVANA-HQ, são as organizações que não desistiram de contribuir para uma sociedade moçambicana melhor e mais justa, enquanto outras se tornaram mais e mais silenciosas devido ao medo.

Designá-las de “*linha dura*” e marginalizando-as do resto é, não só ignorar este antecedente e diminuir as suas contribuições sociais, mas, também, promover a hostilidade em relação a elas e separá-las de outras organizações. Isso abre o caminho à opressão. Além disso, ao listar apenas quatro grupos, em vez de todas as nove, como as organizações da campanha reforça as alegações como “*minoría suficiente*” (Relatório sobre o mapeamento: 33), para serem ignoradas ou oprimidas.¹⁶⁷

(c) “Os que demonstram vontade para engajar” serão convidados

Embora este ponto seja tratado usando os relatórios e consequências reais mais adiante, é importante ressaltar que estas organizações não foram convidadas para as reuniões preparatórias e para a primeira reunião para o estabelecimento de “*uma plataforma de diálogo*”. Os ToR da JICA instruem a MAJOL a submeter a lista das organizações convidadas para as “reuniões preliminares” que seriam aprovadas pela JICA e ProSAVANA-HQ (ToR para a MAJOL: 2). De acordo com os mesmos ToR, as organizações convidadas teriam que ser aquelas que:

- “*demonstram vontade de se engajar no diálogo sobre o ProSAVANA.*” (*Ibid.*)
*Tradução dos autores.

Isto foi determinado por “*consultas individuais*”. Assim, apesar do facto de se ter alocado tempo à MAJOL para as “*consultas individuais*” com as organizações listadas como de “*linha dura*” esperando partilhar as suas opiniões sobre o ProSAVANA, nenhuma dessas

¹⁶⁵ Em Março de 2015, Prof. Gilles Cistac da Universidade de Eduardo Mondlane foi assassinado.

<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/mozambique/11455866/Prominent-Mozambique-rights-lawyer-gunned-down-in-Maputo.html> As ONGs japonesas referiram estes casos na reunião de diálogo sobre a política de ODA no MNE em 26 de Novembro de 2015.

<http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/files/000169511.pdf>

¹⁶⁶ <https://www.theguardian.com/media/greenslade/2015/aug/31/mozambique-journalist-is-shot-dead-while-jogging>
<http://nypost.com/2015/08/29/mozambican-journalist-shot-dead-in-street/>

¹⁶⁷ Esta palavra “*marginal*” foi usada por um dos consultores da MAJOR ao pessoal da UNAC durante o *workshop* de Nampula em 11 de Janeiro de 2016. O relato detalhado está nas seguintes declarações:

<http://www.unac.org.mz/index.php/artigos/internacional/139-ativistas-da-unac-escapam-de-tentativa-de-espionamento-protagonizada-por-um-dos-consultores-da-jica-durante-a-sessao-de-consulta-as-organizacoes-sobre-ProSAVANA>
<http://farmlandgrab.org/25710>

organizações foi convidada, nem informada, sobre essas reuniões.¹⁶⁸

Diferentemente, apesar de não constarem da lista de contactos das 20 organizações (Relatório sobre o mapeamento), o pessoal da WWF Moçambique e o representante da Aliança das Plataformas foram convidados pela MAJOL e desempenharam papéis indispensáveis (incluindo intervenções em debates) do lado da sociedade civil.

¹⁶⁸ Entrevistas com a UNAC, JA! e ADECRU.

Capítulo 5. Análise do Relatório sobre o Mapeamento das Partes Interessadas

5-1. Mapeamento: Natureza, Abordagem, Resultados e Metodologia

5-1-1. Natureza e abordagem do mapeamento de partes interessadas

(a) Natureza do Relatório de Mapeamento

"ProSAVANA Plano Director e Mapeamento das Partes Interessadas" é o segundo relatório após o relatório de início que a JICA instruiu a MAJOL a submeter (ToR para a MAJOL: 3). O prazo era 15 de Dezembro de 2013 (*Ibid.*), pelo que funcionou como uma espécie de relatório intercalar. Como discutido no Capítulo 3, as actividades da MAJOL foram realizadas em conformidade com o objectivo, a metodologia e os resultados iniciais que constavam no relatório de início com a aprovação da JICA e da ProSAVANA-HQ.

A versão final do relatório sobre o mapeamento é um dos relatórios que o governo moçambicano se recusou a revelar porque "*pode prejudicar o processo de confiança e de diálogo*" (JICA, 28 de Maio de 2016). O que é usado aqui é um "*draft semi-final*" da MAJOL submetido à JICA em Janeiro de 2016, que foi exposto de forma independente. Muito provavelmente, este relatório é a versão revista do *draft* original, baseada em intervenções de JICA e da ProSAVANA-HQ.¹⁶⁹

O relatório sobre o mapeamento é composto por: (a) introdução, (b) análise (resultado das *consultas individuais* e entrevistas), e (c) discussão e recomendações. O destaque é certamente o resultado de 39 entrevistas (incluindo consultas) com "*partes interessadas*" do ProSAVANA, incluindo funcionários governamentais.¹⁷⁰

Ao contrário das descrições um pouco mais distanciadas e ambíguas do relatório de início, as expressões no relatório sobre o mapeamento são bastante directas, claras e arrogantes em alguns aspectos.¹⁷¹

(b) Abordagem: Indicação Governamental do "Sujeito Alvo"

Este relatório não tenta esconder o que eles procuram. O levantamento de "mapeamento" era para identificar e categorizar os objectos do levantamento em: (a) aliados prontos; (b) aliados potenciais (dois tipos); e (c) adversários, e recolher dados (especialmente relações internas) sobre cada organização para utilizar na formulação de uma estratégia de intervenções. Como discutido no capítulo anterior, o seu objectivo último era estabelecer um (único) "comité consultivo/de trabalho" para a JICA e ProSAVANA-HQ. Este processo foi realizado passo a passo.

No relatório, a MAJOL revela como obteve a "lista inicial com nomes e contactos".

¹⁶⁹ <http://www.farmlandgrab.org/post/view/26158-ProSAVANA-files>

¹⁷⁰ <http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Map.2.pdf>

¹⁷¹ Deve-se verificar pessoalmente: <http://www.farmlandgrab.org/post/view/26158-ProSAVANA-files>

- “3.4. Metodologia do mapeamento: O primeiro passo foi a identificação de potenciais partes interessadas. Isto foi conseguido através de uma consulta inicial à JICA e às autoridades do governo...” (Relatório sobre o mapeamento: 14) *Tradução dos autores.

A partir desta descrição, os objectos iniciais (seus nomes e contactos) parecem ter sido indicados e fornecidos por funcionários governamentais relevantes e funcionários da JICA. Indica, portanto, a forte possibilidade de que foi por instrução da JICA e ProSAVANA-HQ que se retiraram várias organizações dentro da "Campanha Não" da "consulta".

Deve-se também recordar que a abordagem da "estratégia de comunicação" do ProSAVANA era para ignorar as organizações nacionais reunidas em Maputo e tentar estabelecer "comunicação directa" com os alvos.

5-1-2. Resultados: Quem “Promove/Impede o Desenvolvimento de Alianças”

(a) Violação da Não-interferência: Apontar para Indivíduos

Já no relatório de início, aparecem os nomes de duas organizações baseadas em Nampula como objectos de "consultas individuais" (*draft* da MAJOL: 23). Isso foi antes da viagem da MAJOL ao Norte (incluindo Nampula), mas, ainda assim, os resultados das "consultas individuais" são completos. O relatório sobre o mapeamento revela o motivo. Os consultores da MAJOL realizaram "consultas" com estas duas por telefone (Relatório sobre o mapeamento: 31).

A seguir apresentam-se os nomes das organizações e descrições feitas pela MAJOR:

- Solidariedade Nampula (<Sr X.> Vice-presidente da plataforma de Nampula): "*não é contra o ProSAVANA. Influência alta por causa da posição na plataforma... interesse moderado, mas apenas com alterações.*"
- PPOSC-N (< Sr. Y e Sr. Z>): "*Associação grande de OSCs/ Não contra o ProSAVANA. Comentários apresentados e esperando a reacção / influência alta devido ao grande número de membros. Interesse moderado*" (*draft* da MAJOL: 23). *Tradução dos autores. Os nomes individuais foram substituídos pelos autores.

Deve notar-se que as descrições destas duas entidades são mais individualizadas, quando comparadas com as de outras organizações. No caso de Solidariedade, a "*posição*" pessoal (do Sr. X) dentro da plataforma provincial levou a dar-lhe a melhor pontuação na "*categoria influência*" (Relatório sobre o mapeamento: 31).

Em caso da PPOSC-N, o Sr. Z, que está listado como a segunda pessoa de contacto, reaparece como um "*líder de opinião*" e é contado como se ele fosse uma organização (*Ibid.*). A MAJOL resumiu a sua "*posição em relação ao ProSAVANA*" como se segue:

- "*Não contra o ProSAVANA, mas sim contra o método de implementação actual. Ele sugere a utilização da Rede de Agricultura e Recursos Naturais para organizar o diálogo, uma vez que está a trabalhar melhor do que a plataforma.*" (*Ibid.*) *Tradução dos autores.

A "*consulta individual*" com o Sr. Z foi realizada em reunião "*cara-a-cara*" (*Ibid.*). Não se sabe se essa foi a segunda vez que a MAJOL consultou com o Sr. Z (a primeira por telefone, a segunda em pessoa). Deve-se notar, no entanto, que os Srs. X e Z são duas das pessoas que passaram a exercer papéis principais dentro da Plataforma Provincial da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N) no momento dos contactos da MAJOL, como realçado no relatório (*Ibid.*:24;31).

E, de acordo com a categorização da MAJOL, a Solidariedade, PPOSC-N e o Sr. Z "*líder de opinião*" foram coloridos a "verde" como "*Apoiantes do ProSAVANA*" (*Ibid.*:28;31). Não se sabe como isto afectou a realidade. Mais tarde, o Sr. X tornou-se o coordenador da plataforma de diálogo ("comité de trabalho do ProSAVANA"), que se auto-designou como "Mecanismo da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala (MCSC)."

Esta abordagem personalizada para a sociedade civil da MAJOL, o contratante das instituições governamentais que trabalham em nome dos governos é contra os princípios da não-interferência e é uma violação ao respeito mútuo entre o governo e a sociedade civil. Na história do ProSAVANA, esta abordagem adoptada várias vezes pelo director da DPA e pelo consultor sénior e funcionários da JICA (Junho-Agosto de 2013), e causou fortes objecções, desconfiança e suspeitas entre a sociedade civil moçambicana que levou à deterioração das relações entre promotores do ProSAVANA e os líderes das organizações da sociedade civil regionais e nacionais.¹⁷² Ainda assim, a mesma abordagem parece ter sido repetida, mas, desta vez, pelos consultores que foram antigos membros da sociedade civil moçambicana, só que, agora, trabalham em nome dos governos com um resultado predeterminado que foi definido pela JICA e promotores do ProSAVANA.

Como é que as consultas iniciais, limitadas e personalizadas, podem ter afectado a situação pode ser reconhecido nos "ToR" da reunião e no "mapa do roteiro" formulados pela MAJOL e anexados à carta de convite para o *workshop* de Nampula. É de recordar que, de acordo com os ToR da JICA para a MAJOL, "um roteiro" é um dos itens que a MAJOL tinha que submeter e obter aprovação da JICA e da ProSAVANA-HQ (p.3). O roteiro anexado confirma o início dos preparativos e discussões para o estabelecimento de uma plataforma de diálogo ("ProSAVANA comité consultivo/ de trabalho") a partir de 17 de Dezembro de 2015 exclusivamente entre MAJOL e alguns líderes da PPOSC-N.¹⁷³

¹⁷² Numerosos líderes de camponeses e organizações da sociedade civil receberam mensagens directos nos seus telemóveis pelas autoridades moçambicanas e para marca "reunião/jantar". Um caso famoso ocorreu num dos restaurantes mais caros em Nampula, Hotel Girassol, em Junho de 2013. A JICA e Director da DPA convidaram alguns líderes da plataforma provincial de Nampula para jantar, onde foram convidados a concordar com o *draft* da acta da reunião entre as OSCs e o ProSAVANA planeada para ter lugar na manhã seguinte. A JICA pagou a conta. Os detalhes estão no documento que as ONGs japonesas submeteram ao MNE e à JICA na 9ª reunião de diálogo (20 de Maio de 2014).

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/9kai_shiryo/ref9.pdf

¹⁷³ A MAJOL enviou dois ficheiros anexados juntamente com a carta convite: um com os ToR do *workshop* e outro com *draft* dos ToR para o "Comité de trabalho do ProSAVANA". O "roteiro" está incluído no primeiro ficheiro.

(b) Vermelho para “Linha dura”/Verde para “Apoiante”

Comparado com descrições mais subtis dos resultados detalhados de 32 entrevistas (com as organizações e líderes de opinião) apresentados entre as páginas 16 e 27 do relatório sobre o mapeamento, o "Resumo de Resultados" (pp.28-32) é bastante ousado. A MAJOL dividiu os resultados em quatro categorias, usando cores, do seguinte modo:

- Vermelho: Não ao ProSAVANA, sem vontade de dialogar.
 - 4 instituições de linha dura contra ProSAVANA: (3 ONGs nacionais e 1 união de agricultores provincial).
- Roxo: Dialogará se forem reunidas certas condições
 - 7 instituições fortemente contra, mas falarão se estiverem reunidas as condições de diálogo: (4 ONG nacionais, 2 ONGs internacionais, 1 união de agricultores provincial).
- Amarelo: Sem posição institucional clara tomada sobre o ProSAVANA.
 - 1 ONG nacional, uma delegação provincial de ONG nacional.
- Verde: Apoiantes do ProSAVANA.
 - 19 em favor do ProSAVANA, mas com algumas alterações: (2 líderes de opinião, 12 ONGs nacionais, uma ONG internacional, 2 fóruns provinciais de ONGs, 1 união de agricultores distrital, 1 associação de agricultores). (Relatório sobre o mapeamento: 28-32) *Tradução dos autores.

Result Totals
4 Institutions hardline against ProSAVANA (3 National NGOs and one Provincial Farmers Union)
7 Institutions strongly against, but will talk if dialogue conditions are met (4 National NGO's, 2 International NGO's, one Provincial Farmers' Union)
2 Institutions with no clear position (one National NGO, one Provincial Delegation of National NGO)
19 in favour of ProSAVANA, but with some changes (2 Opinion Leaders, 12 national NGO's, one international NGO, 2 provincial NGO forums, Farmer' Union, one Farmer's Association)

Relatório sobre o mapeamento: 32

Note-se que o número de instituições "vermelhas" foi reduzido, ao não seleccionar várias organizações da "Campanha Não", como objectos de pesquisa, e o de "verdes" aumentou pela inclusão de "líderes de opinião", como discutido anteriormente. Embora existam alguns outros problemas nestas categorizações, que serão tratados mais adiante, por agora, é importante a cautela dada pela MAJOL sobre as organizações categorizadas "verde":

- *“Note-se que todas as instituições de cor "verde" em favor da ProSAVANA também realçaram a necessidade de que ele deve mudar antes que possam apoiá-lo totalmente. Nem uma organização 'verde' (sic.) esteve preparada para aceitar o ProSAVANA como ela é”. (Ibid.:28) *Tradução e ênfase dos autores.*

5-1-3. Análise da Metodologia do “Mapeamento”

Embora a MAJOL insista que estabeleceu a metodologia de levantamento com base num outro estudo sobre a sociedade civil (*Ibid.*14), parece haver muitos problemas na sua formulação e adaptação. Recentemente, tornou-se bastante comum o uso de metodologia

da pesquisa social no domínio dos projectos de desenvolvimento. A qualidade dos dados de pesquisa e os resultados devem ser, no entanto, examinados cuidadosamente. Esse exame é, geralmente, feito por verificação de: (a) desenho de questionários; (b) selecção dos sujeitos; (c) ambiente de entrevistas; e (d) tratamento dos dados em bruto para sumarização. Serão examinados estes quatro aspectos do "Mapeamento das partes interessadas".

(a) Desenho dos Questionários

O questionário elaborado pela MAJOL está incluído nos relatórios de início (pp.10-17). Não há diferenças entre o *draft* da MAJOL e o documento divulgado, pelo que se pode concluir que eles foram aprovados pela JICA e ProSAVANA-HQ. O questionário para a sociedade civil moçambicana consistiu de 22 perguntas (pp.10-14), sendo as perguntas importantes relacionadas com o resumo acima as seguintes:

- 17. *No geral, qual é a posição da organização sobre o estado actual do programa?*
 - *Nós opomo-nos a ele no total e iremos advogar activamente contra a sua implementação;*
 - *Nós opomo-nos na sua forma actual e gostaríamos de vê-lo significativamente mudado;*
 - *Nós concordamos com o formato, mas pensamos que são necessárias algumas mudanças operacionais*
 - *Nós gostaríamos de ver uma série de pequenos ajustes;*
 - *Nós achamos que o programa está bem como está.*
- 19. *Estaria disposto a entrar num processo de diálogo formal com o ProSAVANA com o objectivo de melhorar o programa para melhor servir os interesses das famílias e dos agricultores moçambicanos rurais?*
 - *Sim; Não; Não tenho a certeza* (Relatórios de início: 13) *Tradução dos autores.

A MAJOL não indica quaisquer orientações para a sua metodologia de análise (sumarização) dos resultados do levantamento. Parece que as organizações que seleccionaram "*Nós opomo-nos na sua forma actual e gostaríamos de vê-lo significativamente mudado*" para a pergunta 17 foram classificadas no grupo "roxo". "Roxo" corresponde ao grupo de organizações que seleccionaram "*Dialogamos se forem reunidas certas condições*", de acordo com a MAJOL (Relatório sobre o mapeamento: 28).

Neste questionário, contudo, deve-se notar que não há qualquer explicação sobre "que tipo de diálogo formal" o investigador assumiu. A pergunta 19 (e sua sumarização) está concebida para apoiar a pergunta 17. A maneira como está formulada a pergunta 19, no entanto, influencia obviamente a resposta. Está basicamente formulada para provocar a resposta "*sim, para entrar num diálogo formal*" (Relatórios de Início: 13), já que as organizações consultadas trabalham todas no domínio do apoio aos agricultores ou às organizações de agricultores rurais.

Deve-se notar, no entanto, neste questionário, não há explicações sobre "que tipo de um diálogo formal" foi presumido pelo investigador. Também não é seu objectivo final, a criação do "comité consultivo/de trabalho", que não é mencionado em nenhum lugar.

Apesar da falta deste detalhe no questionário, o relatório de início menciona o seguinte:

- *"(ToR para o Comité Consultivo) Dados os comentários da Sociedade Civil, até agora, mudámos o nome deste comité para 'Comité de Trabalho". (Ibid.:5)*
*Tradução dos autores.

A MAJOL já tinha ToR prontos para o "comité consultivo/de trabalho" em 13 de Novembro de 2015, mas estes, também, não foram incluídos no questionário. Isto significa que, embora os sujeitos do levantamento tivessem informação sobre o que entendiam por "um diálogo formal", eles retiveram essa informação, que seria crucial para os objectos dos seus julgamentos. Os investigadores acrescentaram informações que orientavam as respostas dos objectos.

Há outras perguntas problemáticas, como as perguntas 21 e 22:

- Pergunta 21: "Numa escala de 1 a 5, pode indicar se você está agora mais bem informado sobre o ProSAVANA",
- Pergunta 22: "Qual é a sua posição agora relativamente ao ProSAVANA?" (Ibid.: 13-14) *Tradução e ênfase dos autores.

A partir destas duas perguntas, está claro que este questionário não representa nada perto de um "inquérito social independente". Através de interações entre os investigadores e os objectos, os objectos são orientados para ser "melhor informados sobre o ProSAVANA" e esperando-se que mudem a sua "posição em relação ao ProSAVANA".¹⁷⁴

A partir do exame do questionário, está claro que se esperava que os consultores da MAJOL difundissem informações e imagem algo positivas sobre o ProSAVANA como se fossem pesquisadores "do tipo parte terceira". O chefe da equipe e o seu assistente, não sendo de origem moçambicana, japonesa ou brasileira, mas "ocidental", ajudaram nesta imagem de "parte terceira independente".¹⁷⁵ Este ponto está confirmado no relatório da MAJOL.

- *"Muitos entrevistadores elogiaram o conceito de uma parte terceira intermediária e notaram que o diálogo em curso deve continuar a ser mediado por terceiros"* (Relatório sobre o mapeamento: 35.) *Tradução dos autores.

Alguns objectos do levantamento assumiram, realmente, que a MAJOR era "uma parte terceira", embora este não tenha sido o caso na realidade.

Apesar do "*rebranding* do ProSAVANA" junto das organizações da sociedade civil ter sido retirado do plano de trabalho original, o espírito central permaneceu. Isto manifestou-se claramente em vários casos durante as suas "*consultas individuais*" e do *workshop* de Nampula. Este assunto será tratado mais adiante.

¹⁷⁴ De acordo com o seu SurveyMonkey, ninguém respondeu a estas duas perguntas sendo, portanto, provável que também eles tenham visto os problemas com essas perguntas.

¹⁷⁵ De acordo com aqueles que estiveram em presentes nas reuniões.

(b) Selecção de Objectos: Exclusão da UNAC

Como introduzido acima, os objectos iniciais do levantamento foram seleccionados pela JICA e as autoridades governamentais (Relatório sobre o mapeamento: 14). No relatório sobre o mapeamento, a MAJOL explicou que esses objectos iniciais eram "*potenciais partes interessadas*". A MAJOL, em seguida, acrescentou que "*após isso, as partes interessadas da sociedade civil foram contactadas, geralmente através das plataformas e fóruns da sociedade civil nacionais e provinciais*" (*Ibid.*).

Curiosamente, apesar do nome da UNAC estar listado nos relatórios de início (como de "*linha-dura*" e parte da "Campanha Não") e sendo o maior movimento camponês e representando as uniões de camponeses provinciais e distritais que a MAJOL visitou a nível nacional, a UNAC não foi incluída como um objecto do levantamento. Apesar da promessa feita pelos delegados da JICA e MASA ao Japão (1 de Setembro de 2015)¹⁷⁶ e das repetidas alegações da JICA que a "UNAC não foi excluída",¹⁷⁷ o vazamento revelou que a UNAC foi, não só excluída das "*consultas*", mas também completamente ignorada até ao *workshop* de Nampula, em Janeiro 2016.

Aqui levanta-se uma questão séria: se foi por causa das reivindicações da UNAC que a JICA pensou neste projecto ("Engajamento das Partes Interessadas") em primeiro lugar, como os representantes da JICA disseram (15º e 16º diálogos, 19 de Fevereiro e 9 de Março de 2016), então, por que foi a UNAC excluída e ignorada? Obviamente, isso não pode ter sido uma decisão da MAJOL. Como escrito no relatório, foi a JICA e as autoridades moçambicanas que indicaram as organizações (e, assim, determinaram as que não foram incluídas) para as consultas iniciais, especialmente em Maputo. Isto também serviu para reduzir o número de organizações "vermelhas".

Apesar da exclusão da sua união nacional e da existência de mais de centenas de associações e uniões de camponeses na área alvo do ProSAVANA, seleccionaram-se apenas três para responder a estas perguntas. Foram elas: Lussanhando Associação 25 de Setembro, Fórum Distrital de Camponeses Mutuáli (sic.), e a UNAC Alto Molócué (relatório sobre o mapeamento: 30-31).¹⁷⁸ Curiosamente, todas estas organizações camponesas são os beneficiários (ou promovidos para ser) dos projectos (ProSAVANA-PEM). As duas primeiras são categorizadas "verde" e a última foi posicionado como "amarela".¹⁷⁹

Considerando-se a distância de onde essas organizações camponesas são de centros provinciais ou distritais e o número de organizações camponesas existentes nestas áreas, é natural concluir que estas organizações foram "apanhadas" pela JICA e governo moçambicano como objectos de pesquisa e para as "*consultas individuais*". A motivação

¹⁷⁶ http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/13kai_shiryo/ref1.pdf A confirmação da JICA sobre este ponto foi dada durante a 11ª reunião de diálogo (27 de Outubro de 2015).

¹⁷⁷ O vice director geral do Departamento de Desenvolvimento Rural e o director da sua divisão do mesmo departamento da JICA (O 15º e 16º diálogo).

¹⁷⁸ Estes nomes estão errados.

¹⁷⁹ Estranhamente, os detalhes das últimas duas organizações, tais como nome do consultado, o seu contacto e respostas detalhadas não são apresentados no relatório.

por trás disso pode ter sido para aumentar o número de organizações camponesas "verdes", a fim de ser capaz de justificar que existem associações de camponeses filiados à UNAC mas que apoiam o ProSAVANA.¹⁸⁰ Também pode ser para negociar com essas organizações para que possam participar em reuniões como representantes de camponeses.

(c) Ambiente do Levantamento

A partir das gravações de algumas das "*consultas individuais*" feitas pela MAJOL, pode-se confirmar que os dados do levantamento foram colectados num ambiente preparado. Consultores da MAJOL, o chefe da equipe apresentou as motivações para a pesquisa do seguinte modo:

- *“A JICA disse que iria parar o ProSAVANA e ir para outro lugar se fosse impossível trabalhar com a sociedade civil...*
- *A JICA quer saber se deve avançar com o ProSAVANA, ou não. Eles conhecem os erros que fizeram. Eles também querem ouvir aqueles que se opõem ao programa. Então, a JICA irá decidir se deve avançar ProSAVANA ou fechá-lo...*
- *Não quer participar no diálogo?” (Novembro de 2015)¹⁸¹ *Tradução da tradução japonesa da gravação em português.*

Esta é uma acta de uma das "*consultas individuais*" levadas a cabo com uma das organizações "Campanha Não" em Novembro ainda em Maputo. É provável que o mesmo tipo de explicações e afirmações tenha sido usado repetidamente com as restantes organizações.

As ONGs japonesas perguntaram ao MNE e à JICA sobre a veracidade da informação, se a sociedade civil moçambicana não quer o ProSAVANA, ele será interrompido e a JICA sairá (Reunião de urgência no MNE, 18 de Janeiro de 2016). A resposta do director do MNE¹⁸² disse "NÃO". Depois das ONGs japonesas terem formalmente solicitado que se verificasse com a MAJOL sobre como e o que eles estavam a dizer a estas organizações, em Perguntas Abertas dirigida ao presidente da JICA (25 de Janeiro de 2015),¹⁸³ a JICA voltou dizendo que queria que a MAJOL agisse "tão livremente quanto possível" pois é um "órgão independente", e não respondeu (15º diálogo, 19 de Fevereiro de 2016).

As ONGs japonesas, notando a responsabilidade da JICA como um contratante, solicitaram à JICA que verificasse as gravações das consultas, tendo o vice-director-geral da JICA¹⁸⁴ respondido da seguinte forma:

¹⁸⁰ Este tipo de abordagem foi observado muitas vezes nos últimos quatro anos e é explorada no seguinte relatório e apresentação: http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/14kai_shiryo/ref3.pdf
<http://www.ngo-jvc.net/jp/projects/advocacy-statement/data/proposal%20final.pdf>

ONGs japonesas (10 de Agosto de 2015) http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/activities/ps20150810statement.html
¹⁸¹ http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/activities/ps20160125.html

¹⁸² Divisão III de Planeamento da Assistência aos Países, Gabinete de Cooperação Internacional (*Country Assistance Planning Division III, International Cooperation Bureau*)

¹⁸³ http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/activities/ps20160125.html

¹⁸⁴ Departamento de Desenvolvimento Rural

- *“Confirmámos com a MAJOL, mas eles disseram-nos que eles não têm gravações... e eles não disseram nada parecido com isso.”* (16º diálogo, 9 de Março de 2016)

As organizações visitadas testemunharam a MAJOL a gravar as conversas, e os seus relatórios indicam o uso de gravações. Não é concebível considerar uma empresa de consultoria sem gravadores ou sem gravar nenhuma de suas entrevistas que tiveram que ser reflectidas nos seus relatórios. É de suspeitar fortemente que, não só a MAJOL, mas também a JICA, tenham dado respostas falsas, uma vez que sabiam o que os consultores da MAJOL disseram à sociedade civil moçambicana foram prevaricações e, portanto, levaria a mais problemas.

(d) Tratamento dos Dados: Cultivando a Pequena Diferença

A partir do exame acima, a qualidade de levantamento e o envolvimento da MAJOL é claramente questionável. O tratamento dos dados em bruto é também problemático.

Como mencionado nos capítulos anteriores, algumas das categorizações de organizações em "verde" (apoiantes do ProSAVANA) poderiam ser contestadas.¹⁸⁵ O caso sobre o Fórum Mulher é um exemplo óbvio. Outro exemplo está evidenciado no tratamento de duas uniões provinciais de camponeses.

Em vez de visitar, ouvir e consultar a UNAC, a MAJOL visitou duas uniões provinciais em Niassa e Nampula afiliadas à UNAC. Mais tarde, a união camponesa do Niassa foi categorizada com "roxo". A sua resposta foi anotada como se segue:

- *“Não ao ProSAVANA. Se algumas coisas forem esclarecidas, então, talvez sim. Necessária mais abertura ao diálogo e à mudança”* (Relatório sobre o mapeamento: 30) *Tradução dos autores.

A união provincial de Nampula, no entanto, foi classificada como "vermelha", mas respondeu:

- *“Não ao ProSAVANA. Quer cooperar e contribuir. Mas o processo tem que começar do zero”.* (Ibid.)

A partir dessas descrições, a diferença entre as posições das duas uniões provinciais é pequena, mas parece que a MAJOL quis diferenciar as duas em termos de inserção nos mesmos movimentos unidos nacionais e na "Campanha Não" de que elas eram parte. Além disso, parece que a estreita diferença expressa na resposta da união provincial de Niassa foi uma descoberta muito significativa para a MAJOL e promotores do ProSAVANA.¹⁸⁶ Isto é confirmado no seguinte comentário da MAJOL:

- *“(Influência potencial sobre o programa) Ainda pode ser uma força grande pró ou contra”.* (Relatório sobre o mapeamento: 26) *Tradução dos autores.

¹⁸⁵ Comunicações individuais.

¹⁸⁶ Está registado no seguinte relatório como os promotores do ProSAVANA tentaram usar um coordenador da união provincial de Niassa: <http://www.dlmarket.jp/products/detail/263029> Também no seguinte texto: <http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-12/>

A análise detalhada acima indica uma sintetização questionável do resultado dos dados em bruto. É bastante provável que os consultores da MAJOL tenham utilizado outros parâmetros não determinados e descritos no âmbito do levantamento, possivelmente com base em impressões pessoais/vontade, tendo o resultado das "consultas" ou "negociações" determinado no momento do levantamento ou depois.

(e) Violação do Código de Prática Ética em Levantamentos Sociais

O exame detalhado do quadro de referência e a condução prática do levantamento levanta questões éticas. Por exemplo: (a) se os objectos do levantamento conhecem as motivações por trás deste levantamento; (b) sabiam também que iam ser categorizados desta maneira; e (c) foram informados destes resultados? As respostas a estas perguntas são "NÃO" e a JICA e os governos não tinham, e ainda não têm, qualquer intenção de divulgar os resultados da investigação aos seus objectos. Em conclusão, este foi um levantamento secreto não para uso público, mas, exclusivamente, para ser usado pela MAJOL, JICA, ProSAVANA-HQ e os três governos.

Além disso, muitos dos objectos não viram o questionário ou/e não receberam explicação de que eles estavam a ser feitas perguntas, de acordo com um questionário. Para sua surpresa, apenas conversando com a MAJOL, as suas "respostas" foram discretamente interpretadas e inseridas pelos consultores da MAJOL no SurveyMonkey sem serem informados.

Não há necessidade de consultar as directrizes da JICA para confirmar a responsabilidade óbvia de qualquer colector de informação e pesquisador. A maioria das instituições reconhecidas no mundo tem directrizes e/ou um código de conduta sobre a responsabilidade (prestação de contas) dos sujeitos de pesquisa/investigação. Por exemplo, a Sociedade Japonesa de Antropologia Cultural estabeleceu o seguinte Código de Prática Ética em 2008.

- Artigo 4: É preciso dizer claramente aos sujeitos da pesquisa e às pessoas da área de investigação que devemos assumir responsabilidade por todas os assuntos relacionados com a investigação, incluindo o seu objectivo, metodologia e publicação dos resultados mediante a nossa conduta da pesquisa.
- Artigo 5: Não devemos prejudicar a vida, a segurança e a propriedade dos sujeitos de pesquisa. E temos de preparar e estabelecer um meio seguro, a fim de evitar o perigo, directo e indirecto, e as consequências negativas sobre essas pessoas. (Código de Prática Ético do JASCA, 2008)¹⁸⁷ *Tradução e ênfase dos autores.

Nenhum desses códigos foi cumprido ou respeitado durante o levantamento (nas "consultas individuais") realizado pela MAJOL no âmbito do projecto da JICA. A JICA tem o "Controlo Interno", estabelecido em 2013, e "2. Cumprimento" que descreve a sua responsabilidade como se segue:

- "A JICA realiza os seus projectos em conformidade, não só com as leis e

¹⁸⁷ <http://www.jasca.org/> Tradução dos autores.

regulamentos, mas, também, com as suas regras internas e contratos, estando consciente das suas responsabilidades para satisfazer as expectativas dos cidadãos japoneses e da sociedade internacional." (Controlo Interno: 1)¹⁸⁸ *Tradução e ênfase dos autores.

No caso da MAJOL, a empresa ressaltou, orgulhosamente, que usa a abordagem de uma "Licença Social para Operar"¹⁸⁹ Como a análise detalhada revelou, a abordagem e práticas da MAJOL neste projecto estão longe do que a LSO define. Também deve ser notada uma descrição interessante que aparece na página *web* da empresa:

- *“Os valores da MAJOL são centrados na ética e respeito aos clientes e colaboradores, competência, conhecimento, comprometimento e qualidade”.*¹⁹⁰

Isto explica bem a atitude de alguns dos consultores da MAJOL. Preocupam-se mais com os "clientes", depois os "colaboradores" e não com aqueles que não são" (potenciais) colaboradores". Apesar da deficiência da MAJOL, esta não deve ser atribuída a "problemas da MAJOL". Como já foi discutido nos capítulos anteriores, contribuiu grandemente para a atitude de MAJOL a maneira como o ProSAVANA tem sido conduzido e como JICA tem enquadrado este projecto.

5-2. Utilização dos Resultados para a Acção

5-2-1. Utilização dos Resultados para a Acção

(a) “Pequeno para Não Ser Considerado” nas Negociações

A análise acima dos relatórios e dados da MAJOL ensina-nos que a prudência, a independência e precisão do levantamento não eram prioridade para a MAJOL, JICA e promotores do ProSAVANA. O que procuraram, através do projecto, era obter números gerais e informações em primeira mão sobre: (a) quantos são "pró e contra" o ProSAVANA; (b) quantos poderiam ser tornados "pró"; (c) quem poderia servir como "aliado"; e (d) quais são as relações entre organizações/indivíduos "pró e contra" após as "consultas" manipuladores e a persuasão da MAJOL. Estes desejos estão bem expressos, embora esporadicamente, no relatório sobre o mapeamento.

A MAJOL resumiu os resultados e fez as suas sugestões "estratégicas" para separar o grupo "vermelho" do resto. Eles descrevem esta estratégia como se segue:

- *“Uma vez que estas (vermelho) representam apenas quatro das 32 OSCs e ONGs entrevistadas, elas podem ser consideradas uma minoria que é suficientemente pequena para ser essencialmente ignorada em termos de negociações.*
- *A equipe do ProSAVANA deve concentrar-se nas exigências quase unificadas das outras 32.”* (Relatório sobre o mapeamento: 33) *Tradução e ênfase dos autores.

A MAJOL sugeriu à JICA seguir em frente e deixá-los fazer um roteiro aceitável pelas organizações da sociedade civil, mas sem incluir as organizações "a vermelho" porque,

¹⁸⁸ http://www.jica.go.jp/english/about/organization/c8h0vm000000ks38-att/internal_control.pdf

¹⁸⁹ <http://sociallicense.com/definition.html>

¹⁹⁰ <http://www.MAJOL.co.mz/>

uma vez feito, *"estas quatro instituições podem vir a juntar-se ao processo de diálogo sobre o ProSAVANA"* (Ibid.).

A sua indicação de "apenas quatro" já foi contestada nas secções anteriores. O que deve ser salientado aqui é que, até 15 de Dezembro de 2015, o prazo para o primeiro *draft* do relatório sobre o mapeamento, e antes de ter lugar o *workshop* de Nampula, a contratada da JICA determinou e sugeriu a exclusão de organizações classificadas como "vermelhas" das "negociações", do processo de criação de "uma (única) plataforma de diálogo" ou "comité consultivo/de trabalho do ProSAVANA". E, ao marginalizá-las do resto, esperava criar "pressão dos pares" sobre as organizações "vermelhas".

Apesar das repetidas promessas no passado, a JICA e o MASA não se importavam mais com a UNAC e seus apoiantes. Simbolicamente, os directores da JICA¹⁹¹ insistiram, como se segue:

- *"...Se elas (as organizações da campanha) têm opiniões diferentes (dos que conduzem o processo), devem discutir entre si (usando o "mecanismo")*. (15º diálogo, 19 de Fevereiro de 2016)
- *"Já existe um tal quadro de referência e, portanto, gostaríamos que a UNAC participasse nele... embora talvez fora da UNAC, a realidade é que não há uma estrutura e actividades a promover um diálogo..."* (16º diálogo, 9 de Março de 2016)

(b) "Primeiros Fundadores": Redes Provinciais e Ambientais

Juntamente com o relatório sobre o mapeamento (ou perto deste momento), a MAJOL deveria apresentar a lista de participantes de "*Primeira Reunião de Fundação* (reuniões preliminares nos ToR)" para a aprovação pela JICA e ProSAVANA-HQ.

No relatório, a MAJOL deixou alguns vestígios de como tinha identificado as organizações que queria como "*primeiros fundadores*." No "resumo dos resultados", a MAJOL escreveu que o FONGZA (*Fórum de ONGs de Província da Zambézia*):

- *"Concordou em participar na reunião de fundação e coordenar as ONGs da Zambézia"* (relatório sobre o mapeamento: 32). *Tradução dos autores.

O FONGZA foi colorido a "verde" e classificado como "*influência moderada a alta e interesse alto*" (Ibid.:26). Sabe-se que os restantes "*primeiros fundadores*" foram também redes provinciais da sociedade civil, como o FONGZA, isto é, PPOSC-N (Nampula), FONAGNI (Niassa) e outra relacionada com a rede de ONGs da Zambézia, mas especializada em questões ambientais, a RADEZA (*Rede de Organizações para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Comunitário Sustentável na Zambézia*). Estas são as organizações que autorizaram a MAJOL a usar os seus nomes e logótipos na carta-convite para a reunião do "Comité de Trabalho para o ProSAVANA" preparada e enviada pela

¹⁹¹ Primeira observação do director da Divisão Agricultura em Áreas Áridas e Semi-Áridas e a segunda pelo vice-director-geral do Departamento de Desenvolvimento Rural.

MAJOL.¹⁹²

Já foi examinada a forma como a MAJOL lidou com a PPOSC-N e os seus dois líderes. Além disso, deve-se notar que o FONAGNI não está listado nos resultados do levantamento, mas foi escolhido como um "*primeiro fundador*". Desde Junho de 2013, a ProSAVANA-HQ concentrou-se nas redes provinciais de ONGs para incorporá-las como seus instrumentos.¹⁹³ Isto ocorreu principalmente durante as "reuniões rurais" realizadas de Setembro a Outubro de 2013.¹⁹⁴ Devido à objecção da PPOSC-N sobre o processo, a sua participação foi interrompida, mas os esforços de incorporação foram, mais tarde, reavivados. Assim, era mais do que natural que a rede provincial ONG, FONAGNI, fosse seleccionada como um "*primeiro fundador*", mas parece haver outra razão para isso.

De acordo com o relatório sobre o mapeamento, em vez da FONAGNI, a MAJOL listou a RODAS. Os consultores da MAJOL reuniram-se com um membro da organização que é, também, o vice-presidente de FONAGNI. A RODAS está classificada como uma organização "verde" (relatório sobre o mapeamento: 29). A partir do relatório, o entusiasmo do vice-presidente é muito claro:

- *“Qualquer investimento bem-vindo, incluindo o ProSAVANA. Poderia ser um grande impulso para o desenvolvimento. Mas quando?... Aqueles que são anti-ProSAVANA e anti-desenvolvimento, o que eles querem?” (Ibid.:25) *Tradução dos autores.*

Coincidentemente, ou não, a ROADS é outra rede de organizações que trabalham no campo das questões ambientais, tal como a sua contraparte, RADEZA. Apesar de seu objectivo fundador ser o cometimento com o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, a forma como recebe "*qualquer investimento*" faz levantar o sobrolho.

Na verdade, a ROADS parece ter pessoal (a querer) envolver-se em algumas empresas querendo contactar a JICA para a assistência. No início de 2015, foi enviada a seguinte mensagem a partir do endereço de e-mail oficial da ROADS a uma organização japonesa sociedade civil:

- *“Ouvi dizer que a JICA está a ajudar empresas... Eu tenho um projecto de porcos para criar suínos e comprar gado no Malawi. É para produzir carne e processar salsichas para vender na cidade de Lichinga. O (fundos necessários para isso) projecto está estimado em 1.500.000,00MZN. Eu gostaria que você ajudasse a negociar com a JICA...” (Enviado pela ROADS, início de 2015) *Tradução dos autores da tradução a inglês da mensagem em Português.*

(c) Promovendo a Tomada de Decisão Não-inclusiva Entre a SC

Apesar do facto de que estas organizações são redes/cúpulas (*umbrella*), nenhuma delas realizou reuniões de membros/ públicas antes de tomar a decisão de ser "*primeiros*

¹⁹² A carta-convite está na apresentação feita pelas ONGs japonesas (página 8) durante a 15ª reunião (19 de Fevereiro de 2016). http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/15kai_shiryo/ref8.pdf

¹⁹³ Os sites oficiais do ProSAVANA estão cheios desta informação, <http://ProSAVANA.gov.mz/>

¹⁹⁴ <http://www.farmlandgrab.org/post/view/22655>

fundadores" do "Comité Consultivo/de trabalho para o ProSAVANA". Nenhum debate público foi organizado para discutir isso em qualquer das três províncias.

A exclusão das uniões provinciais de camponeses das consultas e da tomada de decisão dentro das redes provinciais, com quem vinham a trabalhar estreitamente, causou graves danos à gestão democrática e inclusiva dessas organizações civis. Além disso, dado o facto de que eles são os que iriam receber o impacto do programa (não aqueles que são assalariados da equipe organizacional), esta exclusão é contra as normas e valores de qualquer organização e rede da sociedade civil.

Também foi observada a tentativa de exclusão da UNAC e organizações afiliadas da UNAC do *workshop* de Nampula. Isto é particularmente verdade com a união provincial de camponeses de Nampula, classificada como uma organização "vermelha". Apesar de ser o maior movimento camponês na província, onde se concentram os distritos-alvo do ProSAVANA e onde se estavam a realizar todas as reuniões preliminares, a união provincial foi excluído das reuniões e do canal de partilha de informações. Isso nunca tinha acontecido no passado. A plataforma provincial de Nampula sempre respeitou e trabalhou com a união como "parceiros principais" nas suas actividades.

(d) Plano para Negociações da JICA com as OSCs Seleccionadas

A JICA defendeu-se chamando à MAJOL uma "*instituição independente*" que está a "*trabalhar livremente*", e referiu que o mecanismo de diálogo foi criado "*por iniciativa das organizações moçambicanas da sociedade civil*" (15º diálogo, 19 de Fevereiro de 2016). Além disso, desde a criação da "Estratégia de Comunicação," todos os actores estão a repetir que o "*ProSAVANA é um programa do governo moçambicano*" e a tentar seguir essa directiva. Pode-se provar facilmente que esta alegação é uma "fachada" das "*Discussões e Recomendações*" da MAJOL relatório sobre o mapeamento (pp.33-37). Todas as sugestões feitas pela MAJOL foram em direcção à JICA e não ao MASA ou à ABC.¹⁹⁵

As seguintes descrições suportam o argumento acima:

- *“...a liberação outra versão do Plano Director... seria vista como uma maior marginalização da sociedade civil. Este parecer pode estar em conflito com o desejo da JICA para libertar Draft Um..., com base em comentários recebidos na primeira ronda de consultas, num futuro próximo.*
- *Todos sentimos que o processo de co-criação foi um muito mais profundo, detalhado e demorado processo do que permitido nos actuais planos da JICA para a sociedade civil, em geral, que acredita que o documento deve ser re-criado desde o princípio... onde as demandas da sociedade civil e as expectativas da JICA podem estar em conflito.*
- *O prazo de Abril foi mencionado por várias organizações como irrealista. ...pode não estar tudo em harmonia com os desejos da JICA de completa a segunda ronda de*

¹⁹⁵ Na verdade, não há qualquer vestígio de actores brasileiros em qualquer dos relatórios escritos pela MAJOL. A ausência do contraparte brasileiro do ProSAVANA, seja da ABC ou da EMBRAPA, é bastante estranha (uma vez que é uma cooperação triangular), mas real.

consultas públicas ...em Abril 2016. A JICA deve começar a pensar... (Relatório sobre o mapeamento: 34) *Tradução e ênfase dos autores.

Mesmo depois de se engajar directamente no ProSAVANA por mais de um mês e ter realizado entrevistas com sete entidades governamentais de Moçambique (MASA), a MAJOL apresenta estas recomendações, não ao MASA ou à ProSAVANA-HQ, mas apenas à JICA.

A partir do referido acima, é claro que a MAJOL foi visitar as organizações seleccionadas com o plano da JICA para negociações durante as "*consultas individuais*". O conteúdo do plano parece ser: (1) objectivo do diálogo, (2) existência de Plano Director *Draft* 1, e (3) calendário. Estes pontos não foram partilhados com todas as organizações, mas apenas com algumas, provavelmente, aquelas em "verde".

Tudo o que foi referido indica que a MAJOL usou a ocasião das "*consultas individuais*" para: (1) difundir (qualquer) informação sobre o ProSAVANA que pudesse ser usada para amolecer e persuadir as organizações da sociedade civil moçambicana; (2) recolher dados para conhecer as suas posições em relação ao ProSAVANA e categorizar os membros do grupo adversário da "Campanha Não" relativamente ao ProSAVANA em quatro grupos; e (3) negociar com algumas das organizações e "líderes de opinião" para participarem na "reunião de fundação".

5-2-2. O Workshop de Nampula como Teste para o Projecto

(a) Convites Selectivos/Exclusão do Workshop de Nampula

A "*primeira reunião de uma plataforma de diálogo*" determinada nos ToR da JICA (p.2), ou a "*reunião de fundação para o Comité Consultivo da ProSAVANA*" do plano de acção da MAJOL (p.8) foi realizada em 11 e 12 de Janeiro de 2016 em Nampula. A carta convite foi feita e enviada e anunciada em jornais pela MAJOL. As quatro organizações "*primeiro fundador*" acima ofereceram os seus nomes e logótipos. Como os ToR determinam a lista de participantes, orçamento e agenda para a reunião, os ToR tiveram que aprovados pela JICA e ProSAVANA-HQ com antecedência (ToR para MAJOL, 2-3).

A partir de entrevistas com a UNAC e uniões provinciais camponesas, confirmou-se a exclusão (incluindo a exclusão provisória) dessas uniões. A carta-convite da MAJOL para o *workshop* de Nampula, de 11 de Janeiro (segunda-feira) foi recebida pela união provincial na tarde de 7 de Janeiro de 2016 (quinta-feira). Embora esta tenha sido uma tática usada repetidamente pelos promotores do ProSAVANA quando não desejam convidar certas organizações, especialmente as organizações camponesas, agora, a sua plataforma de cúpula estava a agir e a tratar a união da mesma maneira.

Sendo uma união provincial de organizações camponesas, os líderes e os membros não estão em escritórios, mas nos seus campos espalhados por toda a província. O ProSAVANA tem como alvo 10 distritos na província de Nampula, e a distância entre os distritos e a capital provincial é enorme, algo como 600 km. Se eles precisam de vir à capital provincial, devem preparar-se, não apenas com tempo e dinheiro, mas também na logística (alojamento e alimentos). Apesar de todas as organizações envolvidas, incluindo

o governo e a JICA conheçam esta realidade, eles enviaram o convite apenas alguns dias antes do *workshop*. A mesma coisa aconteceu com outras uniões provinciais.

Enquanto as uniões discutiam o objectivo do *workshop* e como participar, a MAJOL e seus parceiros (redes provinciais de ONGs) estavam prontas para enviar "representantes dos camponeses" de todos os 19 distritos para o *workshop* em Nampula. O seu transporte (incluindo vãos) e alojamento foram totalmente pagos pela "MAJOL". Não foi a união provincial que seleccionou estes "representantes" dos camponeses. Os líderes das uniões provinciais ficaram surpresos ao ver os seus nomes pouco antes do *workshop*. Alguns deles eram líderes de associações a filiadas da UNAC, mas eles eram membros que não tinham estado envolvidos nas discussões sobre o ProSAVANA, pelo que as uniões provinciais nunca os teriam seleccionado como representantes para participar no *workshop*.

Os ToR do *workshop* em Nampula, anexo à carta convite, confirma que a culpa não foi só da MAJOL mas, também, da JICA e da ProSAVANA-HQ que não fizeram qualquer esforço para trazer os representantes das uniões provinciais e distritais da UNAC. O orçamento para as despesas de deslocação só foi atribuído às seguintes pessoas:

- 19 pessoas, uma de cada distrito do ProSAVANA
- 2 pessoas para cada capital provincial
- Pessoas de Nampula (as que não precisam de transporte e acomodação)
- Pessoas da Equipe de Maputo. (ToR para a reunião: 5) * Tradução dos autores.

Os líderes, quer da UNAC, quer das uniões provinciais, não foram convidados com uma oferta de pagamento das suas despesas. O mesmo fez outra organização da "Campanha Não" (JA!), que nem sequer foi convidada para a reunião.

É interessante notar que a MAJOL atribuiu um orçamento para "*Pessoas de Nampula*", mesmo que essas pessoas "*não precisem de transporte e acomodação*". Outro ponto é que, ao escrever "*Pessoas da Equipa de Maputo*", em vez de "equipa da MAJOL", implica que as pessoas fora da empresa de consultoria estão incluídas na "equipa de Maputo". Fora a UNAC e a JA!, a WWF Moçambique, a Aliança das Plataformas, OXFAM e a CARE participaram, vindas de Maputo. Não se sabe, oficialmente, quem cobriu as despesas de viagem e a razão pela qual ONGs internacionais foram priorizados relativamente às ONGs nacionais. Esta última pergunta foi respondida pelos relatórios que vazaram.

(b) Explicação da MAJOL e Negação de Autenticidade pela JICA

Os ToR da JICA instruem a MAJOL a estabelecer a "Plataforma de Engajamento das Partes Interessadas" até 20 de Janeiro e a completar um "Roteiro do processo de consulta" até 22 de Fevereiro de 2016 (ToR para a MAJOL: 3). O levantamento detalhado e os seus relatórios foram todos para atingir estes objectivos. Os consultores da MAJOL não poderia falhar no cumprimento da meta como contratados porque estava em causa um contrato adicional prometendo uma maior quantidade de dinheiro (*Ibid.*:5). Mas isto foi também porque sua reputação ficou ferida pelos acontecimentos que ocorreram durante o *workshop* em Nampula e pelas várias declarações denunciando o seu

envolvimento no projecto. Assim, o relatório final exposto, datado de 1 de Março de 2016, está cheio de auto-elogios, desculpas e acusações contra certas organizações e indivíduos. A sua análise será apresentada mais tarde.

No início do *workshop* de Nampula, os consultores da MAJOL, novamente, prestaram informações falsas sobre o ProSAVANA. As seguintes são explicações dadas pelo chefe da equipe:

- *“A sociedade civil ganhou a luta contra o ProSAVANA. Agora, a questão é como usar esta vitória. A sociedade civil deve-se comprometer, negociar e envolver no diálogo sobre o ProSAVANA.*
- *Ao dizer “Não ao ProSAVANA”, significa desperdiçar 9.325.000.000 Meticais (cerca de 130.414.228 dólares americanos). O parlamento japonês discute este assunto, e se não concordarem em avançar com o ProSAVANA agora, todo este fundo (valor) desaparecerá. Ficam bem com isso?*
- *Porque é que a sociedade civil não formula outro plano de desenvolvimento rural? Não deverá a sociedade civil e os camponeses utilizar este fundo para o seu plano?*
 - ✧ *Dado que a JICA não entende a realidade de Moçambique, é indispensável que a sociedade civil e organizações camponesas se envolvam. Ao envolver-se, podemos mudá-los.*
- *A sociedade civil deve aproveitar este dinheiro e oportunidade. Se perderem esta oportunidade agora, ela estará perdida para sempre. A JICA tem dinheiro. Então, vamos avançar com o ProSAVANA. Vamos criar o “Comité”, engajar e aproveitar. (Workshop Nampula, 11 de Janeiro de 2016) *Tradução dos autores da tradução japonesa da gravação da apresentação em português.¹⁹⁶*

Como no caso das explicações dadas durante as "*consultas individuais*", as informações acima pervertem a verdade. Quando a JICA foi solicitada, oficialmente, a confirmar: (1) se a informação que aparece acima é coerente com os factos; e (2) se os consultores da MAJOL deram estas explicações às organizações civis e camponesas durante o *workshop*, as respostas foram: (1) não; e (2) não podem verificar (15º e 16º diálogos, 19 de Fevereiro e 9 de Março de 2016).

(c) Tácticas para “Salvar a Cara” e Avançar com o ProSAVANA

A MAJOL admite que eles fizeram esta apresentação, especialmente o slide "vitória" (ênfase), como uma táctica para capturar e persuadir os participantes da sociedade civil (Relatório Final: 16). Seguem-se as explicações da MAJOL:

- *“A MAJOL decidiu que a única maneira para que todos possam salvar a face era manter o nome ProSAVANA, mas reconhecer que os esforços e a campanha da sociedade civil foram fundamentais para a mudança da abordagem do ProSAVANA...*

¹⁹⁶ A tradução para japonês foi extraída das declarações de 12 ONGs japonesas (19 de Março de 2016). http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/activities/ps20160318statement.html

- *Isso ajudou muito... Assim nasceu o famoso slide "A SOCIEDADE CIVIL GANHOU ... O QUE QUER FAZER COM A SUA VITÓRIA?" que abriu o encontro da sociedade civil a 11 e 12 de Janeiro em Nampula.*
- *A redacção deste slide foi cuidadosa e intencional... (Ibid.) *Tradução dos autores.*

Apesar proclamação da JICA, a MAJOL não poderia deixar de admitir, no relatório final, que o objectivo final da sua consultoria para a JICA não era apenas para "*facilitar a criação de uma plataforma de diálogo*", mas, sim, para mobilizar a sociedade civil moçambicana para o avanço do ProSAVANA.

(d) Contestação do Processo e da Legitimidade

As descrições neste relatório final não são do tipo de um relatório, mas do tipo de um diário e com uma direcção óbvia: a distorcer todos os factos, a fim de reorganizar o passado, de acordo com a narrativa única que eles oferecem e a imagem do presente que querem difundir. De um modo resumindo, o relatório de 22 páginas, tudo o que os autores queriam dizer era: (a) eles superaram os desafios; (b) o que correu mal deveu-se às experiências passadas e ao quadro de referência do ProSAVANA e, especialmente, a dois indivíduos da UNAC; e (c) trataram tudo habilmente e com êxito.¹⁹⁷

Apesar dessa natureza (ou por causa dessa natureza), as observações dos representantes do MNE e da JICA sobre a "plataforma de diálogo" basearam-se fortemente no conteúdo do *draft* final do relatório, e mostraram o seu alinhamento com o que está escrito.¹⁹⁸

Nenhuma das narrativas no relatório final é suportada por quaisquer evidências ou referências e, além disso, contradizem os relatórios anteriores que submetidos à JICA. Como introduzido anteriormente, foi a sugestão da MAJOL excluir a UNAC e outras organizações de campanha a partir do processo e uso de pressão dos pares para vergar a vontade dos grupos que continuaram a opor-se ao programa (Relatório sobre o mapeamento: 33). Agora, querem culpar o pessoal da UNAC que questionou a falta de um processo democrático, aberto e inclusivo e pediu uma explicação sobre a legitimidade de ter contratados da JICA para orientar e intervir num assunto da sociedade civil e facilitar todo o *workshop*. A partir das gravações, fica claro que essas perguntas e críticas foram apoiados pelos camponeses que participaram na reunião.

O único motivo dado pelo novo presidente eleito para fazer uma observação favorável sobre o "comité" no *workshop* (citado no relatório final, p.19), foi o "*medo de ser deixado de fora quando os outros estão de acordo*".¹⁹⁹ Isto é exactamente o que eles planearam. No entanto, colectivamente, os camponeses resistiram ao processo.²⁰⁰

Apesar de todas as questões e contestações, a única plataforma foi estabelecida como a JICA e os promotores do ProSAVANA desejavam que, mais tarde, mudou drasticamente o nome para "Mecanismo da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de

¹⁹⁷ http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Final_.pdf

¹⁹⁸ 16º e 17º diálogos, 9 de Março e 21 de Julho de 2016.

¹⁹⁹ Entrevista das ONGs japonesas com o presidente da UNAC em Junho 201.

²⁰⁰ <http://farmlandgrab.org/25797> <http://farmlandgrab.org/26181>

Nacala (MCNC)". O único problema para eles era que a UNAC não participou nele, apesar da falsa informação e a tentativa de "pressão dos pares" durante e após a *workshop* em Nampula.

5-3. Rescaldo do *Workshop* de Nampula e Fim do Contrato da MAJOL

5-3-1. Rescaldo do *Workshop*: Confirmada a Manobra visando a UNAC

(a) UNAC como “sujeita de *lobbying* intensivo”

Contrariamente aos factos e registos existentes, os consultores da MAJOL estavam prontos para escrever o seguinte:

- *“O facto de que o presidente e representante provincial da UNAC não ter comparecido à reunião final não deve ser visto como um retrocesso...”*
- *O facto de que não ter havido qualquer presença da UNAC, nem reacção pública à reunião, mostra que a posição da UNAC está em fluxo, e isso cria uma oportunidade, com o engajamento apropriado, para trazê-los plenamente para o processo de negociação”. (Ibid.:20) *Tradução dos autores.*

A MAJOL e a ProSAVANA-HQ, de repente, preocupavam-se com a participação da UNAC no processo. Isto é por causa das questões que foram levantadas, em várias declarações, sobre a legitimidade do processo da criação do mecanismo, não só em Moçambique mas também no Japão e no Brasil.²⁰¹

Mesmo o contrato e os ToR divulgados e as informações de todo o tipo de fontes eram suficientes para gerar preocupação sobre o processo e suas consequências. Conhecendo o risco de críticas adicionais, e antes da sociedade civil ter acesso a mais informação, tais como relatórios da MAJOL, a JICA, o MNE e as autoridades moçambicanas queriam selar o caso rapidamente. Isso passava por ter a participação da UNAC no mecanismo.

A MAJOL confirma isso no seu relatório final:

- *“UNAC foi objecto de intenso lobby (na ocasião) de uma delegação japonesa visitar durante o esta reunião”. (Ibid.) *Tradução e inserção dos autores.*

Este é o momento em que o director-geral do MNE e alto funcionário da JICA visitou Moçambique (4 - 06 de Fevereiro de 2016), e o presidente da UNAC estava a receber todos os tipos de pressão para assistir à reunião do Mecanismo e para se reunir com a delegação governamental japonesa. Embora tenha sido um facto amplamente conhecido que a UNAC e a sua presidente estavam a ser pressionadas para aceitar o mecanismo, ou seja o ProSAVANA, é novo para ter este facto comprovado por um documento.

(b) Expectativas de Clivagem dentro da UNAC

Como examinado anteriormente, a MAJOL, JICA e ProSAVANA-HQ estavam prontos para intervir, não só entre as organizações da sociedade civil, mas também dentro das organizações (Relatórios de Início: 18). No momento em que o relatório final foi escrito,

²⁰¹ Ver Notas 205 e 211. http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/activities/ps20160318statement.html

parece que essas acções de intervenção tornaram-se uma coisa comumente natural para fazer e já não estavam escondidas.

A MAJOL queria, não só cultivar a diferença para criar conflitos entre as organizações moçambicanas, mas queria, agora, descobrir, cultivar e produzir resultados. A MAJOL insistiu que a não-participação da UNAC no mecanismo se devia a duas pessoas da UNAC que "dominaram a discussão" durante o *workshop* em Nampula (Relatório Final: 19). No entanto, isso contradiz a forma como a UNAC toma decisões. Como discutido anteriormente, sendo um movimento social de camponeses, as decisões da organização têm que ser feitas de baixo para cima e colectivamente, e não podem ser feitas por um indivíduo, mesmo que esse indivíduo seja o/a seu/sua presidente, muito menos um funcionário do escritório ou coordenador nacional. A UNAC tomou a sua posição há muito tempo ("Não ao ProSAVANA") nas últimas assembleias gerais e regionais, e se é para alterar, é necessário organizar discussões de nível da base.

No entanto, MAJOL foi mais longe ao escrever o seguinte:

- *“...Descobrimos, através de nossos próprios contactos na sociedade civil, que o comportamento destes dois representantes foi censurado dentro UNAC”.* (Ibid.:19)
*Tradução e ênfase dos autores.

A MAJOL não podia parar e foi ainda mais longe do que isso.

(c) Des-empoderamento da UNAC Utilizando Parlamentares

A MAJOL enfatizou que "mesmo que tudo falhe" (a UNAC não participar no Mecanismo), a JICA e a ProSAVANA-HQ poderiam desafiar a legitimidade da UNAC como "a maior organização de agricultores e, portanto, de facto, representante dos agricultores moçambicanos no corredor de Nacala" (Ibid. 20). A MAJOL partilhou as táticas que formulou com os seus parceiros em Nampula:

- *“A tática das organizações da sociedade civil de Nampula para convidar parlamentares provinciais e dos nacionais para o seminário em Fevereiro era, de alguma forma, para responder a este argumento.*
- *Afinal, quem está em melhores condições para representar os agricultores do que os seus próprios representantes eleitos?”* (Ibid.) *Tradução e ênfase dos autores.

Esta descrição particular prova que a MAJOL foi, também, profundamente influenciada pela maneira de pensar e abordagem estabelecidas para o ProSAVANA ao longo dos anos. Em certo momento, os líderes da sociedade civil de Nampula costumavam chamar essas pessoas de "Prosavanistas".²⁰² As "táticas" representam o sentimento colectivo de humilhação contra a UNAC, as organizações "Campanha Não" e aos que não participam e cooperam com os promotores do ProSAVANA, incluindo líderes da sociedade civil do recém-criado "Mecanismo". No entanto, estas são as mesmas organizações que eles, arbitrariamente excluíam (ou tentaram excluir) do processo.

²⁰² Elizabeth Clements (2015) http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/15/ms/elizabeth_clements.pdf

O "Projecto Engajamento das Partes Interessadas" da JICA, após o estabelecimento da "Estratégia de Comunicação" do ProSAVANA (também financiada pela JICA), criou esta situação. Agora eles conceberam actores governamentais e civis a trabalham contra a UNAC e organizações da "campanha", e instalaram políticos moçambicanos no lugar dos líderes eleitos de movimentos e organizações camponesas, que chamam de assistência para o "desenvolvimento agrário" e um programa de apoio aos agricultores de pequena escala.

5-3-2. Rescaldo: Contínua Hostilidade Contra-“campanha”

(a) “Actividades de Sensibilização” contra a “Campanha Não”

Em fins de Março de 2016 a MAJOL saiu. A JICA não formulou outro contrato. O que a MAJOL criado, sob a JICA, permaneceu: a clivagem grave entre organizações da sociedade civil e dentro das organizações.

A MAJOL saiu mesmo dizendo o seguinte:

- *"O ProSAVANA não deve deixar, simplesmente, a sociedade civil com a UNAC. Há tensões dentro da sociedade civil que militam contra o sucesso liderado pelo esforço de uma sociedade civil aqui" (Ibid.)*. *Tradução dos autores.

Foi a MAJOL, sob contrato com a JICA, que criou e cultivou a tensão. Uma vez que a tensão se tornou manifesta, a MAJOL pode sair, mas não as organizações da sociedade civil. Segundo a acta exposta da reunião entre os representantes do Mecanismo, JICA, MASA e ABC, realizada em 12 de Abril de 2016, no escritório da JICA Moçambique em Maputo, confirma-se que as organizações da sociedade civil começaram a tomar o papel dos promotores governamentais do ProSAVANA.

As actas não escondem o que foi dito durante a reunião, uma vez que não se pensava que, um dia, alguém pode expor o documento. O coordenador do Mecanismo “esclareceu” o seguinte:

- *“(h)ouve um trabalho ao nível de Maputo e das províncias no sentido de sensibilizar as ONG e outros intervenientes que apoiavam a “Campanha Não ProSAVANA” para se juntar na visão e objectivo do Mecanismo.*
- *Como forma de viabilizar a participação do Mecanismo nas acções de base, solicitou que se pudesse avançar num mapeamento através das Redes Temáticas da Agricultura e Recursos Naturais". (Actas, 12 de Abril de 2016).*²⁰³

Pediram autorização às autoridades governamentais e apoio financeiro à JICA, e obtiveram ambos. Organizaram as organizações membro no âmbito da Rede de Agricultura para realizar esta tarefa em 10 distritos na província de Nampula. A partir da pesquisa de campo, realizada pelas organizações locais nos mesmos distritos em Junho, confirma-se que eles levaram a cabo uma "missão de sensibilização" das comunidades e camponeses locais para alinharem com o Mecanismo e não com a "Campanha Não ao

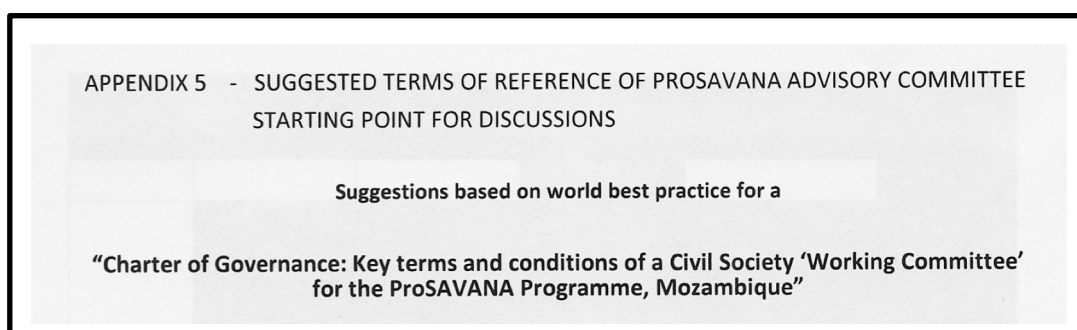
²⁰³ http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/doc_2.pdf

(b) Criar uma nova imagem do ProSAVANA com as SC no Brasil

A "Sensibilização" contra a "Campanha Não ao ProSAVANA" não terminou em Maputo, províncias e comunidades. Os representantes do mecanismo foram ao Brasil, juntamente com o ex-vice-ministro do MASA (o coordenador do ProSAVANA), outros funcionários do MASA e da JICA Moçambique e Tóquio. Em 3 de Junho de 2016, teve lugar o "Seminário Internacional sobre o ProSAVANA" organizado pela ABC em Brasília, e com a presença dos embaixadores moçambicano e japonês para o Brasil e jornalistas. Os grupos da sociedade civil brasileira, alinhando com a "Campanha Não", também foram convidados (mas pouco tempo antes). A JICA e o MNE não informaram a sociedade civil japonesa disto, mesmo durante o 17º diálogo realizado um mês depois (21 de Julho de 2016).

O seminário foi, basicamente, para promover uma "nova imagem" juntamente com os representantes da sociedade civil, ou seja, um "*rebranding*" do ProSAVANA". Explicaram que, agora, estava estabelecido o mecanismo de diálogo e vieram para pedir a compreensão e apoio da sociedade civil brasileira.

Acordo com a gravação do encontro, o coordenador do mecanismo também explicou que o envolvimento com a "*revisão do plano director é lento*" e estão "*actualmente, a trabalhar activamente nos distritos para facilitar a implementação do ProSAVANA*". Isso mostra que o objectivo e as funções do mecanismo já não eram para o diálogo ou/e monitoria. Tornou-se uma parte do ProSAVANA, e isso era, exactamente, o que a JICA e os três governos almejava há muito tempo, ao usar o termo "comité consultivo do ProSAVANA", cujo projecto de ToR já tinha sido preparado pela MAJOL em 13 de Novembro de 2015, em nome de "*iniciativas de sociedade civil*".



Relatório de Início divulgado pela JICA: 24

²⁰⁴ A pesquisa de campo foi realizada em Julho 2016.

Conclusão

Esta análise é o produto de uma análise aprofundada das fontes primárias, incluindo 46 documentos vazados e mais de 100 documentos divulgados sobre o ProSAVANA, e de informação colectada através de observação participativa realizada entre 2012 a 2016. Enfoque especial foi colocado em dois projectos da JICA implementados por duas empresas de consultoria moçambicana: "Definição de Estratégia de Comunicação para o ProSAVANA" pela CV&A (Agosto-Novembro de 2013) e "Projecto de Engajamento das Partes Interessadas", pela MAJOL (Outubro 2015- Março 2016).

Estes dois projectos basearam-se num acordo oficial entre os três países signatários do ProSAVANA (Japão, Brasil e Moçambique) durante a sua reunião de coordenação, realizada em 3 de Dezembro de 2013, e dois meses após o maior movimento camponês em Moçambique, a UNAC, ter emitido uma declaração crítica. A acta da reunião refere que as três partes aprovaram formular uma "estratégia de comunicação social" a fim de *"alcançar a sociedade civil o mais rapidamente possível"* (MoM: 2). A acta foi um dos documentos sobre o ProSAVANA expostos no primeiro vazamento – a sociedade civil soube deste acordo em Abril de 2013, mas ainda não tinha qualquer informação sobre como os promotores do ProSAVANA iam "alcançar a sociedade civil". Os documentos da JICA e governamentais vazados e divulgados revelaram como isso estava a ser feito.

Nesta conclusão, serão, primeiro, resumidos os resultados da análise. Em segundo lugar, a análise será colocada no contexto sócio-político, militar e histórico de Moçambique. Finalmente, será examinado o cumprimento de leis, princípios e directrizes de Moçambique, Japão e do mundo pelo ProSAVANA.

Reverendo a Análise (1): "Estratégia de Comunicação do ProSAVANA"

Pode não ter sido o que cada equipe ou funcionário dos três países pretendia, mas, colectivamente, tomaram a decisão de não responder directamente a quaisquer reivindicações ou demandas das sociedades civis. Ao contrário, formularam a "estratégia" e realizaram contramedidas contra estas, enquanto avançavam com os projectos. Como a CV&A concluiu, havia *"grupos de interesse que vêm ganhos económicos e políticos no resultado do ProSAVANA"* (Estratégia: 8). Por outras palavras, a decisão última era levar o programa para a frente. A fim de acalmar, silenciar, persuadir e enfraquecer as vozes da sociedade civil nos três países, era indispensável e crucial a formulação de uma "estratégia de comunicação para o ProSAVANA".

Esta tarefa foi realizada por uma empresa de consultoria local (CV&A, sob a égide de uma empresa de portuguesa) contratada, não pela ABC ou MINAG/MASA, mas directamente pela JICA. Isso dá uma indicação clara do papel de liderança e profundo envolvimento do governo japonês na implementação daquela decisão.

Como discutido no Capítulo 2, a comparação dos documentos (contrato da JICA, incluindo os seus ToR e relatórios da CV&A) com o que aconteceu na realidade revelou os seguintes

quatro pontos:

1. Foram planeadas e implementadas várias contra-medidas contra as organizações da sociedade civil e movimentos camponeses que tinha apresentado reservas ou que se opõem ao ProSAVANA.
 - i. O esquema foi financiado pela JICA como uma "Estratégia de Comunicação do ProSAVANA", isto é, uma "*proposta e plano de acção de intervenção*" (ToR para a CV&A: 4).²⁰⁵
 - ii. A implementação também foi financiada pela JICA abrigo de um contrato ambíguo cujos documentos estavam fechados. A CV&A continuou a implementar "a Estratégia" formulada em i. acima (Relatório de Actividades [Mensal] Julho, Agosto e Outubro 2014).
2. Foi formada uma "rede distrital de colaboradores" - incluindo administradores distritais, figuras de autoridades tradicionais e indivíduos que cooperam ("*colaboradores*") (Estratégica: 10-12; 23-26; 46).²⁰⁶
 - i. O objectivo desta "rede" era diminuir a influência de organizações camponesas e da sociedade civil nas comunidades locais nos 19 distritos abrangidos pelo programa e pôr em causa as suas reivindicações (*Ibid.*:34-35).
 - ii. Outro objectivo está expresso na seguinte frase: ao minimizar a força destas organizações... Ao retirar importância às organizações da sociedade civil moçambicana, irá retirar força às ONGs estrangeiras para operarem em Moçambique (*Ibid.*:35).
3. A fim de criar divisão entre os grupos da sociedade civil e para minar a credibilidade das, e confiança nas, organizações da sociedade civil internacional (especialmente as do Brasil e do Japão), foram tomadas várias medidas envolvendo o discurso e as autoridades governamentais locais (*Ibid.*:30-35).
 - i. Acabando com a conexão entre o Corredor de Nacala e o Cerrado brasileiro, vai ajudar a desvalorizar alguns dos principais argumentos dessas ONGs internacionais (*Ibid.*:34-35).
 - ii. Questionar ou criticar o papel das organizações estrangeiras... por algumas autoridades moçambicanas (*Ibid.*:35).
4. O ProSAVANA e a JICA deram instruções claras para gerar cobertura pela mídia favorável, a nível nacional e internacional (ToR para a CV&A: 3-40; "Estratégia de Comunicação no Âmbito do ProSAVANA": 3-7).²⁰⁷
 - i. Eles instruíram a CV&A para contratar os consultores que "*compreendem os seguintes aspectos: consultoria com base em resultados: TV/rádio, artigos escritos*" (ToR para a CV&A: 3-4), a fim de "*Preparar artigos de jornalistas,*

²⁰⁵ http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/102.pdf

²⁰⁶ http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/104.pdf

²⁰⁷ O "Quadro de Referência" está anexado ao contrato entre a JICA e a CV&A.

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/102.pdf http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/103.pdf

shows e transmissões de rádio e TV" (Quadro de referência:3).

- ii. “O quadro” lista uma *"viagem da imprensa (press-trip) ao Corredor de Nacala para preparar uma ‘campanha’ sobre o ProSAVANA e seus beneficiários"* e *"promover viagens de imprensa ao Brasil"* como *"despesas do ProSAVANA"* como *"ações imediatas"* (*Ibid.*:6-7). A CV&A respondeu à instrução através da formulação de propostas (Estratégia: 33) e da implementação de algumas delas (Relatório de Actividade, Agosto 2014).
- iii. O relatório sobre “o quadro” e “a estratégia” enfatiza a importância de cobrir as despesas dos jornalistas, apesar da seguinte ideia: a mídia internacional não tem tendência de aceitar tais ofertas, mas o ProSAVANA deve sempre oferecer o apoio às despesas (Estratégia: 34).

A “ProSAVANA: Estratégia de Comunicação” (relatório sobre “a estratégia” ou “Estratégia”) foi formulada pela CV&A, no âmbito do seu contrato com a JICA, entre Agosto e Setembro 2013.²⁰⁸ Pode-se determinar como sendo um documento público sobre o ProSAVANA, dado que foi acordado pelo seu principal contratante (JICA) e os três países, de autoria e lançado pelo ProSAVANA. A sua autenticidade é também confirmada pela JICA, a partir do momento em que a empresa o divulgou. E a continuação da sua eficácia foi confirmada pela JICA durante a reunião de diálogo com as ONG japonesas realizada em 19 de Fevereiro de 2016.

Os eventos e incidentes que ocorreram de Agosto 2013 em diante confirmam que a maioria das estratégias acima foi implementada. Conforme detalhado no Capítulo 3, as consequências mais notáveis da formulação e implementação da “Estratégia” foram: (1) antagonismo e realização de contramedidas contra aqueles que têm, abertamente, levantado reservas e estão em oposição ao ProSAVANA; (2) tentativas de intervir nas organizações da sociedade civil e camponesas para criar divisão e cooptação e excluir os líderes “anti-ProSAVANA”; e (3) uma “internalização (domesticação)” dos problemas da “cooperação internacional.”

Estas consequências causaram danos graves na sociedade civil moçambicana, especialmente nas organizações camponesas e seus líderes, por exemplo: (a) uma série de abusos dos direitos humanos, tais como a intimidação, opressão e perseguição cometidos por autoridades moçambicanas distritais, provinciais e nacionais; (b) negação de factos e eventos passados, ao mesmo tempo que se manipulavam e escondiam informações e documentos; e (c) confusão entre camponeses e organizações da sociedade civil.

Embora os líderes camponeses locais tenham sido, subitamente, colocados na linha de frente dos confrontos, eles não deixaram de resistir e reafirmar a sua posição contra o ProSAVANA e as massivas violações dos direitos humanos (Declaração de Nampula, Maio de 2014). Levantaram-se e estabeleceram a “Campanha Não ao ProSAVANA”, em Junho de 2014, como discutido no Capítulo 1.

²⁰⁸ O contrato entre a JICA e a CV&A foi o segundo. Os detalhes não são conhecidos porque os ToR do primeiro contrato (14 de Dezembro de 2012 - 14 de Fevereiro de 2013) foram excluídos da série de documentos divulgados relacionados com a CV&A. A análise do primeiro contrato encontra-se no seguinte site: <http://farmlandgrab.org/25696>

Em Abril de 2015, observou-se uma adaptação adicional de "Estratégia" nas reuniões "auscultação pública" sobre o "Plano Director do ProSAVANA Draft Zero" (documento técnico de 204 páginas) aos níveis de distrital e sub-distrital, convidando as pessoas que estão indicadas como "*Rede Distrital de Colaboradores*", funcionários governamentais e membros partidários do partido no poder. Isso acabou por atrair críticas mais pesadas por parte de mais organizações moçambicanas que não tinham, até aí, tomado uma posição crítica contra o ProSAVANA (Capítulo 1).

Reverendo a Análise (2): "Projecto de Engajamento das Partes Interessadas"

Em Outubro de 2015, a JICA iniciou, secretamente, o "Projecto de Engajamento das Partes Interessadas" através da contratação de uma empresa de consultoria local. Para responder à condição indicada pela JICA para contratar consultores com experiência na sociedade civil moçambicana (ToR para a MAJOL: 3), contratado da JICA, a MAJOL, reuniu uma equipe de consultores que costumavam trabalhar com ONGs internacionais em Moçambique, especialmente aqueles que tinham trabalhado no Norte de Moçambique, área-alvo do ProSAVANA (Capítulo 3).

A fim de cumprir contrato e ToR da JICA, os consultores da MAJOL prepararam uma série de materiais: (a) três relatórios (Relatórios de Início, Mapeamento e Final); (b) ToR (para o *workshop* de Nampula e "comité consultivo/ de trabalho do ProSAVANA"); (c) lista de participantes nas "reuniões preliminares" e reuniões de plataforma para o estabelecimento do "comité" (*Ibid.*:2) (também organizaram e facilitaram essas reuniões em prol da JICA e ProSAVANA-HQ e "sociedade civil" (*Ibid.*:2-3).

Os Capítulos 3, 4 e 5 analisam os temas acima, com especial destaque para os objectivos, metodologia, dados, resultados, sugestões e descrições que aparecem nestes três relatórios; gravações de consultas e reuniões; e eventos realizados durante o período de Outubro de 2015 a Março de 2016. Segue-se um resumo dessa análise.

Quando a sociedade civil soube deste projecto e a sociedade civil japonesa ter protestado contra ele, a JICA explicou que o objectivo do projecto era "*responder às críticas dirigidas às reuniões de audição pública, especialmente pela UNAC*" (16º diálogo, 9 de Março de 2016). Mas o que os relatórios da MAJOL mostram é muito diferente desta alegação. A partir de análise aprofundada dos documentos, outros materiais e eventos, deve-se concluir que os objectivos reais de "Projecto de Engajamento das Partes Interessadas" da JICA foram:

- a. estabelecer o mecanismo de "*uma única plataforma de diálogo*" controlável pelos governos e JICA (ToR para a MAJOL: 2-3), mais tarde designado "comité consultivo/de trabalho do ProSAVANA";
- b. "*conseguir a adesão da sociedade civil*" e "*promover o desenvolvimento de alianças*" (Relatórios de Início 5);²⁰⁹
- c. dividir a UNAC e as organizações da "Campanha Não ao ProSAVANA" e marginalizá-las/ isolá-las (Relatórios de Início: 4; Relatório sobre o

²⁰⁹ <http://farmlandgrab.org/25797> <http://farmlandgrab.org/25864> <http://farmlandgrab.org/26181>

mapeamento: 33); e assim

- d. “*levar à frente o ProSAVANA*” (*Workshop* de Nampula, 11 de Janeiro de 2016).

Para atingir estes objectivos foram utilizadas as seguintes metodologias:

- a. identificando a posição de cada organização da sociedade civil em relação ao ProSAVANA, classificando a sua “*influência*” e “*interesse*”, e categorizando-as em quatro grupos (Relatório sobre o mapeamento:32):
 - i “*linha-dura contra*” (em vermelho);
 - ii “*fortemente contra, mas falará se estiverem reunidas as condições para o diálogo*” (roxo);
 - iii “*sem posição clara*” (amarelo);
 - iv e “*a favor do ProSAVANA mas algumas alterações*” (verde).
- b. “*identificando potenciais conflitos ou conflitos de interesse... entre os próprios grupos*”(Relatórios de Início: 18)²¹⁰ e formulando intervenções estratégicas;
- c. “*promovendo o desenvolvimento de alianças*” (*Ibid.*) em apoio do ProSAVANA,²¹¹ e pressionando para “cultivar” certos grupos (Relatório sobre o mapeamento: 20);
- d. convidando apenas “*aqueles que demonstram vontade*” e estão “aprovados pela JICA e ProSAVANA-HQ” para participar nas reuniões preparatórias (ToR para (ToR to MAJOL:2-3);
- e. excluindo as organizações membros da “Campanha Não ao ProSAVANA”, incluindo a UNAC e suas uniões provinciais já que são “*suficientemente pequenas para serem essencialmente ignoradas em termos de negociações*” (Relatório sobre o mapeamento: 33).
- f. avançando em frente para estabelecer a plataforma e criar circunstâncias em que a UNAC e as organizações da “Campanha Não” não tenham outra escolha senão participar com medo de serem deixadas para trás e isoladas (*Ibid.*).

Apesar destas estratégias secretas, a UNAC e outras organizações continuaram a resistir a estas intervenções e manipulações e fizeram declarações que não iriam participar, logo após o *workshop* de Nampula (13 de Janeiro de 2016) e, novamente, em Fevereiro, Março e Maio.²¹² Confrontada com isto, a MAJOL tentou aceder a informações internas da UNAC; isto foi feito em combinação com visitas governamentais do Japão e “intensas actividades de *lobby*” para trazer os líderes camponeses para as reuniões de “diálogo” (Relatório Final: 19-29).²¹³

Lutando para incluir a UNAC e as uniões provinciais na “plataforma/mecanismo de diálogo”, a MAJOL e os promotores do ProSAVANA decidiram desacreditar a UNAC, trazendo em “*deputados*” para representar “*os agricultores moçambicanos do corredor de Nacala* (sic.)” e argumentar contra a “civil sociedade japonesa” (*Ibid.*:20).

²¹⁰ <http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Incept.pdf>

²¹¹ Relatório sobre o mapeamento:29.

²¹² <http://farmlandgrab.org/26181> <http://farmlandgrab.org/25864> <http://farmlandgrab.org/25797>

²¹³ http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Final_.pdf

Reverendo a Análise (3): Rescaldo e Consequências

O mesmo tipo de irritação, humilhação, antagonismo e contramedidas observado nos planos e actividades da "estratégia de comunicação do ProSAVANA" foi identificado aqui. Isto foi herdado por alguns dos líderes da sociedade civil, mesmo depois de terminar o contrato da MAJOL em Março de 2016.

As actas vazadas da reunião realizada entre a JICA, ABC, MASA e os representantes da "plataforma/mecanismo de diálogo" (ou MCSC), em Abril de 2016, revelaram a existência de "*missões de sensibilização em relação a outras ONGs*" contra a "Campanha Não ao ProSAVANA", a fim de promover um "*alinhamento com a visão do mecanismo*", realizadas "*em Maputo e ao nível provincial*".²¹⁴ Estes actores discutiram a forma de financiar: (a) mais esforços para levar a cabo os mesmos tipos de missões ao nível distrital na província de Nampula;²¹⁵ e (b) mecanismo de revisão do Plano Director. (*Ibid.*)

O ProSAVANA conseguiu o que eles procuravam desde Outubro de 2013. Finalmente "*chegaram à sociedade civil*" a fim de "*levar em frente o ProSAVANA*" através de: (1) esconder e manipular as informações e documentos necessários para sua apreciação; (2) semear a confusão entre e dentro das organizações camponesas e da sociedade civil regionais; (3) criar divisões e "tensões" profundas no seio da sociedade civil moçambicana; (4) isolar e marginalizar as comunidades e organizações camponesas e civis alinhados com a "Campanha Não ao ProSAVANA"; e, (5) como resultado, desempoderar e desacreditar estas organizações. A explicação dada pelo chefe da equipe da MAJOL expressa bem a posição da JICA: "*eles só querem fazer as coisas, e seguir em frente com o ProSAVANA*" (Novembro de 2015).²¹⁶

Contextualizando a Análise

Em suma, o ProSAVANA, formalmente um "programa internacional de cooperação/solidariedade para o desenvolvimento da agricultura", transformou-se num programa de manobra política.

Esta transformação, no entanto, deve ser contextualizada dentro das circunstâncias históricas, sócio-políticas e militares de Moçambique, bem como as condições sócio-políticas do Japão e do Brasil, e da situação global, nomeadamente, a "diminuição do espaço da sociedade civil".²¹⁷ Dado ser necessária mais investigação e análise a este respeito, salientam-se aqui dois pontos.

Primeiro, como brevemente discutido na introdução e no Capítulo 1, o povo e camponeses moçambicanos sofreram inúmeras dificuldades decorrentes de: (a) ressurgimento de confrontos militares (resultando em refugiados e as pessoas deslocadas); (b) governação antidemocrática e não-transparente, incluindo dívidas do governo escondidas; (c)

²¹⁴ http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/doc_2.pdf

²¹⁵ Com base na acta acima e na pesquisa de campo realizada em 10 distritos-alvo do ProSAVANA em Junho de 2016.

²¹⁶ A gravação de uma das reuniões "consulta individual" com uma organização da "Campanha Não ao ProSAVANA" em Maputo.

²¹⁷ Gostaríamos de convidar estudiosos nacionais e internacionais para aprofundar estas discussões.

intimidação, raptos, assassinatos e a criminalização de líderes da sociedade civil, incluindo professores, académicos, jornalistas e procuradores "pró-povo"; (d) numerosas violações dos direitos humanos; e (f) aprofundamento da desigualdade.²¹⁸

Estas situações indicam que também está a ocorrer uma "diminuição do espaço da sociedade civil" drástica em Moçambique. Curiosamente, todos estes fenómenos intensificaram-se a partir de princípios de 2013, coincidindo com a formulação e implementação da "Estratégia de Comunicação do ProSAVANA".

Em segundo lugar, o processo histórico e seu legado têm que ser levados em consideração quando se analisam os detalhes da "Estratégia", suas funções e resultados. Moçambique está sob governo do mesmo partido político com o mesmo sistema administrativo centralizado desde 1975; isto tem influenciado, imensamente, a maneira como as coisas são percebidas, tratadas, planeadas e executadas, especialmente depois da "internalização (domesticação)" do ProSAVANA em 2013.²¹⁹ O conceito da "Rede Distrital de Colaboradores" encaixa perfeitamente na estrutura sócio-política e administrativa do país,²²⁰ e o aparecimento súbito do conceito do "Fundo de Desenvolvimento Comunitário: FDC" no "draft zero" do plano director do ProSAVANA levanta sérias preocupações (p.7-8).²²¹

Examinando Cumprimento das Normas, Princípios e Directrizes Existentes

Para concluir, a análise acima dos desenvolvimentos nos últimos quatro anos, através do exame de documentos primários, materiais e informação sobre o ProSAVANA, será apresentada na perspectiva da soberania e direitos dos camponeses e povo moçambicanos e das políticas japonesas, especialmente directrizes da JICA sobre ODA.

Embora a Constituição moçambicana seja discutida no Capítulo 2, deve-se rever os seguintes artigos a fim de examinar a conformidade das actividades do ProSAVANA e as consequências reveladas nesta análise. A Constituição moçambicana proclama que:

²¹⁸ Sobre estes pontos, os estudiosos e ONGs japoneses têm vindo a partilhar os seus conhecimentos e resultados da investigação baseando-se na sua pesquisa de campo e da literatura com o MNE / JICA. Os representantes do MNE (os directores [o primeiro e o segundo] e o director assistente da Divisão III de Planeamento da Assistência aos Países, Gabinete de Cooperação Internacional), no entanto, recusaram-se, repetidamente, a aprender e admitir a situação crítica que o povo moçambicano está enfrentando. Segundo eles, "de acordo com o Banco Mundial, a classificação e categorização de Moçambique não é assim tão má." Seguem-se as apresentações utilizadas durante as reuniões.

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/moz_update.pdf

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/oda/2015301.pdf

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/oda/2015112602.pdf

http://www.jacsces.org/sdap/mof/gijiroku/mof61_question.pdf

²¹⁹ Este ponto deve ser analisado mais profundamente, no futuro, por cientistas políticos e/ou sociais.

²²⁰ O seguinte trabalho académico pode ajudar a entender este ponto. Bernhard Weimer (ed.) (2012) *Moçambique: Descentralizar O Centralismo*, IESE.

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/Descent/IESE_Decimalizacao.pdf

²²¹ <http://ProSAVANA.gov.mz/> Académicos, especialistas e ONGs japoneses têm analisado o plano director, e compartilharam as suas observações com a JICA/MNE durante os 12º e 13º diálogo (24 de Julho e 27 de Outubro de 2015) e compartilharam esta preocupação. Curiosamente, a informação sobre o fundo foi excluída da tradução para japonês do plano director. http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/12kai_shiryoyref11.pdf
http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/12kai_shiryoyref12.pdf

- (Artigo 2) A soberania reside no povo.
- (Artigo 3) A República de Moçambique é um Estado de Direito, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem.
- (Artigo 11) O Estado moçambicano tem como objectivos fundamentais:...b) a consolidação da unidade nacional; c) a edificação de uma sociedade de justiça social ...e) a defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei; f) o reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual; g) a promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz.
- (Artigo 249) A Administração Pública serve o interesse público e na sua actuação respeita os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos... actuam com respeito pelos princípios da igualdade, da imparcialidade, da ética e da justiça”. (Constituição da República de Moçambique)²²²

Todos os três países (Moçambique, Brasil e Japão) ratificaram a "Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos" O artigo 19 é o artigo mais importante para o ProSAVANA. O artigo afirma:

1. *Todas as pessoas têm o direito de ter opiniões sem interferência.*
2. *Todas as pessoas têm direito à liberdade de expressão; este direito inclui a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e ideias de todos os tipos, independentemente das fronteiras, seja oralmente, por escrito ou impresso, sob a forma de arte, ou através de qualquer outro meio da sua escolha.*²²³ *Tradução dos autores.

A análise apresentada neste texto indica que o ProSAVANA pode ter violado os direitos dos camponeses e cidadãos moçambicanos. No que diz respeito à política de cooperação internacional do Japão, será útil introduzir a "decisão do Conselho de Ministros sobre a Carta de Cooperação para o Desenvolvimento", proclamada em 2015. A carta enfatiza, em "(2) políticas básicas" e em "B. Promoção da segurança humana", o seguinte:

- *“Segurança Humana – um conceito que visa o direito dos indivíduos a viverem felizes e com dignidade, livres do medo e carências, através da sua protecção e empoderamento – é o princípio orientador que está na fundação da cooperação para o desenvolvimento do Japão.*
- *O Japão irá, portanto, concentrar a sua cooperação para o desenvolvimento em indivíduos – especialmente aqueles susceptíveis de estar vulneráveis... e prestar cooperação para a sua protecção e empoderamento de modo a concretizar a segurança humana.*
- *O Japão fará esforços para que esta política básica seja compreendida e aceite amplamente entre os países parceiros... O Japão também contribuirá de forma proactiva para promover os direitos humanos básicos, incluindo os direitos das*

²²² http://www.presidencia.gov.mz/files/republica/constituicao_republica_moc.pdf

²²³ <http://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/ccpr.aspx>

mulheres...”²²⁴ *Tradução dos autores.

Pelo que foi observado nesta análise, a assistência japonesa tem vindo a violar seus próprios princípios, tal como aparecem na carta ODA e nas directrizes da JICA. Em vez de *"prestar cooperação para proteger e capacitar"* as organizações de camponeses, os cidadãos, os movimentos camponeses e da sociedade civil locais, o fundo público japonês (ODA) tem sido usado para criar a opressão, intimidação, medo, tensão, divisão, conflito, desconfiança, instabilidade social e a opressão e desempoderamento dos camponeses. Além disso, tem-se construído uma estrutura de governação e gestão opaca, antidemocrática, injusta, discriminatória, não-pluralista do programa. O princípio de "Não Prejudicar (Do No Harm)" foi negligenciado mais uma vez.

Por lei, o povo moçambicano tem poder soberano e o direito à auto-determinação, um direito que ganhou após dez anos de luta armada pela independência buscando a *"libertação do povo e da terra"*. Eles continuam orgulhosamente a viver com este espírito, apesar de os três governos chamarem-nos de *"pobres"*, *"analfabetos"*, *"tradicionais / pré-modernos,"* e agora *"linha dura."*²²⁵

Estas expressões estão longe de ser como os camponeses do Corredor de Nacala se definem na sua primeira declaração de protesto para com o ProSAVANA em 11 de Outubro de 2012.²²⁶

– *"Os camponeses são os guardiões da vida, da natureza e do planeta"*.

A sua determinação em contribuir para a sociedade moçambicana e seu futuro como povo soberano e movimento camponês unificado tem sido negligenciada, minada e danificada. Isto é:

– *"Lutar para dar aos agricultores um papel mais importante na construção de uma sociedade mais justa, próspera, baseada na solidariedade."* (UNAC, 11 de Outubro de 2012)

A primeira declaração, que inclui estas duas frases, foi escrita colectivamente pelos camponeses do norte de Moçambique, mesmo após a sala de reuniões perder luz solar, na escuridão.

– *"Nós, os camponeses do Núcleo Provincial de Camponeses em Nampula, o Núcleo Provincial de Camponeses na Zambézia, a União Provincial de Camponeses de Niassa e a União Provincial de Camponeses de Cabo Delgado e todos os membros da União Nacional dos Camponeses (UNAC), reunimo-nos... na cidade de Nampula com o objectivo de discutir e analisar o ProSAVANA..."*

²²⁴ <http://www.mofa.go.jp/mofaj/files/000067701.pdf>

²²⁵ "Agricultores pobres" é a expressão favorita usada por representantes do MNE, e agricultura "extensiva/tradicional/pré-moderna/pouco produtiva" era usada frequentemente por pessoal da JICA. Os ministros moçambicanos têm enfatizado a natureza "analfabeta" dos camponeses para argumentar que "outra pessoa escreveu as suas declarações" (durante e depois da TICAD V, Maio e Junho de 2013).

²²⁶ <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>

Olhando para trás, a declaração demonstra o que os camponeses haviam previsto há quase quatro anos, que "descobrimos" através desta análise. Isto é:

- *Desde que ouvimos falar sobre o ProSAVANA, temos notado uma falta de informação e transparência por parte das principais partes interessadas envolvidas (os governos de Moçambique, Brasil e Japão)...*
- *...camponeses condenam a maneira pela qual o ProSAVANA foi criado e a forma como está a ser implementado em Moçambique, que tem sido caracterizada por falta de transparência e exclusão de organizações da sociedade civil em todo o processo, especialmente das organizações camponesas.*
- *Na sequência de uma análise abrangente do ProSAVANA, nós, agricultores camponeses, concluímos que:*
 - *O ProSAVANA é o resultado de uma política de cima para baixo, que não leva em consideração as demandas, sonhos e preocupações básicas dos camponeses, particularmente aqueles dentro do Corredor de Nacala.” (UNAC, 11 de Outubro de 2012)*

ProSAVANA continua a mudar a sua ênfase, mas a sua natureza nuclear não mudou e, ao longo dos anos, agravou-se ao ponto prejudicar severamente o povo e a sociedade moçambicanos.

Epílogo

Este trabalho de análise é a resposta da sociedade civil japonesa às questões que os camponeses moçambicanos da área de destino do ProSAVANA têm vindo a levantar ao longo dos últimos três anos. Em todos os lugares onde fomos, no Norte de Moçambique, para participar nas reuniões de camponeses, ouvimos, repetidamente, a pergunta:

– *"Por que o ProSAVANA não pode respeitar camponeses?"*

Esta pergunta simples, no entanto, envolve muitas implicações profundas. Tem sido um processo de aprendizagem para nós, mas, com base nas suas observações e declarações, conseguimos compreender que esta questão contém uma série de questões mais profundas:

1. *Por que ProSAVANA ignorou a existência de camponeses locais, em primeiro lugar?*
2. *Por que o ProSAVANA escondeu a verdade e informação, em vez de disponibilizar a informação para ganhar a compreensão e aceitação?*
3. *Por que o ProSAVANA não respondeu à "Carta Aberta" durante um ano e ao seu pedido de "parar e reflectir", mas continuou com a implementação dos projectos?*
4. *Por que o ProSAVANA não explicou a campanha de implementação e abrangência, em vez de ela aparecer nas comunidades locais de repente?;*
5. *Por que todos do ProSAVANA que lidam com as comunidades parecem tornar-se arrogantes e opressores em relação aos líderes camponeses?*
6. *Por que o ProSAVANA tenta semear a divisão entre os camponeses e a sociedade civil?*
7. *Como pode o ProSAVANA dizer que apoia os camponeses locais, enquanto está a prejudicar e desempoderar os movimentos camponeses?*
8. *Por que o ProSAVANA não pode respeitar os camponeses que estão firmemente comprometidos com a agricultura sustentável, que são "amigos da natureza",²²⁷ e em quem reside poder soberano?*

Estas questões também têm sido nossas. À medida que a situação se deteriorou, começou a nossa busca de informação. Uma série de reuniões de diálogo sobre o ProSAVANA entre ONGs japonesas e o MNE/JICA começou em Janeiro de 2013, que deveriam funcionar como uma plataforma de partilha de informação e de troca de opinião. No entanto, a quantidade e qualidade da informação e dos documentos que JICA compartilhas conosco foram muito limitada, ambíguas e, muitas vezes, contraditórias. Como tal, o programa permaneceu opaco.

Quando ocorreu o primeiro vazamento do "Relatório sobre o Plano Director 2" da FGV, preparado no âmbito do ProSAVANA-PD em Abril de 2013, percebemos que o que a JICA/MNE e os seus homólogos de Moçambique e Brasil estavam a dizer e o que estavam

²²⁷ <http://farmlandgrab.org/21211>

a fazer era muito diferente. É por isso que decidimos exercer nossos direitos como o povo do Japão, e começámos a usar a Lei de Acesso à Informação Administrativa para solicitar documentos governamentais sobre o ProSAVANA. Até à data, recolhemos mais de 100 documentos. Temos vindo a partilhar estes documentos com o público e com a sociedade civil nos três países, a fim de aumentar a transparência do programa, e temos, também, vindo a examiná-los e analisá-los. O primeiro texto de análise, em inglês e português, foi emitido em Janeiro de 2016, no auge da confusão causada pelo "Projecto Engajamento das Partes Interessadas" da JICA.²²⁸

Como cidadãos do país doador deste programa, é doloroso acompanhar este processo histórico e descobrir os factos por trás das mentiras e manipulações. Acreditámos, e continuamos a acreditar, que a verdade pode ajudar não apenas as pessoas que estão actualmente em dificuldades. Irá ajudar, também, aqueles que estão dentro do sistema, mas não têm uma imagem completa do que tem acontecido, por que as coisas foram acontecendo de certa maneira, o que podem ter-se envolvido, inadvertidamente, e a futura geração dos três países. Isto não é meramente uma questão de "açambarcamento de terras", "cooperação/assistência/solidariedade internacional", "programa e modelos de desenvolvimento da agricultura", mas da soberania do povo e da governação democrática.

Apesar de termos lançado o primeiro trabalho de análise em inglês, em Janeiro de 2016, usando alguns dos documentos divulgados oficialmente, ainda tínhamos dificuldade em compreender a imagem completa. Quando tivemos acesso aos 46 documentos que vazados online, especialmente os relatórios da MAJOL ("Projecto de Engajamento das Partes Interessadas"), a imagem, finalmente, tornou-se clara.

Sem acesso a esses documentos, era impossível ter uma análise profunda e fundamentada. Gostaríamos de expressar nossa sincera admiração e apreço às pessoas que tiveram a consciência, fé e coragem para fazer a coisa certa, expondo processo e sistema injustos e desleais do ProSAVANA.

Gostaríamos de notar, também, que essas acções não devem ser, de algum modo, atribuídas a algumas organizações da sociedade civil e indivíduos moçambicanos que tomaram a decisão de se "engajar" no ProSAVANA para promover o programa. Como examinámos no presente trabalho e anteriormente, as informações e documentos necessários para tomar decisões informadas, bem como os verdadeiros objectivos do projecto, foram escondidos e todo o mundo foi alimentado com informações falsas. O tal "conflito entre a sociedade civil moçambicana", propagado pela MAJOL e promotores do ProSAVANA, não teria existido se não houvessem estes dois projectos, e, claro, se o ProSAVANA não tivesse sido trazido para Moçambique pelo Japão e o Brasil em 2009. A verdadeira vítima dessas manobras é, portanto, o povo e da sociedade moçambicanos.

Dolorosamente, todo o processo indica os problemas com a democracia e governação transparente/democrática do Japão estabelecidos, também, na sua constituição e outras leis, e, também, a fraqueza da sociedade civil japonesa. Foi um processo de aprendizagem

²²⁸ <http://farmlandgrab.org/25696>

e desenvolvimento para todos nós no Japão, que nos comprometemos nesta luta, para aprender sobre, e reafirmar, nosso próprio poder soberano.

Gostaríamos de terminar esta longa análise com a seguinte frase que o presidente Mafigo da UNAC sempre disse com um sorriso tímido:

A Luta Continua.